

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026
(Processo Administrativo nº36637/2025)

A Prefeitura Municipal de BARREIRAS/BA, com base no Parecer Jurídico, emitido pela Procuradoria Geral do Município, favorável a legalidade e possibilidade do procedimento, torna público que, através do seu Pregoeiro, realizará licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento **POR LOTE**, cujo objeto é executada pelo regime de **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** visando futura Contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, configuração, manutenção e operação de sistema integrado de segurança eletrônica, com monitoramento 24 horas de alarmes e videomonitoramento para atender às demandas específicas das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Barreiras – BA, **nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – **Lei de Responsabilidade Fiscal**, pelo **Código de Defesa do Consumidor**, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.1. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h10min do dia 10/07/2026;

1.2. LOCAL: SÍTIO ELETRÔNICO: <https://www.licitanet.com.br/>.

1.3. OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.licitanet.com.br/> e Diário Oficial.

1.4. Somente poderão participar da Sessão Pública, etapa de lances, as empresas que apresentarem Propostas através do site descrito no item 1.2.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) responsável, ou por seu suplente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema “LICITANET”, observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional disponível no sítio eletrônico em <https://portal.licitanet.com.br/> no menu ajuda/manuais ou pelo telefone (34)2512-6500 opção 2.

3. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrado na plataforma da LICITANET, podendo ser realizado através do site <https://www.licitanet.com.br/fornecedor> ou pelo telefone (34) 2512-6500 opção 2.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aquele que não atenda às condições do Edital e seu(s) anexo(s).

3.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da Ata, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.6. Agente público do órgão ou entidade licitante.

3.6.7. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

3.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da Ata agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.10. O impedimento de que trata o item 3.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.6.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

4. CREDENCIAMENTO E ACESSO NA PLATAFORMALICITANET

4.1 Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico, via internet, toda e qualquer Pessoa Jurídica cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>

4.1.1. Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

4.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://licitanet.com.br/>. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do(a) licitante, ou de seu(ua) representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso pelo(a) licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu (ua) representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Município de Barreiras/BA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

4.2.1. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o(a) licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo de eventual responsabilização civil, administrativa e penal cabível.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

4.5. A licitante responsabiliza-se formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Barreiras/BA por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6. Constitui exclusiva responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assumindo o ônus da perda de negócios decorrente da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.7. Para participar deste Pregão Eletrônico, o(a) licitante deverá estar credenciado no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>.

4.8. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema.

4.9. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do(a) licitante ou de seu(ua) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.10. O(A) licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa.

4.11 O(A) licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu(ua) representante, excluída a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5. DO CADASTRO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA NA PLATAFORMA

5.1 Os(As) licitante(s) encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (<https://licitanet.com.br/>), proposta com a descrição detalhada do objeto ofertado, incluindo quantidade, preço e a marca (conforme solicita o sistema), até a data e o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília.

5.1.1 A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

5.2. Como requisito para a apresentação da proposta, **a licitante declarará**, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021:

5.2.1. o cumprimento dos requisitos para a habilitação;

5.2.2. a conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;

5.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.2.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá **declarar, ainda**, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.3.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.4 A falsidade da declaração de que trata o item 5.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.5 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.7. Em sua proposta eletrônica, a licitante deverá:

5.7.1. informar o preço unitário para o(s) qual(is) pretende concorrer, de acordo com o Anexo I.

5.7.1.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

5.7.2. evitar a aposição de sinal ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes do encerramento da etapa de lances, sob pena de desclassificação.

5.8. A licitante ainda poderá, no momento do cadastramento da proposta eletrônica, parametrizar o seu valor final mínimo, obedecendo as seguintes regras:

5.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o 5.8.1;

5.8.3. o valor final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema;

5.9 Independente dos termos firmados no sistema eletrônico, é imprescindível que o licitante arrematante apresente todas as declarações exigidas no edital.

5.10. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou cadastradas pelo pregoeiro no sistema ou pela sua desconexão.

5.11. No preenchimento das informações no Sistema, quando do cadastro da proposta de preço, previamente à sessão pública de lances, é vedada a identificação da licitante, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

5.12. Referente a não RESERVA DE CONTAS até 80 MIL REAIS:

5.12.1 Informamos que conforme histórico de certames anteriores para o objeto licitado, a participação de microempresas e empresas de pequeno porte tem o número expressivo e em alguns casos na totalidade dos licitantes participantes. Justifica-se ainda a não realização DE COTAS RESERVADAS no presente certame, pelo fato de que ao serem separados por cotas, poderá representar prejuízos ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. Em síntese, realizar, o presente certame, prevendo a possibilidade de exclusividade e de cotas para Microempresa ou Empresa de Pequeno porte poderá representar prejuízos incalculáveis com a repetição de um outro certame para itens que seriam fracassados.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE ENVIO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O pregoeiro classificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente no sistema, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, com acompanhamento em tempo real por todos os licitantes.

6.2.1. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.4. Os lances formulados deverão indicar o MENOR PREÇO, POR LOTE.

6.5. Poderá ser fixado intervalo mínimo de tempo a ser observado entre as ofertas de lances.

6.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema eletrônico, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.8 Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9 Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

6.10 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, sujeitando-se a licitante às penalidades.

6.11 Para a etapa de lances neste pregão eletrônico será adotado o **MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO**.

6.11.1 A disputa será aberta com duração de 15 (quinze) minutos.

6.11.2 Encerrado o prazo previsto no item 6.11.1, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de 10 (dez) minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

6.11.3 Encerrado o prazo previsto no item 6.11.2, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de melhor valor e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

6.11.3.1 Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 6.11.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

6.12 Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.11.1; 6.11.2 e 6.11.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

6.13 Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

6.14 No caso de desconexão com o responsável pela licitação, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízo dos atos realizados.

6.15 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EMPATES ENTRE PROPOSTAS

7.1 O sistema eletrônico identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.2. Nas condições do subitem anterior, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) relativamente à melhor proposta ou melhor lance, conforme o critério de julgamento adotado, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ou ao da primeira colocada, conforme o critério de julgamento adotado, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema eletrônico, contados após a comunicação automática para tanto.

7.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes beneficiárias do tratamento diferenciado de que trata a Lei Complementar nº 123, de 2006, que se encontrem naquela faixa de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.5. No caso de equivalência dos valores ou dos percentuais de descontos apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o critério de julgamento adotado, que se encontrem nas faixas estabelecidas nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.6.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.6.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no Estado da Bahia;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 2009.

8. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

8.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao percentual de desconto definido para a contratação ou tenha apresentado o melhor preço, o responsável pela licitação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.1.1 Será aberto um prazo de 10 (dez) minutos, após o encerramento da fase de lances para a referida negociação com a empresa arrematante.

8.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, com o mesmo prazo estabelecido no subitem 8.1.1, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.1.3 A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.1.4 O resultado da negociação será registrado e divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.2. Quando comparecer uma única licitante ou houver apenas uma proposta válida, caberá ao(à) Pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do preço ofertado, podendo negociar condições mais vantajosas.

9. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, e após negociação, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

9.2 A licitante provisoriamente arrematante deverá enviar a proposta escrita por meio do sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas úteis** subsequente ao da solicitação do Pregoeiro no sistema, prorrogável por igual período, por solicitação justificada da licitante ou de ofício pelo Pregoeiro quando constatada a insuficiência do prazo estabelecido.

9.2.1 No caso de licitação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, estas deverão ser encaminhadas pelo sistema com os respectivos valores readequados juntamente com a proposta escrita conforme modelo em anexo a este edital, sob pena de não aceitação da proposta.

9.2.2. A apresentação da Proposta Comercial implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando o licitante às sanções previstas na legislação vigente.

9.2.3 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta da licitante provisoriamente arrematante.

9.2.4 Ficam os interessados cientes da necessidade de atender aos prazos aqui fixados, ainda que tal lhe seja facultado.

9.2.5 Em obediência Princípio da isonomia entre os licitantes, após transcorrido o prazo de que trata o item 9.2, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preços ou de qualquer outro documento complementar ou retificador (salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência sendo realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a convocação do próximo licitante tendo em vista a Ordem de Classificação.

9.2.6 Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 9.2 deste edital.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 O conteúdo da Proposta de Preços Escrita, conforme modelo ANEXO VII, deverá dispor:

10.1.1. Preço unitário correspondente ao lance vencedor e total do item (preço unitário x quantidade), expresso em números, na moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais;

10.1.2. O preço unitário e total de cada um dos itens cotados, em algarismo, e o total de cada lote cotado, em algarismo e por extenso, prevalecendo o primeiro caso haja divergência entre o valor unitário e o total e, entre os expressos em algarismos e por extenso, considerado este último;

10.1.3. O Licitante deverá apresentar a marca do produto cotado.

10.1.4. conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

10.1.5. conter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

10.1.6. conter quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título.

10.1.7. Não serão aceitos preço unitário e global do Lote, acima dos valores de Referência da Administração.

10.1.8. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

10.1.9 A licitante deverá apresentar em conjunto com a Proposta de Preços, as seguintes declarações:

- a) **DECLARAÇÃO** em papel timbrado do licitante, assinada pelo responsável legal da empresa que **nos preços propostos estão inclusas todas as parcelas relativas aos serviços**, mão-de-obra, encargos trabalhistas, frete, seguro, embalagem, taxas, impostos e demais encargos incidentes, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pelo contratante para execução completa do instrumento contratual;
- b) **DECLARAÇÃO**, indicando **do(s) nome(s), cargo ou função, número(s) do CPF e da Identidade (indicar o órgão emissor) e endereço do(s) representante(s) da empresa que assinará (ão) o Instrumento Contratual**, na forma estabelecida no Contrato Social ou Estatuto da proponente;
- c) **DECLARAÇÃO** informando **número da Agência, número da Conta Corrente e Instituição Financeira (Banco)**, cuja titularidade seja da empresa licitante, onde deverão ser efetuados os pagamentos, caso venha a ser Vencedora da Licitação;
- d) **DECLARAÇÃO** informando **endereço eletrônico (e-mail) para fim exclusivo de comunicação entre as partes**, dispensando-se comunicação mediante correspondência física, se responsabilizando pela manutenção e funcionamento do endereço eletrônico fornecido;
- e) **DECLARAÇÃO** formal e expressa do Licitante devidamente assinada por um de seus responsáveis, **informando que entre seus diretores, gerentes, sócios e demais profissionais não figuram servidores ou dirigentes de órgão ou entidade da Prefeitura Municipal de Barreiras.**

11. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1 O pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção

que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

11.1.1. A consulta realizar-se-á em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

11.1.2. Constatada a existência de sanção em nome da licitante, de eventual matriz ou filial, ou de seus sócios majoritários, a Administração verificará seu alcance subjetivo, temporal, territorial e material, a fim de apurar se há efetivo impedimento de participação no certame ou de contratação com o Município, assegurado o registro da motivação nos autos.

11.2 Será desclassificada a proposta arrematante que:

11.2.1. conter vícios insanáveis;

11.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

11.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.3 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

11.3.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

11.4 Para fins de comprovação de **exequibilidade**:

11.4.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.4.1.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o subitem 11.3.1, só será considerada após diligência do responsável pela licitação, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.4.1.2. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, o responsável pela licitação poderá colher manifestação escrita do setor requisitante do objeto licitado ou da área especializada nesse objeto.

12. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 Após o julgamento da proposta e a homologação do certame será lavrada a Ata de Registro de Preços, assinada pela autoridade competente e pelas licitantes vencedoras.

12.1.1 A Ata de Registro de Preços discriminará todos os itens que compõem o objeto licitado, com os respectivos preços unitários e totais, ficando esclarecido que a contratação das aquisições obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração, que não se obriga a requisitar todas as quantidades registradas.

12.1.2 A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade, da Administração Pública Municipal ou de outros entes federativos, que não tenha

participado do certame licitatório, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

12.1.3 O beneficiário do registro de preços, após a convocação formal por parte do órgão gerenciador do sistema, manifestará interesse em atender ou não à nova solicitação de acréscimo, desde que não comprometa o fornecimento das quantidades já registradas.

12.1.4 As aquisições adicionais a que se refere o item 12.1.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

12.1.5 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o item 12.1.2 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

12.1.6 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

12.1.7 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

12.2 A CONTRATANTE formalizará seu pedido de fornecimento por meio de contrato ou instrumento equivalente.

12.3 A existência de preços registrados em Ata de Registro de Preços vigente não obriga a Administração a efetuar contratações unicamente com aquelas empresas beneficiárias do registro, cabendo-lhes, no entanto, a preferência na contratação em igualdade de condições.

12.4 Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas à prestação dos serviços, observadas as condições do Termo de Referência (ANEXO I) e da própria Ata de Registro de Preços (Anexo IX).

12.5 As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.

12.6 O Órgão Gerenciador acompanhará a evolução das condições de mercado dos preços registrados.

12.7 Os preços registrados serão considerados compatíveis com os de mercado se forem iguais ou inferiores à média daqueles apurada em pesquisa.

12.8 Sendo o preço registrado na Ata de Registro de Preços superior à média de preços do mercado, o Órgão Gerenciador solicitará, mediante correspondência, novas propostas de preço às empresas beneficiárias do registro.

12.9. Caso os novos preços propostos permaneçam superiores à média dos preços de mercado apurada em pesquisa, o fato será registrado nos autos do processo, promovendo-se a contratação da aquisição por meio de nova licitação, assegurada às empresas beneficiárias do registro a preferência na contratação quando o menor preço/maior desconto obtido no certame for igual ao registrado.

12.10. Persistindo a incompatibilidade dos preços registrados com os preços de mercado, e frustrada a negociação com os fornecedores registrados, a Administração deverá avaliar, em processo administrativo próprio e devidamente motivado, as providências cabíveis, inclusive o cancelamento do registro, a realização de novo procedimento licitatório ou, excepcionalmente, contratação direta, desde que demonstrados os pressupostos legais aplicáveis ao caso concreto.

13. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 O registro de preços será formalizado pela Ata de Registro de Preços, na forma do ANEXO IX.

13.1.1. A ata de registro de preços poderá ser formalizada com mais de um prestador, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

13.2 Serão celebradas tantas Atas de Registro de Preços quantas necessárias para o objeto deste pregão.

13.3 As Atas de Registro de Preços vigorarão pelo prazo de de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso], a partir da data da sua publicação no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

14. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

14.1 As Atas de Registro de Preço serão firmadas entre Prefeitura Municipal de Barreiras e as licitantes vencedoras.

14.1.1 Serão incluídos na Ata de Registro de Preços os licitantes que aceitarem cotar os serviços em preços iguais ao do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação, bem como do licitante que mantiver sua proposta original, conforme o inciso VI do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.2 As licitantes vencedoras terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços.

14.3 A recusa injustificada das licitantes vencedoras em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, reservando-se a Prefeitura Municipal de Barreiras o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, realizar nova licitação ou convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta da primeira classificada, inclusive quanto ao preço.

14.4 As licitantes remanescentes convocados na forma do item 14.3, que não concordarem em assinar a Ata de Registro de Preços, não estarão sujeitas às penalidades mencionadas no item 24.

14.5 O órgão gerenciador poderá admitir a inclusão superveniente de novas empresas para os itens constantes da ata de registro de preços, desde que observadas as condições estabelecidas no edital, a ordem de classificação constante da ata e as condições oferecidas pelo primeiro colocado da licitação.

14.5.1 A admissão de novas empresas referida no item 14.5 deve ser publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA, e será permitida nas seguintes hipóteses:

- a) quando, por peculiaridades de mercado, o quantitativo total estimado não for atingido no momento da licitação;
- b) quando o quantitativo total estimado sofrer acréscimo decorrente da ocorrência de fato superveniente devidamente justificado pela autoridade competente do órgão gerenciador.

14.5.2 A inserção de novos fornecedores para o item registrado ocorrerá mediante admissão, submetida à concordância dos demais fornecedores, que deverão se pronunciar, obrigatoriamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, mediante a apresentação de documento devidamente formalizado por representante legal da empresa com poderes “ad judícia” e “ad negocia”.

15. ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

15.1 Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

15.2 Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo da contratação dos serviços e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.

15.2.1 Observado o disposto no item 15.2, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar os prestadores de serviço registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, os prestadores de serviço beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;
- c) convocar os demais prestadores de serviço, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

15.2.2 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do serviço;
- b) convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

15.2.3 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item de serviço específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

15.3 A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

- a) pelo decurso do prazo de vigência;
- b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;

- d) por razões de interesse público, devidamente justificadas;
- e) no caso de substancial alteração das condições de mercado.

15.4 O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

15.4.1 Por iniciativa da Administração:

- a) quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
- b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;
- c) quando a empresa beneficiária do registro for liberada;
- d) quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- e) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- f) quando a empresa beneficiária do registro sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- g) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

15.4.2 Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

15.4.3 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.4.3.1 Na hipótese prevista no subitem 15.4.3, o prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

15.5 Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados os licitantes remanescentes para a formalização do contrato de prestação de serviços, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação.

15.6 O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA, juntando-se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

16. DA HABILITAÇÃO

16.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

16.2. O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data de sua apresentação, após solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.

16.3. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela licitante provisoriamente arrematante, por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar sua análise, no prazo de até **02 (duas) horas úteis subsequente ao da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.**

16.4 Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação.

16.5. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 90 (noventa) dias após sua emissão.

16.6. Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 16.3. deste edital.

16.7 Dos documentos que compõem a **habilitação**:

16.7.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

16.7.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.7.1.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

16.7.1.3. Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

16.7.1.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

16.7.1.5. Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.7.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

16.7.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

16.7.1.8. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

16.7.1.9. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

16.7.1.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

16.7.1.11. Não será admitido CONSÓRCIO: É fato que a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei nº 14.133/2021 que em seu artigo 15 que atribui à administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas. Justifica-se que a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, fato esse que não se concretiza neste certame, uma vez que a confecção de camisas é uma atividade frequentemente exercida por microempresas ou empresas de pequeno porte. Portanto, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

16.7.2 HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

16.7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

16.7.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

16.7.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

16.7.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

16.7.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

16.7.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

16.7.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

16.7.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

16.7.3.1 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis, na forma da lei, comprovando a boa situação financeira da licitante, podendo ser atualizado por índices oficiais na hipótese de encerrados a mais de 3 (três) meses da data de sua apresentação, vedada a substituição por Balancetes e Balanços provisórios.

a) O Balanço Patrimonial deverá estar acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento extraídos do livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial, juntamente com a Certidão de Regularidade Profissional – CRP do Contador, devidamente válida no ato da publicação do balanço ou atualizada.

16.7.3.2 O Balanço Patrimonial também poderá ser disponibilizado via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED).

a) O Balanço Patrimonial disponibilizado via Escrituração Contábil Digital – ECD deverá ainda acompanhar os seguintes documentos:

1. Balanço patrimonial dos 02 (dois) últimos exercícios sociais;
2. Termo de abertura e de encerramento;
3. Demonstração do resultado e exercício;
4. Certidão de Regularidade Profissional – CRP do Contador, devidamente válida no ato da publicação do balanço ou atualizada.

16.7.3.3 No caso de empresa recém-constituída (há menos de 01 (um) deverá apresentar o Balanço de Abertura devidamente registrado na Junta Comercial.

16.7.3.4 No caso de empresa constituída a menos de 02 (dois) anos, deverá apresentar Balanço patrimonial e demonstrações contábeis devidamente registrado na Junta Comercial apenas do último exercício.

16.7.3.5 A comprovação da boa situação Econômico-Financeira da empresa será avaliada pelos seguintes índices, apurados com base no balanço apresentado, os quais deverão vir com os respectivos valores inseridos nas fórmulas abaixo:

Índice de Liquidez Corrente $\geq 1,50$

Índice de Endividamento Geral $\leq 0,50$

16.7.3.5.1 O demonstrativo dos cálculos para obtenção dos índices acima será realizado em conformidade com as fórmulas a seguir:

a) Índice de Liquidez Corrente

ILC = $\frac{AC}{PC}$

PC

b) Índice de Endividamento Geral

EG = $\frac{PC + ELP}{AT}$

AT

Sendo:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

16.7.3.6 As fórmulas em apreço deverão estar aplicadas em memorial de cálculos.

16.7.3.7 Prova de que possui, até a data da apresentação da proposta deste Edital, Capital Social ou Patrimônio Líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou lote pertinente, comprovado através do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social ou Certidão emitida pela Junta Comercial.

16.7.3.8 Apresentar **Certidão negativa de concordata e falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante, devidamente válida à data da sessão.

16.7.3.9 OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

a) Não serão aceitos **“protocolos de entrega”** ou **“solicitação de documento”** em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;

16.7.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.7.4.1. A licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, consistente na prestação de **serviços de monitoramento eletrônico com fornecimento e instalação de materiais/equipamentos**, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

16.7.4.1.1. Capacidade Técnico-Operacional

a) Certidão de Registro e Regularidade da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT), conforme o caso, em situação regular.

b) Certidão de Acervo Técnico Operacional (CAT Operacional), emitida pelo CREA ou CFT, em nome da pessoa jurídica licitante, que comprove a execução anterior de serviços compatíveis com o objeto licitado, contemplando, cumulativamente:

- Fornecedor de equipamentos de monitoramento eletrônico (CFTV, alarmes, sensores, centrais ou similares);
- Instalação e configuração dos sistemas;
- Implantação e/ou operação de central de monitoramento eletrônico.

16.7.4.1.2. Capacidade Técnico-Profissional

a) Certidão de Registro e Regularidade dos profissionais indicados como responsáveis técnicos, expedida pelo respectivo Conselho de Classe, seja o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou o Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT), contemplando as atribuições profissionais legalmente habilitados para assumir a responsabilidade técnica pela execução dos serviços.

b) Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente registrado junto ao respectivo Conselho Profissional (CREA ou CFT), referente à execução de serviços compatíveis com o objeto licitado;

b) Comprovação de vínculo do profissional responsável técnico com a licitante, mediante:

- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- Contrato de trabalho;
- Contrato de prestação de serviços vigente; ou

- Contrato social, no caso de sócio.

16.7.4.1.3. Em razão de os serviços envolverem atividades com risco elétrico e execução em altura a fim de garantir a integridade física dos trabalhadores e a adequada execução contratual a licitante deverá comprovar que possui em seu quadro permanente de colaboradores, na data da apresentação da proposta, profissionais devidamente capacitados para execução dos serviços, especialmente quanto às atividades que envolvam instalações elétricas e trabalho em altura. Para tanto, deverá apresentar:

- a) Comprovação de que possui profissional(is) com capacitação válida conforme a NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, expedida por instituição habilitada, nos termos da legislação vigente;
- b) Comprovação de que possui profissional(is) com capacitação válida conforme a NR-35 – Trabalho em Altura, expedida por instituição habilitada, nos termos da legislação vigente;
- c) A comprovação do vínculo do(s) profissional(is) com a empresa deverá ocorrer mediante apresentação de:
 - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou
 - Contrato de trabalho; ou
 - Contrato social (no caso de sócio); ou
 - Contrato de prestação de serviços vigente.
- d) Os certificados deverão estar dentro do prazo de validade e atender às exigências mínimas de carga horária previstas nas respectivas Normas Regulamentadoras.

16.7.4.1.4. Considerando que a execução do objeto deverá envolver a utilização de **torre de radiofrequência para transmissão de dados e comunicação dos sistemas de monitoramento eletrônico, a licitante deverá comprovar que está devidamente autorizada a operar o respectivo sistema de radiocomunicação, apresentando:**

- a)** Autorização válida para uso de radiofrequência ou licença de funcionamento de estação, expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, em nome da licitante;
- b)** Contrato vigente com empresa regularmente autorizada pela ANATEL para exploração do serviço de telecomunicações, acompanhado da respectiva autorização válida emitida pela agência reguladora.

§ 1º A autorização deverá estar vigente na data da sessão pública e compatível com a área geográfica de execução dos serviços.

§ 2º A exigência fundamenta-se na Lei nº 9.472/1997 (Lei Geral de Telecomunicações), que estabelece que a exploração de serviços de telecomunicações e o uso de radiofrequência dependem de prévia autorização do poder público, sob pena de sanções administrativas.

16.7.4.1.5. Alvará de funcionamento da empresa, devidamente atualizado e vigente.

16.7.4.1.6. Declaração técnico-operacional com indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, nos termos do art. 67, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

16.7.4.1.7. Vistoria Técnica prévia: em virtude da peculiaridade a proponente é necessário a Realização de vistoria detalhada no local de execução dos serviços.

16.7.4.1.7.1. Nos termos do art. 63, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, a realização de vistoria é facultativa, podendo ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante, atestando o pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

16.7.4.1.8. Recomenda-se a realização de vistoria prévia, a fim de que o licitante obtenha todas as informações necessárias para a execução dos serviços de natureza contínua. A vistoria poderá ser agendada pelo responsável técnico da empresa, com até **03 (três) dias** de antecedência em relação à data do certame, no horário das **8h30 às 13h00**, em dias úteis de expediente, com solicitação formal pelo e-mail: engenharia.saude@barreiras.ba.gov.br

17. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

17.1 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a sua substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.

17.2. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.2.1. A omissão na documentação ou a documentação apresentada com data de validade vencida, quando passíveis de serem saneadas mediante consulta gratuita a sítio oficial na internet e, as meras declarações das licitantes, constituem falhas formais. Nestas hipóteses, o(a) Pregoeiro(a) poderá suprir de ofício a falha, juntando a documentação obtida em diligência nos autos do processo.

17.2.2. A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante (condição preexistente) quando apresentou sua proposta, que não foi juntado, por equívoco ou falha, com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta.

17.3. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda documentação de habilitação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que tenham alguma restrição.

17.4. Constituem motivos para INABILITAÇÃO da licitante, após esgotadas as possibilidades de saneamento nos termos do disposto no subitem 17.2.

17.4.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

17.4.2. A apresentação de documentos com prazo de validade vencido, na data fixada para apresentação da proposta eletrônica;

17.4.3. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

17.4.4 A apresentação de documentos que contenham informações inverídicas;

17.4.5. A mesclagem de documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com a Seguridade Social (INSS), para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT);

17.4.6. O não cumprimento dos requisitos de habilitação;

17.4.7. O não atendimento às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

17.5. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

17.6. Caso a licitante não atenda às exigências de habilitação o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

18. DOS RECURSOS

18.1. Dos atos da Administração decorrentes desta licitação cabem:

18.1.1. **Recurso Hierárquico** em face de:

- a) julgamento das propostas;
- b) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- c) anulação ou revogação da licitação;

18.1.2. **Pedido de reconsideração**, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

18.2. Para os recursos apresentados em face do julgamento das propostas e da habilitação ou inabilitação de licitante (alínea b), serão observadas as seguintes disposições:

18.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada pela licitante, exclusivamente via sistema, no prazo de até 10 (dez) minutos, após o julgamento da proposta ou da habilitação, sob pena de preclusão.

18.2.1.1 A licitante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar e motivar a sua intenção de interpor recurso naquele período.

18.2.2. As licitantes que manifestaram a intenção de interpor recurso deverá apresentar sua peça recursal, dirigidos ao(a) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir do encerramento do lote no sistema, após o julgamento da proposta e da habilitação de licitante.

18.2.3. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso 03 (três) dias úteis e terá início na data de divulgação da interposição de recurso.

18.2.4. A apreciação dar-se-á em fase única.

18.3. Os demais recursos hierárquicos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, através do ambiente do sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do dia subsequente ao da publicação no Diário Oficial do Município.

18.4. A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

18.5. O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que praticou o ato, através do e-mail licitacaobarreiras@gmail.com, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da intimação relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

18.5.1 A autoridade deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

18.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.7. O acolhimento de recurso implicará a invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento.

18.8. Não serão acatados recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pela licitante.

19. DO FORNECIMENTO, ENTREGA E RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS

19.1. Os materiais e equipamentos deverão ser entregues nos locais indicados pela Administração, conforme definição em Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço, observadas as peculiaridades de cada Secretaria.

19.2. O prazo de entrega dos equipamentos deverá ser de até 10 (dez) dias, contados a partir da requisição formal emitida pela Administração.

19.3. No ato da entrega, as notas fiscais deverão discriminar quantitativos e especificações dos itens fornecidos. O transporte deverá ser realizado em condições adequadas que assegurem a integridade e qualidade dos equipamentos, os quais deverão ser entregues em perfeito estado de conservação e funcionamento.

19.4. A contratada deverá substituir, sem ônus para a contratante, qualquer equipamento entregue em desacordo com as especificações, com defeito, avariado ou impróprio ao uso a que se destina. Caso seja constatada qualquer irregularidade após o recebimento provisório, o recebimento definitivo e o pagamento ficarão suspensos até a completa regularização.

19.5. Todas as despesas relacionadas a transporte, tributos, fretes, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais custos diretos ou indiretos correrão por conta exclusiva da contratada.

19.6. A Contratante reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade dos materiais fornecidos pela Contratada, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Termo de Referência de acordo com as especificações, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

20. DA VIGÊNCIA

20.1. A Ata de Registro de Preços, conforme o Art. 84 da Lei Federal Nº 14.133/21, terá o prazo de vigência de 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura. Esse prazo poderá ser prorrogado por igual período, totalizando até 24 meses, desde que:

- I. Haja pesquisa prévia de mercado demonstrando que os preços registrados permanecem vantajosos;
- II. O fornecedor registrado concorde com a prorrogação nas mesmas condições;
- III. O órgão gerenciador formalize a prorrogação antes do vencimento da ata.

20.2. Os contratos oriundos deste termo de referência terão vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do mesmo.

20.3. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado de acordo com o artigo 106 da Lei Federal nº 14.133/21, no qual estabelece que a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 05 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, desde que observadas determinadas diretrizes. Bem como o art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21, que contempla ***“Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.”***, desde que haja a devida justificativa e

autorização da autoridade competente, apresentada por escrito, até o 10º (décimo) dia útil anterior ao termo final do prazo pactuado.

21. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

21.1. DO RECEBIMENTO

21.1.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

21.1.2. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

21.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

21.1.4. Os serviços semelhantemente serão acompanhados e fiscalizados pelo responsável, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta de preços.

21.1.5. Após a verificação e aceitabilidade dos serviços prestados e consequente aceitação, ocorrerá o recebimento definitivo da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.

21.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

21.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

21.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

21.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

21.2. DA LIQUIDAÇÃO

21.2.1. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de 10 dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

21.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

21.2.3. Para fins de liquidação, o Setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

o prazo de validade;

a data da emissão;

os dados do contrato e do Órgão contratante;
o período respectivo de execução do contrato;
o valor a pagar; e
eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

21.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

21.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133 de 2021.

21.2.6. A Administração deverá:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;**
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).**

21.2.7. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

21.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos Órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

21.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

21.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

21.3. DO PRAZO DE PAGAMENTO

21.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do atesto da nota fiscal, conforme seção anterior.

21.3.2. Forma de pagamento

21.3.2.1. As notas fiscais deverão ser entregues ao Setor de Compras do Município, para controle e processo de pagamento.

21.3.2.2. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá encaminhar juntamente com Nota Fiscal, os seguintes documentos:

I – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

II - Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

III - Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio de Certidão Conjunto de débitos relativo aos tributos federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil;

IV - Prova de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

21.3.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pelo contratado.

21.3.2.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

21.3.2.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

21.3.2.6. Independentemente do percentual de tributos inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

21.3.2.7. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

22. DAS OBRIGAÇÕES

22.1 DA CONTRATADA

22.1.1. Constituem obrigações da Contratada, além das constantes nos artigos 92, inciso XVI, 115, 119, 120 e 121 da Lei nº Federal nº 14.133/2021, as seguintes:

22.1.2. Executar o objeto de acordo com as condições, prazo, especificações e quantitativos estipulados neste Termo de Referência e no edital;

22.1.3. Responsabilizar-se pela entrega dos materiais conforme estabelecido neste Termo de Referência, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da Contratada;

22.1.4. Garantir que os materiais fornecidos e os serviços executados atendam às exigências deste Termo de Referência e que os mesmos serão entregues e executados com toda segurança de forma a preservar a integridade dos materiais, no local indicado pela Contratante;

22.1.5. Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;

22.1.6. Comunicar a Contratante qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

22.1.7. Se responsabilizar obrigatoriamente pela reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se vericarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

22.1.8. Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários ao fornecimento/confecção dos materiais;

22.1.9. Utilizar na execução dos serviços de instalação dos equipamentos pessoal especializado, devidamente identificado. Bem como fornecer aos funcionários máquinas e equipamentos necessários a execução dos serviços de instalação relacionadas;

22.1.10. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, não cabendo as Secretarias Solicitantes, em hipótese alguma, responsabilidade por danos diretos e indiretos;

22.1.11. Assumir inteira responsabilidade pelos materiais a serem contratados, não podendo transferi-los a outrem, no todo ou em parte;

22.1.12. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias Solicitantes e cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

22.1.13. Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto a ser contratado, para adoção das medidas cabíveis;

22.1.14. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei e no Edital de licitação;

22.15. Prestar o serviço de manutenção preventiva e corretiva, dos equipamentos LOCADOS, bem como a substituição dos mesmos em caso de defeito, sem ônus para a CONTRATANTE, desde que o dano não seja decorrente do mau uso, roubo, vandalismo e caso fortuito.

22.16. Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, nos termos do artigo Nº 125, da Lei Federal 14.133/21.

22.17. Todo e qualquer serviço que venha atrapalhar o bom andamento dos serviços no horário comercial, deverá ser acordado com o responsável do departamento ou unidade, para não interromper as atividades normais.

22.18. Manter sede, filial ou escritório próprio em Barreiras – Bahia, dotado de infraestrutura adequada para receber e solucionar qualquer demanda da Administração.

22.19. Responsabilizar-se perante a Administração Pública, eventuais danos ou desvios causados aos bens que foram confiados ou os seus prepostos devendo efetuar o ressarcimento correspondente imediatamente após o recebimento da notificação da fiscalização, sob pena de glosa de qualquer importância que tenha a receber; limitando ao valor do contrato entre as partes.

22.20. Obedecer a proibição disposta no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF, qual seja, não poderá empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

22.2 DA CONTRATANTE

22.2.1. Supervisionar o fornecimento, por intermédio das Secretarias solicitante e rejeitar no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Termo de Referência.

22.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas deste Termo de Referência e dos termos de sua proposta;

22.2.3. Sustar o recebimento dos materiais e a execução dos serviços se os mesmos não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita, devolvendo os materiais que estejam fora dos padrões exigidos.

- 22.2.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento e da prestação dos serviços , por servidor especialmente designado;
- 22.2.5. Notificar a Contratada por escrito de quaisquer ocorrências relacionadas à execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;
- 22.2.6. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nos dispositivos legais;
- 22.2.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 22.2.8. Fornecer atestado de capacidade técnica, quando solicitado pela Contratada, desde que atendidas às obrigações contratuais.

23. DAS PENALIDADES

23.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

23.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- d) **Multa**:
 - (1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
 - (2) multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
 - (3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

23.3. A aplicação das sanções previstas no Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

23.4. Todas as sanções previstas no Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

- 23.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);
- 23.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);
- 23.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 23.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 23.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b)** as peculiaridades do caso concreto;
 - c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d)** os danos que dela provierem para a Contratante;
 - e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 23.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);
- 23.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);
- 23.9.** A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);
- 23.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21

24. DA AUSÊNCIA DE GARANTIA CONTRATUAL

24.1. Conforme observa-se no artigo 96, da Lei nº 14.133/2021, a **garantia da execução do contrato** é aquela que visa assegurar o cumprimento do contrato, sob pena de retenção do referido valor, e é exigida por ocasião da assinatura do contrato. No caso do objeto desta futura contratação, entende-se que a complexidade do valor da contratação não importar em consideráveis riscos de prejuízos à Administração em razão do inadimplemento do contratado. Portanto, conclui-se pela inexistência de riscos consideráveis à Administração que importem na exigência de uma garantia contratual.

25. DA FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

25.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de abertura do certame, através do portal eletrônico <https://licitanet.com.br/>.

25.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> e publicada no Diário Oficial.

25.3. Eventuais modificações neste edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

25.4. A ausência de impugnação tempestiva importará preclusão administrativa quanto ao exercício dessa faculdade no prazo editalício, sem prejuízo do dever da Administração de rever de ofício eventuais ilegalidades, quando identificadas.

26. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

26.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

26.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

26.3 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

26.4 O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

26.4.1 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho (CNDT) e as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, estiverem com prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

26.4.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

26.5 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

26.6 A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

26.7 A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

26.8 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, compensações ou apelações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de

dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

27. DA SUBCONTRATAÇÃO

27.1 Não é admitida a subcontratação do objeto, por se tratar de fornecimento de equipamentos e prestação de serviços correlacionados.

28. DO REAJUSTE

28.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados anualmente (12 meses), a contar da data do orçamento estimado, dispositivo legal que de outro modo discipline a matéria ou no caso de desequilíbrio econômico-financeiro na relação contratual;

28.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

28.3. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

28.4. Adota-se o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou, na falta deste, o que vier a substituí-lo para correção do valor inicialmente contratado.

28.5. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida, a qualquer tempo, a revisão do preço inicialmente contratado, desde que, em eventuais solicitações nesse sentido, a CONTRATADA comprove a superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

28.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

28.7. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

28.8. O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

29. DA FISCALIZAÇÃO

29.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do Contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

29.2. Com base no artigo 11, do Decreto Municipal nº 45 de 29 de Fevereiro de 2024, compete ao fiscal do contrato, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, em especial:

- Acompanhar o cronograma de execução do contrato, monitorando os prazos e condições de entrega;
- Acompanhar sistematicamente a execução do objeto da contratação;

- Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, apontando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- Apurar a importância a ser paga e a quem se deve pagar para extinguir a obrigação, com base no contrato e nos comprovantes de entrega do bem/material;
- Comunicar formalmente a contratada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais, para que esta tome as providências cabíveis à regularização de faltas ou defeitos;
- Examinar e conferir notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, e formalizar o atesto do recebimento dos bens/materiais;
- Fazer diligências junto à empresa contratada, se for o caso, adotando controles adequados e suficientes para registro destas reuniões;
- Informar ao Gestor, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
- Manifestar-se sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, observando-se o prazo de um mês ou aquele estabelecido em contrato para emissão de decisões pela Administração;
- Receber provisoriamente as aquisições sob sua responsabilidade;
- Solicitar a substituição, a expensas do contratado, no total ou em parte, de objeto do contrato em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;

29.3. A fiscalização, exercida no interesse exclusivo das Secretarias Municipais, não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional, apurada na forma da legislação vigente;

29.4. Ficam designados os servidores público, mencionados abaixo, como Fiscais técnico e administrativo do Contrato:

29.4.1. Secretaria de Agricultura e Tecnologia

Titular – INÁCIO DOS SANTOS MACEDO, Matrícula nº 69316, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Tecnologia;

Suplente – PEDRO IVAN ACTIS REIS JÚNIOR, Matrícula nº 70071, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Tecnologia.

29.4.2. Secretaria de Administração

Titular – IGOR LIMA OLIVEIRA DURÃES, Matrícula nº 67812, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento.

Suplente – EDIMILSON PEREIRA DE SOUZA, Matrícula nº 59752, lotada na Controladoria Geral do Município.

29.4.3. Secretaria de Assistência Social e Trabalho

Titular – IGOR LIMA OLIVEIRA DURÃES, Matrícula nº 67812, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento.

Suplente – EDIMILSON PEREIRA DE SOUZA, Matrícula nº 59752, lotada na Controladoria Geral do Município.

29.4.4. Secretaria de Infraestrutura, Obra, Serviços Públicos e Transporte

Titular: MYLANE BASTOS SANTOS, Matrícula nº 63661, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obra, Serviços Públicos e Transporte;

Suplente: ALINE FRETAS ALVES, Matrícula nº 53587, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obra, Serviços Públicos e Transporte;

29.4.5. Secretaria de Segurança Cidadã e Trânsito:

Titular: THIAGO CLEBER ALVES DOS SANTOS, Matrícula nº 58.364, lotado na Secretaria Municipal de Segurança Cidadã e Trânsito;

Suplente: CLEVER DOS SANTOS COUTINHO, Matrícula nº 66.540, lotado na Secretaria Municipal de Segurança Cidadã e Trânsito.

29.4.6. Secretaria da Fazenda:

Titular: AMANDA BRENTANO NASCIMENTO, Matrícula nº 66.388, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda;

Suplente: KEDMA NUNES CRISOSTOMO, Matrícula nº 64.268, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda.

29.4.7. Secretaria de Cultura e Turismo

Titular – MAX VINICIUS SOUZA MELLO, Matrícula nº 66082, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

Suplente – NAGGILA KALINY RODRIGUES DOS SANTOS, Matrícula nº 65936, lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

29.4.8. Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer

Titular – MARIA LUIZA TELES DAMACENA SANTOS, Matrícula nº 65942, lotada na Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer;

Suplente – LEONARDO MARGALHÃES FROES, Matrícula nº 66241, lotado na Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer.

29.4.9. Gabinete do Prefeito

Titular – IGOR LIMA OLIVEIRA DURÃES, Matrícula nº 67812, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento.

Suplente – ADRIALVA RODRIGUES DE CARVALHO. Matrícula nº 59689, lotado no Gabinete do Prefeito.

29.4.10. Secretaria de Indústria e Comércio

Titular – VIVIANE DOS SANTOS VILLA NOVA, Matrícula nº 64272, lotado na Secretaria de Indústria e Comércio;

Suplente – TALITA CORDEIRO ROCHA. Matrícula nº 65949, lotado na Secretaria de Indústria e Comércio.

29.4.11. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Titular – TIAGO DE LIMA BARRETO, Portaria Nº 643/2021, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade;

Suplente – KAIQUE CARVALHO DE SOUZA PINTO, Matrícula nº 53082, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

29.4.12. Secretaria de Educação

Titular – RICARDO DE AZEVEDO RIBERTO, Matrícula nº 59804, lotada na Secretaria Municipal de Educação;

Suplente – JORGE GIL DE SOUZA E SILVA, Matrícula nº 63357, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

29.4.13. Fundo Municipal de Saúde

Titular – ANTONIO VITOR ARAÚJO SOUSA, Matrícula nº 64955, lotado na Fundo Municipal de Saúde;

30. DISPOSIÇÕES FINAIS

30.1 Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

30.2 Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias úteis.

30.3 As referências de horário correspondem ao horário oficial da Bahia.

30.4 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

31. FORO

31.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Barreiras/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

32. ANEXOS DO EDITAL

32.1 Fazem parte integrante deste Edital:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
ANEXO III	DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA
ANEXO IV	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO
ANEXO V	DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ANEXO VI	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
ANEXO VII	MINUTA DA ATA
ANEXO VIII	MINUTA CONTRATUAL

32.2 – Este Edital contém 136(cento e trinta e seis) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Barreiras/BA, 22 de junho de 2026.

Gislaine César de Carvalho Barbosa
Secretária de Administração

Joaquim Pedro Soares Neto
Secretário de Agricultura e Tecnologia

Roberto Marden Lucena
Secretário da Fazenda

Ivanete Gomes da Silva Bastos
Secretária Municipal de Assistência Social e Trabalho

Bruno José Castro
Secretária de Infraestrutura, Obra, Serv. Públicos e Transportes

Jeferson Barbosa dos Santos
Secretaria da Educação

Fabio Cruz e Silva de Santana
Secretário de Segurança Cidadã e Trânsito

Virgolino Lima Pinto
Secretário de Cultura e Turismo

Balthazar Profeta Guimarães

Secretário de Esporte, Juventude e Lazer

Álvaro Sampaio Júnior

Gabinete do Prefeito

Moriá Sucena Hummel dos Santos

Secretária de Indústria e Comércio

Demóstenes da Silva Nunes Júnior

Secretário de Meio Ambiente e
Sustentabilidade

Larissa Gomes Barbosa

Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº 36637/2025)

1. OBJETO

1.1. Futura contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, configuração, manutenção e operação de sistema integrado de segurança eletrônica, com monitoramento 24 horas de alarmes e videomonitoramento para atender às demandas específicas das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Barreiras – BA. Todas as garantias legais oferecidas pela Contratada, sobretudo quanto às especificações, quantitativos e condições do objeto pretendido devem estar de acordo com o Termo de Referência.

1.2. A contratação visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando assim a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas da administração pública municipal.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação, de seus quantitativos e a descrição da necessidade encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar retro.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual, haja vista que o Município de Barreiras - Bahia ainda não elaborou o referido instrumento de planejamento. Por fim, informamos que o competente Plano de Contratações Anual (PCA), e a confecção do Catálogo Eletrônico Padronizado estão em processo de elaboração, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

2.3. A utilização da modalidade Licitatória Pregão Eletrônico através de Registro de Preços mostra-se o modelo mais adequado, considerando a demanda já estabelecida pelas secretarias, permitindo contratações conforme a real necessidade de cada unidade, com ganho de planejamento. Assim, a contratação futura se apresenta estratégica e alinhada aos objetivos da gestão municipal, assegurando a conformidade com os requisitos legais e técnicos estabelecidos.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A referida contratação justifica-se em decorrência da crescente complexidade dos desafios relacionados à segurança patrimonial e pessoal torna imperativa a adoção de medidas eficazes e modernas de proteção. A contratação de empresa especializada para a instalação de sistemas de câmeras e alarmes com monitoramento e segurança eletrônica, incluindo o fornecimento de materiais e equipamentos para sistemas de câmeras e a locação de equipamentos para sistemas de alarmes, constitui necessidade estratégica para a Administração Pública Municipal.

3.2. Dito isso, cabe salientar ainda, que a implantação do sistema de vídeo monitoramento atende em parte ao compromisso estabelecido no termo de ajustamento de conduta –TAC celebrado entre o Ministério público do Estado da Bahia e o município de Barreiras, através da Secretaria Municipal de Saúde para os profissionais da área da saúde do município para fins de aprimorar o serviço prestado para o Município de Barreiras.

3.3. Dentro dessa lógica, no âmbito da sede administrativa, o sistema visa proteger equipamentos, veículos oficiais, documentos e instalações, além de resguardar a integridade física de servidores e visitantes. O monitoramento contínuo e o registro de imagens também contribuirão para o controle interno, a transparência administrativa e a responsabilização em eventuais ocorrências.

3.4. Desta forma, é preciso ressaltar ainda, que a opção pela locação de equipamentos de alarme e pela responsabilidade da empresa contratada quanto à manutenção e atualização tecnológica permite a otimização de custos e a redução da carga operacional da Administração, mesmo nos casos em que as edificações não sejam de propriedade do Município, mas abriguem bens públicos sob sua responsabilidade.

3.5. Considerando que o município de Barreiras – Bahia, apresenta instabilidade recorrente nos serviços de internet e telefonia fixa, especialmente em períodos de estiagem (com ocorrência de queimadas que afetam a infraestrutura aérea), em períodos chuvosos (com queda e degradação significativa do sinal), além de oscilações na rede elétrica. Considerando que o serviço de monitoramento eletrônico 24 horas exige continuidade ininterrupta, sistemas baseados exclusivamente em comunicação via IP, telefonia fixa ou rede móvel estão sujeitos a riscos como: corte físico de cabos; falhas nas operadoras; interrupções por condições climáticas; Uso de bloqueadores de sinal (jammers); Quedas de energia; Indisponibilidade ou instabilidade das redes públicas.

3.6. Diante desse cenário, justifica-se a exigência de comunicação via rádio frequência dedicada, com torres e equipamentos devidamente homologados pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), garantindo maior estabilidade e independência das redes públicas; redução da vulnerabilidade a sabotagens; mitigação de riscos operacionais; continuidade do monitoramento 24 horas; conformidade legal com a legislação de telecomunicações.

3.7. Considerando a extensão territorial do Município de Barreiras – BA, a existência de prédios públicos situados em áreas com limitação de infraestrutura de internet cabeada ou fibra óptica, e a necessidade de comunicação ininterrupta e redundante, torna-se tecnicamente indispensável que a empresa contratada disponha de **torre de radiofrequência devidamente autorizada pelo órgão regulador competente**, garantindo autonomia operacional; estabilidade do enlace; baixa latência; redução de falhas por terceiros; resposta imediata a eventos críticos e a continuidade do serviço mesmo em falhas da rede pública.

3.8. A operação de enlaces dedicados via radiofrequência exige autorização conforme regulamentos da Agência Nacional de Telecomunicações (**ANATEL**), especialmente no que se refere ao uso do espectro de radiofrequência; licenciamento de

estações; registro de estações transmissoras; outorga para exploração de serviço de telecomunicação (SCM, quando aplicável).

3.9. A exigência de torre autorizada assegura que a empresa detenha regularidade jurídica, não haja uso clandestino de frequência, o município não incorra em corresponsabilidade por operação irregular.

3.10. A exigência de **torre autorizada** justifica-se pelos seguintes aspectos técnicos e operacionais:

- a) **Continuidade do Serviço** - o monitoramento é atividade contínua e ininterrupta, a dependência de infraestrutura de terceiros aumenta risco de indisponibilidade; prejudica SLA (nível de serviço); compromete segurança pública institucional.
- b) **Resposta Imediata a Ocorrências** - a comunicação por rádio dedicada garante baixa latência; estabilidade em eventos críticos e independência da internet comercial.
- c) **Redução de Risco Jurídico ao Município** - caso a empresa utilize infraestrutura irregular o município pode sofrer questionamentos por contratação de serviço não autorizado; pode haver interrupção por fiscalização da ANATEL e poderá ocorrer aplicação de sanções administrativas.
- d) **Segurança da Informação** - rede própria reduz a vulnerabilidade a ataques, a interceptação indevida, bem como a dependência de redes públicas instáveis.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar retro.

5. SECRETARIAS PARTICIPANTES:

Área	Responsável
Secretaria de Administração	Gislaine César de Carvalho Barbosa
Secretaria de Assistência Social e Trabalho	Ivanete Gomes da Silva Bastos
Secretaria de Saúde	Larissa Gomes Barbosa
Secretaria de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transportes	Bruno José de Castro
Secretaria de Cultura e Turismo	Virgulino de Lima Pinto
Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer	Balthazar Profeta Guimarães

Área	Responsável
Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade	Demósthene da Silva Nunes Júnior
Secretaria de Agricultura e Tecnologia	Joaquim Pedro Soares NETO
Secretaria de Segurança Cidadã e Trânsito	Fabio Cruz E Silva De Santana
Gabinete do Prefeito	Álvaro Sampaio Júnior
Secretaria da Fazenda	Roberto Marden Lucena
Secretaria de Indústria, Comércio e Serviço	Moriá Sucena Hummel Dos Santos
Secretaria de Educação	Jeferson Barbosa dos Santos

6. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

6.1. Processo licitatório na Modalidade Pregão Eletrônico através de Registro de Preços, para a Futura contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, configuração, manutenção e operação de sistema integrado de segurança eletrônica, com monitoramento 24 horas de alarmes e videomonitoramento para atender às demandas específicas das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Barreiras – BA, conforme descrito dos itens abaixo:

LOTE 1				
ITEM	CÓDIGO GOV	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	ANÁLISE	Tipo NVR com 8 portas PoE integradas: Compatibilidade Compatível com câmeras IP de terceiros, padrão ONVIF Profile S/G Resolução Máxima Suporte a gravação e reprodução em até 8 MP Largura de Banda Entrada ≥ 160 Mbps / Saída ≥ 80 Mbps Entradas de Vídeo 8 canais IP Entradas de Áudio 1 canal RCA bidirecional (2,0 Vp-p, 1k Ω) Saídas de Vídeo HDMI (até 4K / 30Hz) e VGA (até 1920x1080 / 60Hz) Resoluções Suportadas 8MP / 6MP / 5MP / 4MP / 3MP / 1080p / 720p / VGA / CIF Formatos de Codificação H.265, H.265+, H.264, H.264+, MPEG-4 Capacidade de Decodificação 1 canal em 8MP ou 4 canais em 1080p simultâneos Armazenamento 2 interfaces SATA, suportando HDD até 6TB cada (capacidade total até 12TB) Recursos Inteligentes (VCA) Detecção de movimento, linha virtual, intrusão, objeto abandonado/removido Rede 1 porta RJ-45 10/100/1000 Mbps auto adaptável Portas USB 2 portas USB 2.0 PoE Integrado 8 portas independentes, padrão IEEE 802.3af/at, até 30W por porta Alimentação 100 ~ 240 VAC, potência ≤ 280 W Consumo ≤ 15 W (sem HDD/PoE) Condições de Operação Temperatura -10 °C a +55 °C, umidade 10% ~ 90% Certificações CE, FCC, RoHS, homologação ANATEL (quando aplicável) Garantia Mínimo de 12 meses (preferencialmente 36 meses) Dimensões Aproximadamente 385 x 315 x 52 mm (chassi 1U) Peso ≤ 3 kg (sem HDD)	Unidade	16

2	626899	<p>Tipo NVR com 16 portas PoE integradas: Compatibilidade Compatível com câmeras IP de terceiros, padrão ONVIF Profile S/G Resolução Máxima Suporte a gravação e reprodução em até 8 MP Largura de Banda Entrada ≥ 160 Mbps / Saída ≥ 80 Mbps Entradas de Vídeo 16 canais IP Entradas de Áudio 1 canal RCA bidirecional Saídas de Vídeo HDMI (até 4K / 30Hz) e VGA (até 1920×1080 / 60Hz) Resoluções Suportadas 8MP / 6MP / 5MP / 4MP / 3MP / 1080p / 720p / VGA / CIF Formatos de Codificação H.265, H.265+, H.264, H.264+, MPEG-4 Capacidade de Decodificação 2 canais em 8MP ou 8 canais em 1080p simultâneos Armazenamento 2 a 4 interfaces SATA, suportando HDD até 6TB cada (capacidade total até 24TB) Recursos Inteligentes (VCA) Detecção de movimento, linha virtual, intrusão, objeto abandonado/removido Rede 1 porta RJ-45 10/100/1000 Mbps auto adaptável Portas USB 2 portas (USB 2.0 ou 1×2.0 + 1×3.0, conforme modelo) PoE Integrado 16 portas independentes, padrão IEEE 802.3af/at, até 30W por porta Alimentação 100 ~ 240 VAC, potência ≤ 300W Consumo ≤ 20W (sem HDD/PoE) Condições de Operação Temperatura -10 °C a +55 °C, umidade 10% ~ 90% Certificações CE, FCC, RoHS, homologação ANATEL (quando aplicável) Garantia Mínimo de 12 meses (preferencialmente 36 meses) Dimensões Aproximadamente 445 × 390 × 70 mm (chassi 1U ou 1,5U) Peso ≤ 5 kg (sem HDD)</p>	Unidade	70
3	628180	<p>Tipo NVR com 32 portas PoE integradas: Compatibilidade Compatível com câmeras IP de terceiros, padrão ONVIF Profile S/G Resolução Máxima Suporte a gravação e reprodução em até 12 MP Largura de Banda Entrada ≥ 320 Mbps / Saída ≥ 256 Mbps Entradas de Vídeo 32 canais IP Entradas de Áudio 1 canal RCA bidirecional Saídas de Vídeo HDMI (até 4K / 60Hz, 2 canais) e VGA (até 1920×1080 / 60Hz) Resoluções Suportadas 12MP / 8MP / 6MP / 5MP / 4MP / 3MP / 1080p / 720p / VGA / CIF Formatos de Codificação H.265, H.265+, H.264, H.264+, MPEG-4 Capacidade de Decodificação Até 4 canais em 8MP ou 16 canais em 1080p simultâneos Armazenamento 4 a 8 interfaces SATA, suportando HDD até 10TB cada (capacidade total até 80TB) Recursos Inteligentes (VCA) Detecção de movimento, linha virtual, intrusão, objeto abandonado/removido Rede 2 portas RJ-45 Gigabit 10/100/1000 Mbps (balanceamento ou redundância) Portas USB 2 ou mais (USB 2.0 e USB 3.0); PoE Integrado 32 portas independentes, padrão IEEE 802.3af/at, até 30W por porta Alimentação 100 ~ 240 VAC, potência ≤ 400W Consumo ≤ 30W (sem HDD/PoE) Condições de Operação Temperatura -10 °C a +55 °C, umidade 10% ~ 90% Certificações CE, FCC, RoHS, homologação ANATEL (quando aplicável) Garantia Mínimo de 12 meses (preferencialmente 36 meses) Dimensões Aproximadamente 485 × 390 × 90 mm (chassi 2U); Peso ≤ 7 kg (sem HDD)</p>	Unidade	39
4	623907	<p>Tipo de câmera Dome Rede 2.0MP IP Para monitoramento externo:Resolução 2.0MP (1920x1080) ≥20 fps -Sensor CMOS 1/2,7" progressivo -Compressão H.264/H.264+ ou H.265 Suporte ROIStreams MainStream e Substream -Sensibilidade luminosa 0.01 Lux; 0 Lux com IR -Alcance IR ≥30 metros -Lente Varifocal 2.8 mm -Dia & Noite Filtro IR automático -Funções de imagem BLC, ROI, 3D-DNR -Áudio Entrada e saída -Alarme Entrada e saída -WDR Até 120 dB Não digitalAnálise inteligente Cruzamento de Linha, Intrusos, Movimentos (≥12 áreas), Obstrução Preferencialmente embarcada ou via software licenciadoAlarmes inteligentes Cruzamento de Linha, Intrusos, Movimentos, Obstrução, Rede, IP, Armazenamento Preferencialmente embarcados ou via software licenciadoPadrões ONVIF, PSIA -Protocolos TCP/IP, HTTP/HTTPS, FTP, DHCP, DNS, RTSP, SMTP, SNMP, IGMP, 802.1X, QoS, IPv6 Lista resumida dos principais protocolos Armazenamento Suporte NAS e Micro SD até 128GB Cartão fornecido: 64GB Classe 10Temperatura -30°C a 60°C Umidade ≤95% sem condensaçãoProteção IP66 ou superior -Alimentação 12Vdc e PoE (802.3af) -</p>	Unidade	719

		Proteção mecânica IK10 ou superior -Suporte Parede ou teto com caixa de junção Protege conexões, saída para eletroduto.		
5	623909	Tipo de câmera Bullet Rede 4.0MP IP Para monitoramento externo: Resolução 4.0MP (2560x1440) ≥20 fps - Sensor e lente CMOS 1/3" progressivo; lente varifocal 2.8–12 mm - Compressão e streams H.264/H.264+ ou H.265; MainStream e Substream Suporte ROI Visão noturna IR automático ≥50 metros; sensibilidade 0.01 Lux Dia & Noite Funções de imagem e WDR BLC, ROI, 3D-DNR, WDR até 120 dB Não digital Áudio e alarme Entrada e saída de áudio e alarme - Análise e alarmes inteligentes Cruzamento de Linha, Intrusos, Movimentos (≥12 áreas), Obstrução, Rede, IP, Armazenamento Preferencialmente embarcados ou via software licenciado Padrões e protocolos ONVIF, PSIA; TCP/IP, HTTP/HTTPS, FTP, DHCP, DNS, RTSP, SMTP, SNMP, IGMP, 802.1X, QoS, IPv6 Principais protocolos resumidos Armazenamento Suporte NAS e Micro SD até 128GB Cartão fornecido: 64GB Classe 10 Operação -30°C a 60°C; umidade ≤95% sem condensação - Proteção IP66 e IK10 ou superior - Alimentação 12Vdc e PoE (802.3af) - Suporte Parede ou teto com caixa de junção Protege conexões e saída para eletrocuto.	Unidade	727
6	623908	Tipo de câmera Speed Dome IP 360º Para monitoramento externo: SD IR IA, Câmera IP Full HD 1080p, Resolução 2 megapixels (1080p), Alimentação PoE Ativo (IEEE 802.3at), Inteligência Artificial Embarcada, Alcance IR de 100 m, Tecnologia Starlight, Zoom óptico de 25x, Inteligência Artificial, Compressão de Vídeo, PoE+ Power Over Ethernet.	Unidade	11
7	478334	Tipo: HDD (disco rígido) interno: Capacidade mínima: 4TB "Terabytes" Interface: SATA III (6 Gb/s), retrocompatível com versões anteriores Formato físico: 3,5 polegadas Rotação mínima: 5.400 RPM ou superior Cache/buffer: mínimo de 64 MB Tecnologia voltada para gravação contínua 24x7, otimizado para sistemas de vigilância/NVR/DVR Suporte para múltiplos streams de vídeo em alta resolução simultâneos Vida útil projetada para operação contínua (workload anual mínimo 180 TB/ano) Temperatura de operação: 0°C a 65°C (mínimo) MTBF (tempo médio entre falhas): 1 milhão de horas ou superior Garantia mínima: 3 anos.	Unidade	122
8	623629	Tipo: Rack padrão 19' 8U, fixação em parede: Altura útil: 8U Estrutura em aço carbono com tratamento anticorrosivo Pintura eletrostática a pó na cor preta (ou equivalente) Porta frontal com visor em acrílico ou vidro temperado, com fecho tipo chave Laterais removíveis para fácil acesso interno Furação padrão 19" para fixação de equipamentos e acessórios Capacidade de carga mínima: 40 kg Aberturas para ventilação natural e possibilidade de instalação de ventiladores Entrada e saída de cabos na parte superior e inferior Dimensões aproximadas (L x P): 570 mm x 450 mm (tolerância ± 10%) Fornecido montado, com kit de parafusos e porcas gaiola Garantia mínima de 1 ano	Unidade	114
9	632037	Tipo Cabo HDMI 15m (HDMI 2.0 ou superior): Item: 01 Produto: Cabo HDMI macho x machoComprimento: 15 metros. Versão HDMI: 2.0 ou superior.	Unidade	

		Conectores: 19 pinos. Resolução Máxima: 4K @ 60Hz (3840x2160), Largura de Banda: até 18 Gbps, Condutor: 100% cobre (OFC – Oxygen Free Copper), Recursos Adicionais: Filtro de ruído integrado, Suporte a HDR103D ReadyDeep Color Suporte a ARC, Dolby TrueHD e DTS-HDAplicação: transmissão de áudio e vídeo digital em TVs 4K, projetores, monitores profissionais, home theaters e videogames. Unidade de Medida: unidade.		115
10	614404	Tipo de equipamento Nobreak 1500 VAC Capacidade 1500 VA / 1050 Watts Topologia Line Interactive Tipo de forma de onda Senoidal Proteção contra subtensão / sobretensão Desliga automaticamente quando a tensão da rede está fora dos níveis aceitáveis Proteção contra sobrecarga Desliga automaticamente em casos de sobrecarga Entrada – Tensão nominal 115V / 220V (bivolt automático) Entrada – Frequência 60 Hz Entrada – Tipo de conexão NBR 14136 Saída – Tensão nominal 115V Saída – Potência máxima 1050 Watts / 1500 VA Saída – Conexões 6 tomadas NBR 14136 Dimensões – Altura 370 mm Dimensões – Largura 205 mm Dimensões – Profundidade 450 mm Observações adicionais Protege computadores, impressoras e equipamentos de rede; fácil instalação	Unidade	114
11	410058	TIPO: CABO CAT5E 100% COBRE Categoria Cat5e: Condutor: 100% cobre sólido Pares trançados: 4 Velocidade de transmissão: até 1 Gbps Comprimento máximo por segmento: 305 metros Tipo de blindagem: UTP (sem blindagem), STP ou FTP (com blindagem) Revestimento: PVC ou LSZH (baixa emissão de fumaça) Aplicações: redes LAN, telefonia, cabeamento estruturado, transmissão de dados Normas técnicas: compatível com ISO/IEC e ABNT NBR	Metros	81451
12	632027	Tipo de equipamento Switch 16 Portas PoE GIGA não gerenciável: Número total de portas 18 Número de portas PoE 16, 10/100/1000 Mbps Porta(s) Uplink 2 portas de combinação 1000 Mbps Padrão PoE IEEE 802.3af / IEEE 802.3a Controle de fluxo IEEE 802.3x full duplex Capacidade de comutação 7,2 Gbps Taxa máxima de encaminhamento 5,36 Mpps Tipo de porta RJ-45 Velocidade das portas PoE 10/100/1000 Mbps Velocidade das portas Uplink 1000 Mbps Observações adicionais Indicado para redes corporativas ou de monitoramento; PoE alimenta dispositivos como câmeras IP, telefones VoIP e pontos de acesso sem fio	Unidade	10
13	309004	Tipo de equipamento Rack para parede 19" 5U: Dimensões (A x L x C) 250 mm x 500 mm x 350 mm Uso Ambientes internos (indoor) Finalidade Acomodação e proteção de equipamentos e acessórios eletrônicos padrão 19" Estrutura Aço soldado Passagem de cabos Parte superior e inferior Planos de montagem Par de planos frontais padrão 19" Ventilação Aletas laterais Porta frontal Aço com visor de acrílico Segurança Chaves de segurança Tratamento do aço Anticorrosivo e desengraxante biodegradável Pintura Eletrostática a pó epóxi texturizada Observações adicionais Ideal para acomodação de switches, nobreaks, patch painéis e outros equipamentos de rede	Unidade	20
14	631143	Tipo de equipamento Nobreak 700 VA: Potência máxima de saída 700 VA Entrada – Tipo Monovolt Faixa de tensão de entrada 220Vca ± 20% Proteção contra sub/sobretensão Sim Faixa de tensão de saída 220Vca ± 8% Função estabilizador de rede Sim Filtro de saída contra interferências Sim Sinalização Sonora e visual: LED indicativo (modo rede / modo bateria) Borne para bateria externa Não Bateria interna 1 bateria 12Vcc / 7Ah Autonomia estimada 1 DVR + 4 câmeras ≈ 47 minutos Número de tomadas de saída 4 Peso líquido 6,7 kg Dimensões (L x A x P) 100 x 161 x 342,9 mm Observações adicionais Ideal para pequenos sistemas de monitoramento, CFTV e equipamentos eletrônicos	Unidade	24

15	613324	Tipo de equipamento Monitor / Smart TV 32" Tipo de tela LED Tamanho 32" Resolução HD, Sistema operacional Android TV Frequência de atualização 60 Hz Potência de som 10W RMS Conexões 2x HDMI, 1x USB, 1x Ethernet. Comando de voz Sim. Observações adicionais Ideal para videoconferências, apresentações e uso multimídia	Unidade	115
16	632028	Tipo de equipamento Switch 8 Portas PoE GIGA não gerenciável: Número total de portas 9 Número de portas PoE 8, 10/100/1000 Mbps Porta(s) Uplink 1 porta de combinação 1000 Mbps Padrão PoE IEEE 802.3af / IEEE 802.3at Controle de fluxo IEEE 802.3x full duplex Capacidade de comutação 7,2 Gbps Taxa máxima de encaminhamento 5,36 Mpps Tipo de porta RJ-45 Velocidade das portas PoE 10/100/1000 Mbps Velocidade da porta Uplink 100 Mbps Observações adicionais Indicado para pequenas redes corporativas ou de monitoramento; PoE alimenta câmeras IP, telefones VoIP e pontos de acesso sem fio.	Unidade	19
17	632182	Tipo de equipamento Filtro de linha 5 : Número de tomadas 5 tomadas + 2 portas USB Tipo de alimentação Bivolt Comprimento do cabo 3 metros Corrente máxima 10 A Material do cabo Lâmina de cobre de alta condutividade Material do corpo Plástico de alta qualidade, resistente a chama e altas temperaturas Tipo de plugue Padrão 3 pinos Observações adicionais Protege equipamentos eletrônicos contra sobrecargas e permite carregamento via USB	Unidade	121
18	632026	CANALETA INDUSTRIAL Ventilada tamanho 30x50 (Base X Altura) Recorte aberto facilitando as derivações e passagens de cabos. Material: PVC (UL94V-C/RoHS) Livre de Halogênio. Cor Padrão cinza.	Unidade	710
19	614413	ELETRODUTO GALVANIZADO LEVE 3/4: Material Aço, Barra com 3mts	Unidade	1418
20	632161	Tipo de equipamento Conversor de mídia: Função Converte sinais de rede entre cabos de cobre (RJ-45) e fibra óptica Velocidade de transmissão 10/100/1000 Mbps (dependendo do modelo) Padrão de rede compatível IEEE 802.3, 802.3u, 802.3ab Tipo de fibra suportada Monomodo ou Multimodo (dependendo do modelo) Distância máxima de transmissão Até 20 km (dependendo do modelo e tipo de fibra) Alimentação Fonte externa ou PoE (dependendo do modelo) Conectores RJ-45 (cobre), SC/ST/LC (fibra) Observações adicionais Ideal para interligar redes LAN em longas distâncias utilizando fibra óptica	Unidade	14
21	632825	Antena WOM 5.000 16 dbi: capaz de realizar enlaces sem fio de até 4 km de distância. A tecnologia base para, » Compatível com protocolo iPoll, Processamento de 60.000 pacotes por segundo, Larguras de canal de 5, 10, 20 e 40 MHz, Proteção antissurto na porta Ethernet de até 15.000 V construção de enlaces sem fio segue o padrão IEEE 802.11 a/n	Unidade	12
22	23930	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: INSTALAÇÃO COMPLETA DA CENTRAL DE VIDEOMONITORAMENTO (CFTV), INCLUSO DESLOCAMENTO, MÃO DE OBRA E GASTOS NECESSÁRIOS PARA O TOTAL FUNCIONAMENTO TODA DE GRAVAÇÕES E VISUALIZAÇÕES DAS CÂMERAS, POR PONTO - o quantitativo dos pontos compreende os itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 12, 15, 16, 20 e 21). A contratada deverá fornecer todos os materiais, insumos e acessórios necessários à perfeita execução da instalação, ainda que não estejam expressamente listados, incluindo fixadores, parafusos, buchas, suportes, conectores, abraçadeiras, canaletas, fita isolante, terminais, acabamentos e quaisquer outros itens indispensáveis ao adequado funcionamento e acabamento da solução, sem ônus adicional para a Administração.	SVÇ	1.752

LOTE 2				
ITEM	CÓDIGO GOV	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.

1	23930	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE SISTEMA DE CÂMERAS, TANTO NAS DEMANDAS DE HARDWARE E SOFTWARE. SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTO CASO NECESSÁRIO, CONFIGURAÇÕES DE SOFTWARES NECESSÁRIAS. CONFIGURAÇÃO DE EXIBIÇÃO DE IMAGENS E ARMAZENAMENTO DE GRAVAÇÕES CONSTANTES.	SERVIÇO	2.244
---	-------	--	----------------	--------------

LOTE 3				
ITEM	CÓDIGO GOV	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1		LOCAÇÃO - CENTRAL DE ALARME DE 16 ZONAS OU SETORES; Processador ARM 32 bits; Zona na placa; 16 zonas programáveis; 8 partições reais; expansível até 128 zonas ;8 periféricos no barramento ;comunicação via IP e linha telefônica ;sensor de linha telefônica integrado na placa; atualização remota do firmware via IP; fonte full range 110v/220v; carregado de bateria ;saída de sirene 2,5; 02 sirene particionada; saída auxiliar 1,2A; operar com sensores NA e NF simultaneamente; configuração individual por zona;10 opções diferentes de ligação dos sensores inclusive com anti-mascaramento; atualização do firmware com painel em operação; opção de configurar o IP fixo ou dinâmico na rede local; universal plug e play; sistema de detecção de acesso à internet; supervisão completa do sistema (rede elétrica, bateria, alimentação dos periféricos, fiação dos sensores, sirene, linha telefônica e comunicação).	Unidade	696
2		LOCAÇÃO - SENSOR TIPO 1: SENSOR IVP (Infravermelho passivo) com fio para a área interna; dispositivos de campos utilizados nos sistemas de alarmes da segurança eletrônica para detecção de intrusão em uma área determinada; contato do alarme do formulário A ou C e interruptor contra violação; análise de sinal digital; eletrônica avançada em ASIC; Imunidade a animais de estimação até 25 kg; tecnologia de imagem linear Quad; ajuste de sensibilidade do PIR; certificações; FCC/IC, UL/ULC, CE.	Unidade	10.380
3		LOCAÇÃO - SENSOR TIPO 2: SENSOR PARA ÁREA SEMIABERTA IVP (Infravermelho passivo) PIMW com fio ,é um detector de movimento de dupla tecnologia que combinam a detecção por infravermelho passivo e micro-ondas com a imunidade a animais domésticos; possuir m contato de alarme com a forma A e tamper switch; análise de sinal digital; eletrônica avançada em ASIC; imunidade a a animais de estimação de até 25 kg ;tecnologia de imagem linear Quad; ajuste de sensibilidade de PiR e micro-ondas; modulo de sensor de movimento por micro-ondas com antena de microfita com patch; certificações FCC/IC, UL/ULC, CE.	Unidade	552
4		LOCAÇÃO - SENSOR TIPO 3: SENSOR QUEBRA DE VIDRO COM FIO; sensor de impacto sísmico quebra de vidro; possuir análise completa em áudio e infrassom; possuir 7 filtros de frequência digitais; possuir análise de impacto e choque; possuir até imunidade a interferência por rádio frequência e eletromagnetismo; possuir sensibilidade ajustável.	Unidade	324
5		LOCAÇÃO - SENSOR TIPO 4: SENSOR PARA EXTERNA IVP (Infravermelho passivo) PIMW com FO; e um detector de movimento de dupla tecnologia, um só elemento infravermelho passivo e a tecnologia de micro-ondas para uso externo nas condições climáticas mais severas; possuir detecção por micro-ondas baseado no conceito doppler; reles NA e NF ativo ao mesmo tempo ;possuir imunidade a animais domésticos de até 36 kg; possuir seleção de intensidade do micro-ondas; possuir uma distância de detecção de até 15m; detecta intruso que estejam andando ou correndo; aprova d'água e poeira IP67; certificações	Unidade	204

		FCC/IC,CE; proteção contra luz solar direta, ventos até 30.m/s, neve e chuva ,pequenos animais.		
6		LOCAÇÃO - SENSOR TIPO 5: SENSOR MAGNETICO com fio de sobrepor para ambiente interno; método de detecção campo magnético; gap 15 mm +ou-10%; saída de alarme NF; cabo flexível.	Unidade	1.392
7		LOCAÇÃO - MODULO TRANSMISSÃO VIA RADIO Antena omnidirecional com ganho de 3dBi para instalação em ambiente interno e conexão direta com o Rádio Alarme 460MHz.	Unidade	600
8		LOCAÇÃO - PLACA DE EXPANSOR DE 16 ZONAS com fio para central de alarme; zonas na placa expensor; 16 zonas programáveis; fonte full range 110v/220v; carregado de bateria; saída de sirene 2,5ª;02 sirene particionada; saída auxiliar 1,2ª; operar com sensores NA e NF simultaneamente; configurado individual por zona; 10 opções diferentes de ligação dos sensores inclusive com anti-mascaramento; atualização via cabo serial comunicador independente da central de alarme	Unidade	192
9		PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: Monitoramento 24 H completa da central de alarme e de vídeo monitoramento, incluso manutenção tanto nas demandas de Hardware e Software, substituição de equipamento caso necessário, configurações, de Softwares necessários, configuração de exibição de imagens e armazenamento de gravações constantes.	Serviço	696

6.2. Todos os itens objeto deste Termo de Referência são caracterizados como comuns, encontrados usualmente no mercado e a forma de escolha do fornecedor deverá ser por licitação com critério de julgamento “menor preço”, na modalidade “pregão eletrônico”, conforme inciso I, do artigo 33 e inciso I, do artigo 28, ambos da Lei 14.133/2021, respectivamente, com ampla concorrência, visando a obtenção da melhor proposta para a Administração.

6.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo.

7. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. Os contratos oriundos deste termo de referência terão vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do mesmo.

7.2. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado de acordo com o artigo 106 da Lei Federal nº 14.133/21, no qual estabelece que a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 05 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, desde que observadas determinadas diretrizes. Bem como o art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21, que contempla ***“Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.”***, desde que haja a devida justificativa e

autorização da autoridade competente, apresentada por escrito, até o 10º (décimo) dia útil anterior ao termo final do prazo pactuado.

7.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21) SUSTENTABILIDADE

8.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nos Estudos Técnicos Preliminares, nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no futuro edital a ser confeccionado como requisito previsto em lei especial, bem como Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, disponibilizado pela Consultoria-Geral da União e no site da AGU.

8.2. Requisitos Gerais da Solução

8.2.1. A solução deverá contemplar, de forma integrada e compatível entre si, o fornecimento de equipamentos, a instalação, a configuração, a manutenção preventiva e corretiva, bem como o monitoramento remoto 24 horas de alarmes e videomonitoramento, assegurando funcionamento ininterrupto e resposta tempestiva a eventos. Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, em linha de fabricação, tecnologicamente atualizados e em conformidade com as normas técnicas e regulamentares aplicáveis. A execução dos serviços deverá ser realizada por empresa especializada, com equipe técnica própria e devidamente qualificada.

8.3. Requisitos de Fornecimento, Entrega e Recebimento dos Equipamentos

8.3.1. Os materiais e equipamentos deverão ser entregues nos locais indicados pela Administração, conforme definição em Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço, observadas as peculiaridades de cada Secretaria.

8.3.2. O prazo de entrega dos equipamentos deverá ser de até 10 (dez) dias, contados a partir da requisição formal emitida pela Administração.

8.3.3. No ato da entrega, as notas fiscais deverão discriminar quantitativos e especificações dos itens fornecidos. O transporte deverá ser realizado em condições adequadas que assegurem a integridade e qualidade dos equipamentos, os quais deverão ser entregues em perfeito estado de conservação e funcionamento.

8.3.4. A contratada deverá substituir, sem ônus para a contratante, qualquer equipamento entregue em desacordo com as especificações, com defeito, avariado ou impróprio ao uso a que se destina. Caso seja constatada qualquer irregularidade após o recebimento provisório, o recebimento definitivo e o pagamento ficarão suspensos até a completa regularização.

8.3.5. Todas as despesas relacionadas a transporte, tributos, fretes, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais custos diretos ou indiretos correrão por conta exclusiva da contratada.

8.3.6. A Contratante reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade dos materiais fornecidos pela Contratada, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Termo de Referência de acordo com as especificações, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

8.4. Requisitos Técnicos do Sistema de Videomonitoramento

8.4.1. O sistema de videomonitoramento deverá permitir vigilância contínua de áreas internas e externas, incluindo acessos, recepções, corredores, estacionamentos e demais pontos estratégicos definidos pela Administração, devendo atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- Câmeras com resolução compatível com a identificação de pessoas, objetos e eventos;
- Gravação contínua e/ou por detecção de movimento;
- Armazenamento das imagens por período mínimo a ser definido no Termo de Referência;
- Acesso remoto às imagens em tempo real e gravadas, com diferentes níveis de permissão;
- Registro de data, hora e local nas gravações;
- Integração com o sistema de alarmes e com a central de monitoramento.

8.5 Requisitos Técnicos do Sistema de Alarmes

8.5.1. O sistema de alarmes deverá ser composto por sensores e dispositivos adequados aos ambientes monitorados, garantindo a detecção de intrusões e violações, incluindo:

- Sensores de presença e abertura;
- Dispositivos de acionamento sonoro e/ou silencioso;
- Comunicação permanente com a central de monitoramento;
- Registro e histórico de eventos;
- Integração com o sistema de videomonitoramento para verificação visual das ocorrências.

8.6. Requisitos de Monitoramento 24 Horas

8.6.1. A contratada deverá disponibilizar central de monitoramento em funcionamento ininterrupto, 24 horas por dia, 7 dias por semana, apta a:

- Receber e tratar eventos de alarme e videomonitoramento;
- Realizar verificação imediata das ocorrências;
- Acionar responsáveis designados pela Administração e, quando necessário, as forças de segurança pública;
- Manter registros detalhados dos eventos e atendimentos realizados.
- Em caso de disparo ou outro alerta, envio imediato de equipe tática para realização de vistoria presencial ao local.

8.7. Requisitos de Instalação e Implantação

8.7.1. A contratada será responsável por instalar, configurar e entregar os sistemas em pleno funcionamento, de acordo com as necessidades de cada unidade administrativa, observando:

- Levantamento técnico prévio dos locais;
- Definição dos pontos de instalação em conjunto com a Administração;
- Execução dos serviços em dias e horários compatíveis com o funcionamento das unidades públicas, sem custos adicionais;
- Utilização de técnicos próprios, devidamente identificados e habilitados;

- Realização de testes e validação do sistema antes do recebimento definitivo.

8.7.2. A contratada deverá fornecer **todos os materiais, insumos e acessórios necessários à perfeita execução da instalação**, ainda que não estejam expressamente listados, incluindo fixadores, parafusos, buchas, suportes, conectores, abraçadeiras, canaletas, fita isolante, terminais, acabamentos e quaisquer outros itens indispensáveis ao adequado funcionamento e acabamento da solução, sem ônus adicional para a Administração.

8.7.3. Quando os equipamentos principais forem fornecidos pela Administração, caberá à contratada a responsabilidade pela correta instalação, integração e pleno funcionamento dos mesmos, respondendo tecnicamente pela qualidade do serviço executado.

8.7.4. Quanto as imagens captados pelo sistema de videomonitoramento, cabe salientar que o período mínimo será de 60 (sessenta) dias corridos, em ambiente seguro e como disponibilidade para recuperação sempre que necessário pela Administração.

8.7.5. Todos os componentes utilizados na instalação deverão ser novos e contar com garantia mínima de 12 (doze) meses, enquanto os serviços de instalação deverão possuir garantia mínima de 180 (cento e oitenta) dias.

8.8. Requisitos de Manutenção Preventiva e Corretiva

8.8.1. A contratação deverá contemplar a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva durante toda a vigência contratual, com o objetivo de garantir a continuidade do funcionamento, a integridade da infraestrutura instalada e a qualidade das imagens geradas pelo sistema de videomonitoramento.

As verificações periódicas do funcionamento dos equipamentos deverão ser realizadas, no mínimo, mensalmente, podendo ser executadas em periodicidade inferior sempre que identificada necessidade operacional, falha no sistema ou solicitação da fiscalização contratual.

A definição, acompanhamento e fiscalização da periodicidade das manutenções preventivas e verificações técnicas caberá ao fiscal do contrato e/ou servidor designado pela Administração, no âmbito da gestão contratual, observadas as necessidades operacionais da solução implantada.

Deverão ser realizados, no mínimo:

Verificação periódica do funcionamento dos equipamentos que compõem o sistema;

Execução de manutenções preventivas programadas, visando assegurar o pleno funcionamento da infraestrutura instalada;

Manutenção corretiva para solução de falhas, defeitos ou indisponibilidades identificadas no sistema;

Configuração, atualização e ajustes dos softwares utilizados na operação do sistema de videomonitoramento;

Configuração e ajustes das estações de visualização e monitores utilizados para acompanhamento das imagens;

Verificação e configuração do sistema de gravação e armazenamento das imagens;

Realização de testes de funcionamento após intervenções técnicas, incluindo verificação da qualidade das imagens e da estabilidade do sistema;

Registro e controle das manutenções realizadas, contendo informações sobre o tipo de intervenção executada, equipamentos atendidos e data do serviço.

8.8.1.1 Equipamentos Abrangidos

Os serviços de manutenção deverão contemplar todos os equipamentos instalados que integrem o sistema de CFTV das unidades administrativas do Município, incluindo, entre outros:

- NVR (Network Video Recorder);
- Câmeras IP;
- Nobreaks;
- Monitores utilizados para visualização das imagens;
- Cabeamento de rede e de alimentação elétrica;
- Conectores (RJ45, P4 ou equivalentes);
- Conversores de mídia;
- Switches de rede;
- HDs (discos rígidos) destinados ao armazenamento das gravações;
- Demais equipamentos e acessórios que compõem a infraestrutura do sistema.

A manutenção deverá incluir:

- Realização de manutenções preventivas periódicas;
- Atendimento corretivo em prazos compatíveis com a criticidade do sistema;
- Substituição de equipamentos ou componentes defeituosos quando caracterizada falha técnica, observadas as condições de garantia e responsabilidades contratuais;
- Registro das atividades de manutenção realizadas, com relatório técnico das intervenções efetuadas.

8.8.2 Prazo de Atendimento Técnico (SLA)

Para garantir a continuidade do funcionamento do sistema de segurança eletrônica e videomonitoramento, a contratada deverá observar prazos máximos para atendimento das ocorrências técnicas comunicadas pela Administração.

Deverão ser observados, no mínimo, os seguintes prazos:

- **Atendimento inicial:** em até 24 (vinte e quatro) horas após a abertura do chamado técnico pela Administração;
- **Diagnóstico do problema:** no momento do atendimento técnico ou em prazo compatível com a complexidade da ocorrência;
- **Solução do problema:** em até 72 (setenta e duas) horas, contadas a partir do atendimento inicial, salvo situações que demandem substituição de equipamentos ou intervenções de maior complexidade.

Nos casos em que não seja possível a solução definitiva dentro do prazo estabelecido, a contratada deverá apresentar **solução alternativa ou provisória** que garanta o funcionamento mínimo do sistema até a completa regularização do serviço.

A contratada deverá disponibilizar **canal de comunicação para registro de chamados técnicos**, podendo ser telefone, sistema eletrônico, e-mail ou outro meio que permita o acompanhamento das solicitações realizadas pela Administração.

8.9. Qualquer divergência entre o código CATMAT e a descrição do ETP prevalecerá a descrição do ETP.

8.10. A contratação será realizada através de Processo Licitatório na Modalidade Pregão Eletrônico, na forma de **Ata de Registro de Preços (SRP)**, com possibilidade de fornecimento parcelado de acordo com a demanda das Secretarias.

End.: Rua Edigar de Deus Pitta, nº 914, antigo fórum, 1º andar, Aratu, Barreiras- Bahia - Fone: (77) 3614-7114 – CNPJ nº 13.654.405/0001-95

8.11. Na forma de **Ata de Registro de Preços (SRP)** não será admitido a figura da “adesão” ou “carona” uma vez que a possibilidade de um órgão ou entidade que não participou da licitação original utilizar a Ata de Registro de Preços (ARP) para suas próprias contratações depende de autorização prévia do órgão gerenciador (Art. 86, § 6º, da Lei Federal Nº 14.133/21). Tal decisão decorre da avaliação preliminar que a adesão comprometerá o atendimento às próprias demandas dos órgãos requisitantes.

8.12. Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

8.12.1. A licitante vencedora deverá observar a garantia disposta no Código de Defesa do Consumidor.

8.12.2. O transporte dos materiais e a substituição de itens defeituosas será de responsabilidade da contratada.

8.12.3. A garantia e assistência técnica dos produtos deverão abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento ou possíveis falhas que possam surgir com o uso.

8.12.4. Durante o período de garantia, o fornecedor ficará obrigado a efetuar, às suas expensas, a substituição ou reparo de todo e qualquer componente que apresente defeito de fabricação, regularmente constatado. Quando o período de garantia estabelecido pelo fabricante do item fornecido for superior ao acima mencionado, o ofertado pelo fabricante prevalecerá.

8.13. Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental

8.13.1. A aquisição/execução deverá considerar impactos ambientais, sociais e econômicos em todas as etapas: projeto, uso de materiais não renováveis, fabricação, logística, operação, manutenção, reutilização, reciclagem e disposição final.

8.13.2. Preferencialmente, os materiais devem ser acondicionados em embalagens recicláveis e de menor volume possível, garantindo proteção e sustentabilidade.

8.14. Metodologia de Fornecimento e Fiscalização

8.14.1. O fornecimento ocorrerá mediante recebimento da **Nota de Empenho**, que indicará tipo, quantidade e local de entrega.

8.14.2. A Administração Pública acompanhará o fornecimento e poderá solicitar esclarecimentos a qualquer momento.

8.15. Subcontratação

7.8.1. Não é admitida a subcontratação do objeto, por se tratar de fornecimento de equipamentos e prestação de serviços correlacionados.

9. DA AUSÊNCIA DE EXIGÊNCIA DE GARANTIA CONTRATUAL

9.1. Conforme observa-se no artigo 96, da Lei nº 14.133/2021, a **garantia da execução do contrato** é aquela que visa assegurar o cumprimento do contrato, sob pena de retenção do referido valor, e é exigida por ocasião da assinatura do contrato. No caso do objeto desta futura contratação, entende-se que a complexidade do valor da contratação não importar em consideráveis riscos de prejuízos à Administração em razão do inadimplemento do contratado. Portanto, conclui-se pela inexistência de riscos consideráveis à Administração que importem na exigência de uma garantia contratual.

10. DO SIGILO DO VALOR

10.1. Conforme o artigo Art. 24 da Lei Federal Nº 14.133/21, o sigilo passou a ser a regra, permitindo que o orçamento estimativo seja divulgado apenas em casos excepcionais e devidamente justificados. Isso visa evitar a formação de conluios entre os licitantes e garantir que as propostas apresentadas sejam efetivamente competitivas e vantajosas para o poder público. A decisão de manter o sigilo do orçamento reflete um esforço para equilibrar a transparência necessária na administração pública com a garantia de competição real entre empresas.

10.2. Diante do exposto anteriormente salientamos que a média de valores para a contratação encontra-se nos orçamentos realizados pelo Departamento de Compras e relacionado no processo interno, não sendo necessário sua exposição da parte externa, por entender ser mais vantajoso para a administração o sigilo dos valores.

11. IMPACTOS AMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

11.1. Deverá ser recomendado ao licitante vencedor, conforme previsão neste instrumento, que a contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade, conforme orientações do art. 6º da IN nº01/2010 (Compras Sustentáveis). Além disso caberá à futura contratada ações a serem adotadas como boas práticas na prestação da aquisição a serem desempenhados por intermédio de seus profissionais:

- a) Orientar seus empregados sobre prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço;
- b) Utilizar equipamentos e materiais de menor impacto ambiental;
- c) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução do objeto e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;
- d) Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados no fornecimento do objeto;
- e) Observar, durante a vigência do contrato, as práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental do órgão, acerca de: Normas de segurança do trabalho; Redução no consumo de energia, água e demais recursos naturais;
- f) Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de materiais e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo.
- g) Manter o licenciamento ambiental de posto de abastecimento dentro da validade enquanto durar a vigência do contrato.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12. 1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.1.1. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o mesmo será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.1.2. As comunicações entre o Órgão ou Entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.1.3. A administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Constituem obrigações da Contratada, além das constantes nos artigos 92, inciso XVI, 115, 119, 120 e 121 da Lei nº Federal nº 14.133/2021, as seguintes:

13.2. Executar o objeto de acordo com as condições, prazo, especificações e quantitativos estipulados neste Termo de Referência e no edital;

13.3. Responsabilizar-se pela entrega dos materiais conforme estabelecido neste Termo de Referência, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da Contratada;

13.4. Garantir que os materiais fornecidos e os serviços executados atendam às exigências deste Termo de Referência e que os mesmos serão entregues e executados com toda segurança de forma a preservar a integridade dos materiais, no local indicado pela Contratante;

13.5. Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;

13.6. Comunicar a Contratante qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

13.7. Se responsabilizar obrigatoriamente pela reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.8. Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários ao fornecimento/confecção dos materiais;

13.9. Utilizar na execução dos serviços de instalação dos equipamentos pessoal especializado, devidamente identificado. Bem como fornecer aos funcionários máquinas e equipamentos necessários a execução dos serviços de instalação relacionadas;

13.10. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, não cabendo as Secretarias Solicitantes, em hipótese alguma, responsabilidade por danos diretos e indiretos;

13.11. Assumir inteira responsabilidade pelos materiais a serem contratados, não podendo transferi-los a outrem, no todo ou em parte;

13.12. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias Solicitantes e cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

- 13.13. Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto a ser contratado, para adoção das medidas cabíveis;
- 13.14. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei e no Edital de licitação;
- 13.15. Prestar o serviço de manutenção preventiva e corretiva, dos equipamentos LOCADOS, bem como a substituição dos mesmos em caso de defeito, sem ônus para a CONTRATANTE, desde que o dano não seja decorrente do mau uso, roubo, vandalismo e caso fortuito.
- 13.16. Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, nos termos do artigo Nº 125, da Lei Federal 14.133/21.
- 13.17. Todo e qualquer serviço que venha atrapalhar o bom andamento dos serviços no horário comercial, deverá ser acordado com o responsável do departamento ou unidade, para não interromper as atividades normais.
- 13.18. Manter sede, filial ou escritório próprio em Barreiras – Bahia, dotado de infraestrutura adequada para receber e solucionar qualquer demanda da Administração.
- 13.19. Responsabilizar-se perante a Administração Pública, eventuais danos ou desvios causados aos bens que foram confiados ou os seus prepostos devendo efetuar o ressarcimento correspondente imediatamente após o recebimento da notificação da fiscalização, sob pena de glosa de qualquer importância que tenha a receber; limitando ao valor do contrato entre as partes.
- 13.20. Obedecer a proibição disposta no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF, qual seja, não poderá empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 14.1. Supervisionar o fornecimento, por intermédio das Secretarias solicitante e rejeitar no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Termo de Referência.
- 14.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas deste Termo de Referência e dos termos de sua proposta;
- 14.3. Sustar o recebimento dos materiais e a execução dos serviços se os mesmos não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita, devolvendo os materiais que estejam fora dos padrões exigidos.
- 14.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento e da prestação dos serviços, por servidor especialmente designado;
- 14.5. Notificar a Contratada por escrito de quaisquer ocorrências relacionadas à execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;
- 14.6. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nos dispositivos legais;
- 14.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 14.8. Fornecer atestado de capacidade técnica, quando solicitado pela Contratada, desde que atendidas às obrigações contratuais.

15. DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do Contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

15.2. Com base no artigo 11, do Decreto Municipal nº 45 de 29 de Fevereiro de 2024, compete ao fiscal do contrato, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, em especial:

- Acompanhar o cronograma de execução do contrato, monitorando os prazos e condições de entrega;
- Acompanhar sistematicamente a execução do objeto da contratação;
- Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, apontando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- Apurar a importância a ser paga e a quem se deve pagar para extinguir a obrigação, com base no contrato e nos comprovantes de entrega do bem/material;
- Comunicar formalmente a contratada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais, para que esta tome as providências cabíveis à regularização de faltas ou defeitos;
- Examinar e conferir notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, e formalizar o atesto do recebimento dos bens/materiais;
- Fazer diligências junto à empresa contratada, se for o caso, adotando controles adequados e suficientes para registro destas reuniões;
- Informar ao Gestor, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
- Manifestar-se sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, observando-se o prazo de um mês ou aquele estabelecido em contrato para emissão de decisões pela Administração;
- Receber provisoriamente as aquisições sob sua responsabilidade;
- Solicitar a substituição, a expensas do contratado, no total ou em parte, de objeto do contrato em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;

15.3. A fiscalização, exercida no interesse exclusivo das Secretarias Municipais, não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional, apurada na forma da legislação vigente;

15.4. Ficam designados os servidores público, mencionados abaixo, como Fiscais técnico e administrativo do Contrato:

15.4.1. Secretaria de Agricultura e Tecnologia

Titular – INÁCIO DOS SANTOS MACEDO, Matrícula nº 69316, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Tecnologia;

Suplente – PEDRO IVAN ACTIS REIS JÚNIOR, Matrícula nº 70071, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Tecnologia.

15.4.2. Secretaria de Administração

Titular – IGOR LIMA OLIVEIRA DURÃES, Matrícula nº 67812, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento.

Suplente – EDIMILSON PEREIRA DE SOUZA, Matrícula nº 59752, lotada na Controladoria Geral do Município.

15.4.3. Secretaria de Assistência Social e Trabalho

Titular – IGOR LIMA OLIVEIRA DURÃES, Matrícula nº 67812, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento.

Suplente – EDIMILSON PEREIRA DE SOUZA, Matrícula nº 59752, lotada na Controladoria Geral do Município.

15.4.4. Secretaria de Infraestrutura, Obra, Serviços Públicos e Transporte

Titular: MYLANE BASTOS SANTOS, Matrícula nº 63661, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obra, Serviços Públicos e Transporte;

Suplente: ALINE FRETIAS ALVES, Matrícula nº 53587, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obra, Serviços Públicos e Transporte;

15.4.5. Secretaria de Segurança Cidadã e Trânsito:

Titular: THIAGO CLEBER ALVES DOS SANTOS, Matrícula nº 58.364, lotado na Secretaria Municipal de Segurança Cidadã e Trânsito;

Suplente: CLEVER DOS SANTOS COUTINHO, Matrícula nº 66.540, lotado na Secretaria Municipal de Segurança Cidadã e Trânsito.

15.4.6. Secretaria da Fazenda:

Titular: AMANDA BRENTANO NASCIMENTO, Matrícula nº 66.388, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda;

Suplente: KEDMA NUNES CRISOSTOMO, Matrícula nº 64.268, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda.

15.4.7. Secretaria de Cultura e Turismo

Titular – MAX VINICIUS SOUZA MELLO, Matrícula nº 66082, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

Suplente – NAGGILA KALINY RODRIGUES DOS SANTOS, Matrícula nº 65936, lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

15.4.8. Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer

Titular – MARIA LUIZA TELES DAMACENA SANTOS, Matrícula nº 65942, lotada na Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer;

Suplente – LEONARDO MARGALHÃES FROES, Matrícula nº 66241, lotado na Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer.

15.4.9. Gabinete do Prefeito

Titular – IGOR LIMA OLIVEIRA DURÃES, Matrícula nº 67812, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento.

Suplente – ADRIALVA RODRIGUES DE CARVALHO. Matrícula nº 59689, lotado no Gabinete do Prefeito.

15.4.10. Secretaria de Indústria e Comércio

Titular – VIVIANE DOS SANTOS VILLA NOVA, Matrícula nº 64272, lotado na Secretaria de Indústria e Comércio;

Suplente – TALITA CORDEIRO ROCHA. Matrícula nº 65949, lotado no Secretaria de Indústria e Comércio.

15.4.11. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Titular – TIAGO DE LIMA BARRETO, Portaria Nº 643/2021, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade;

Suplente – KAIQUE CARVALHO DE SOUZA PINTO, Matrícula nº 53082, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

15.4.12. Secretaria de Educação

Titular – RICARDO DE AZEVEDO RIBERTO, Matrícula nº 59804, lotada na Secretaria Municipal de Educação;

Suplente – JORGE GIL DE SOUZA E SILVA, Matrícula nº 63357, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

15.4.13. Fundo Municipal de Saúde

Titular – ANTONIO VITOR ARAÚJO SOUSA, Matrícula nº 64955, lotado na Fundo Municipal de Saúde;

15.5. DO GESTOR DO CONTRATO

15.5.1. Compete ao Gestor do Contrato, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021, administrar o contrato, desde sua concepção até sua finalização, em aspectos administrativos, especialmente: (conforme Decreto Municipal nº 45 de 29 de Fevereiro de 2024)

- I - acompanhar a manutenção, pelo contratado, das condições estabelecidas em instrumento convocatório e contrato e das exigências legais;
- II - conferir a importância a ser paga, constante no documento comprobatório da despesa, com base no contrato, na nota de empenho e no ateste do fiscal do contrato;
- III - manifestar-se sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, observando-se o prazo de um mês ou aquele estabelecido em contrato para emissão de decisões pela Administração;
- IV - manter controle atualizado dos saldos de empenhos e dos pagamentos efetuados, evitando o fornecimento sem prévio empenho;
- V – orientar os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições;
- VI - promover o atesto de notas fiscais e faturas, em conjunto com o fiscal do contrato, no que couber, para fins de comprovação do cumprimento da obrigação contratual;
- VII - promover, quando couber, reunião inicial para apresentação do modelo de gestão, após a assinatura do contrato;
- VIII - providenciar, quando necessário, a formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais;
- IX - realizar o controle do valor e atualização das garantias e informar a unidade de contabilidade e finanças para os devidos registros;
- X – receber definitivamente as aquisições sob sua responsabilidade, observando-se o disposto no capítulo IV do Decreto Municipal nº 45/2024;
- XI - subsidiar o ordenador de despesas na aplicação de penalidades advindas de inexecução parcial ou total do contrato, nos termos do regulamento estadual;
- XII - verificar o cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- XIII – zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro do contrato, avaliando e promovendo as solicitações conforme o caso.

16. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

16.1. DO RECEBIMENTO

16.1.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

16.1.2. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

16.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

16.1.4. Os serviços semelhantemente serão acompanhados e fiscalizados pelo responsável, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta de preços.

16.1.5. Após a verificação e aceitabilidade dos serviços prestados e consequente aceitação, ocorrerá o recebimento definitivo da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.

16.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

16.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

16.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

16.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

16.2. DA LIQUIDAÇÃO

16.2.1. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de 10 dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

16.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2.3. Para fins de liquidação, o Setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

o prazo de validade;

a data da emissão;

os dados do contrato e do Órgão contratante;

o período respectivo de execução do contrato;

o valor a pagar; e

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

16.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133 de 2021](#).

16.2.6. A Administração deverá:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

16.2.7. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

16.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos Órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

16.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

16.3. DO PRAZO DE PAGAMENTO

16.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do atesto da nota fiscal, conforme seção anterior.

16.3.2. Forma de pagamento

16.3.2.1. As notas fiscais deverão ser entregues ao Setor de Compras do Município, para controle e processo de pagamento.

16.3.2.2. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá encaminhar juntamente com Nota Fiscal, os seguintes documentos:

I – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

II - Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

III - Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio de Certidão Conjunto de débitos relativo aos tributos federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil;

IV - Prova de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

16.3.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pelo contratado.

16.3.2.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.3.2.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

16.3.2.6. Independentemente do percentual de tributos inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

16.3.2.7. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **b, c, d, e, f e g** do subitem acima deste Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **h, i, j, k e l** do subitem acima deste Termo, bem como nas alíneas **b, c, d, e, f e g**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

iv) Multa:

(1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;

(2) multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;

(3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

17.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

17.4. Todas as sanções previstas neste Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

16.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

16.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

16.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

17.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

17.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

17.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

17.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

18. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

18.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

18.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, para Registro de Preços, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

18.1.2. O pregão, em sua forma eletrônica, é a modalidade de licitação que se destina à aquisição de bens e serviços comuns, na qual a disputa entre os licitantes é realizada por meio de oferta de lances à distância, em sessão pública, efetuada em sistema comunicado à internet. Sendo o mais viável entre as modalidades de licitação.

18.1.3. A opção pela modalidade de pregão eletrônico consagra os princípios da ampla competitividade, concorrência e obtenção da proposta mais vantajosa à Administração. Desse modo, a possibilidade de competição entre empresas de qualquer estado, amplia as participações e ofertas aos itens objeto da licitação.

18.1.4. O registro de preços permite que a administração pública registre os preços dos equipamentos e materiais para futura contratação. Assim quando houver necessidade de adquirir um produto ou a prestação dos serviços que já esteja registrado, a Administração poderá contratar diretamente a empresa que ofertou o menor preço, sem a necessidade de realização de um novo processo licitatório.

18.1.5. No caso da Prefeitura Municipal de Barreiras, o critério de registro de preços é justificado pela demanda no pleno funcionamento das atividades administrativas, técnicas e operacionais dos setores pertencentes as diversas secretarias municipais deste Município de Barreiras. Além disso, o registro de preços também contribui para a racionalização do gasto público. Ao registrar os preços a administração pública pode comparar preços e negociar melhores condições de contratação. Isso pode gerar uma economia significativa para os cofres públicos.

18.1.6. Assim, a realização de registro de preços para a aquisição ou a prestação dos serviços para a Prefeitura Municipal de Barreiras é uma medida legal e justificada, que visa garantir o atendimento administrativo da Prefeitura a um preço competitivo.

18.1.7. Além da justificativa legal, o registro de preços também apresenta outras vantagens, como:

- Maior agilidade na contratação;
- Redução de custos administrativos;
- Melhor controle dos gastos públicos.

18.2. FORMA DE FORNECIMENTO

18.2.1. O fornecimento do objeto será PARCELADO.

18.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

18.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

18.3.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

18.3.1.1.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

18.3.1.1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

18.3.1.1.4. **Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

18.3.1.1.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

18.3.1.1.6. **Sociedade Simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

18.3.1.1.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

18.3.1.1.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

18.3.1.1.9. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

18.3.1.1.10. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

18.3.1.1.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

18.3.1.1.12. **Não será admitido CONSÓRCIO:** É fato que a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei nº 14.133/2021 que em seu artigo 15 que atribui à administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas. Justifica-se que a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, fato esse que não se concretiza neste certame, uma vez que a confecção de camisetas é uma atividade frequentemente exercida por microempresas ou empresas de pequeno porte. Portanto, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

18.3.1.1.13. Referente a não RESERVA DE CONTAS até 80 MIL REAIS: Informamos que conforme histórico de certames anteriores para o objeto licitado, a participação de microempresas e empresas de pequeno porte tem o número expressivo e em alguns casos na totalidade dos licitantes participantes. Justifica-se ainda a não realização DE COTAS RESERVADAS no presente certame, pelo fato de que ao serem separados por cotas, poderá representar prejuízos ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. Em síntese, realizar, o presente certame, prevendo a possibilidade de exclusividade e de cotas para Microempresa ou Empresa de Pequeno porte poderá representar prejuízos incalculáveis com a repetição de um outro certame para itens que seriam fracassados.

18.3.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

18.3.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

18.3.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

18.3.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

18.3.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

18.3.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

18.3.1.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

18.3.1.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

18.3.1.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

18.3.1.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

18.3.1.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

18.3.1.3.3. A comprovação da boa situação Econômico-Financeira da empresa será avaliada pelos seguintes índices, apurados com base nos balanços apresentados:

- Índice de Liquidez Corrente $\geq 1,50$
- Índice de Endividamento Geral $\leq 0,50$

18.3.1.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

18.3.1.4.1. A licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, consistente na prestação de **serviços de monitoramento eletrônico com fornecimento e instalação de materiais/equipamentos**, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

18.3.1.4.1.1. Capacidade Técnico-Operacional

a) Certidão de Registro e Regularidade da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT), conforme o caso, em situação regular.

b) Certidão de Acervo Técnico Operacional (CAT Operacional), emitida pelo CREA ou CFT, em nome da pessoa jurídica licitante, que comprove a execução anterior de serviços compatíveis com o objeto licitado, contemplando, cumulativamente:

- Fornecimento de equipamentos de monitoramento eletrônico (CFTV, alarmes, sensores, centrais ou similares);
- Instalação e configuração dos sistemas;
- Implantação e/ou operação de central de monitoramento eletrônico.

18.3.1.4.1.2. Capacidade Técnico-Profissional

a) Certidão de Registro e Regularidade dos profissionais indicados como responsáveis técnicos, expedida pelo respectivo Conselho de Classe, seja o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou o Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT), contemplando as atribuições profissionais legalmente habilitados para assumir a responsabilidade técnica pela execução dos serviços.

b) Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente registrado junto ao respectivo Conselho Profissional (CREA ou CFT), referente à execução de serviços compatíveis com o objeto licitado;

b) Comprovação de vínculo do profissional responsável técnico com a licitante, mediante:

- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- Contrato de trabalho;
- Contrato de prestação de serviços vigente; ou
- Contrato social, no caso de sócio.

18.3.1.4.4. Em razão de os serviços envolverem atividades com risco elétrico e execução em altura a fim de garantir a integridade física dos trabalhadores e a adequada execução contratual a licitante deverá comprovar que possui em seu quadro permanente de colaboradores, na data da apresentação da proposta, profissionais devidamente capacitados para execução dos serviços, especialmente quanto às atividades que envolvam instalações elétricas e trabalho em altura. Para tanto, deverá apresentar:

a) Comprovação de que possui profissional(is) com capacitação válida conforme a NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, expedida por instituição habilitada, nos termos da legislação vigente;

b) Comprovação de que possui profissional(is) com capacitação válida conforme a NR-35 – Trabalho em Altura, expedida por instituição habilitada, nos termos da legislação vigente;

c) A comprovação do vínculo do(s) profissional(is) com a empresa deverá ocorrer mediante apresentação de:

- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou

- Contrato de trabalho; ou
- Contrato social (no caso de sócio); ou
- Contrato de prestação de serviços vigente.

d) Os certificados deverão estar dentro do prazo de validade e atender às exigências mínimas de carga horária previstas nas respectivas Normas Regulamentadoras.

18.3.1.4.5. Considerando que a execução do objeto deverá envolver a utilização de **torre de radiofrequência para transmissão de dados e comunicação dos sistemas de monitoramento eletrônico**, a licitante deverá comprovar que está devidamente autorizada a operar o respectivo sistema de radiocomunicação, apresentando:

a) Autorização válida para uso de radiofrequência ou licença de funcionamento de estação, expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, em nome da licitante;

b) Contrato vigente com empresa regularmente autorizada pela ANATEL para exploração do serviço de telecomunicações, acompanhado da respectiva autorização válida emitida pela agência reguladora.

§ 1º A autorização deverá estar vigente na data da sessão pública e compatível com a área geográfica de execução dos serviços.

§ 2º A exigência fundamenta-se na Lei nº 9.472/1997 (Lei Geral de Telecomunicações), que estabelece que a exploração de serviços de telecomunicações e o uso de radiofrequência dependem de prévia autorização do poder público, sob pena de sanções administrativas.

18.3.1.4.6. Alvará de funcionamento da empresa, devidamente atualizado e vigente.

18.3.1.4.7. Declaração técnico-operacional com indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, nos termos do art. 67, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

18.3.1.4.8. Vistoria Técnica prévia: em virtude da peculiaridade a proponente é necessário a Realização de vistoria detalhada no local de execução dos serviços.

18.3.1.4.8.1. Nos termos do art. 63, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, a realização de vistoria é facultativa, podendo ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante, atestando o pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

18.3.1.4.9. Recomenda-se a realização de vistoria prévia, a fim de que o licitante obtenha todas as informações necessárias para a execução dos serviços de natureza contínua. A vistoria poderá ser agendada pelo responsável técnico da empresa, com até **03 (três) dias** de antecedência em relação à data do certame, no horário das **8h30 às 13h00**, em dias úteis de expediente, com solicitação formal pelo e-mail: a ser informado no Edital.

19. DA FORMA DE REAJUSTAMENTO DO VALOR CONTRATADO

19.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados anualmente (12 meses), a contar da data do orçamento estimado, dispositivo legal que de outro modo discipline a matéria ou no caso de desequilíbrio econômico-financeiro na relação contratual;

19.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

19.3. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

19.4. Adota-se o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou, na falta deste, o que vier a substituí-lo para correção do valor inicialmente contratado.

18.5. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida, a qualquer tempo, a revisão do preço inicialmente contratado, desde que, em eventuais solicitações nesse sentido, a CONTRATADA comprove a superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

19.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

19.7. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

19.8. O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

20. ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

20.1. O Sistema de Registro de Preços pode ser adotado tanto nas contratações para aquisição de bens ou produtos, como para a prestação de serviços, desde que o objeto se enquadre em uma das hipóteses previstas nos termos da Lei Federal no 14.133/21, ou seja: necessidade de contratações permanentes ou frequentes; aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas do governo; ou quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

20.2. O inciso XLV, do art. 6º, define o SRP como um conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras. Outro sim, o SRP é um dos procedimentos auxiliares constantes no art. 78, juntamente com credenciamento, pré-qualificação, procedimento de manifestação de interesse e

registro cadastral, estando claro, no § 1º que, como os demais procedimentos auxiliares, o SRP obedecerá critérios claros e objetivos definidos em regulamento. Importante definição é trazido pelo professor Ronny Charles, ao definir o registro de preços como um procedimento auxiliar que facilita a atuação da Administração em relação a futuras contratações, e que esse procedimento é deveras útil para superar dificuldades relacionadas aos contingenciamentos orçamentários e ao fracionamento ilegal das despesas.

20.3. O SRP, segundo MARÇAL JUSTEN FILHO, “apresenta diversas virtudes, propiciando a redução de formalidades e a obtenção de ganhos econômicos para a Administração Pública”. Tal o é que, diante de situação que se amolde às hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/21, a adoção do Sistema de Registro de Preços constitui-se em verdadeira obrigação para o gestor, devendo apresentar justificativa em caso de não adoção.

20.4. É importante ressaltar que o Sistema de Registro de Preço visa à economicidade, e no caso em apreço adotou-se o Sistema de Registro de Preço pelo fato que a entrega do material a ser licitado, e a prestação dos serviços a serem executados, se dará de forma parcelada, considerando que não há necessidade da entrega imediata de todo o quantitativo previsto e nem a execução de todo o serviço no edital. Tal situação evitará que sejam realizados outros pregões para confecção de camisetas, gerando dessa forma, economia à Administração. A quantidade do material a ser entregue e os serviços a serem executados, se dará de acordo com a necessidade do setor requisitante, do respectivo órgão (gerenciador e participante). Dessarte, a adoção do Sistema de Registro de Preço é a opção mais adequada no presente caso.

20.5. Referente a Ata de Registro de Preços, conforme o Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21, terá o prazo de vigência de 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura. Esse prazo poderá ser prorrogado por igual período, totalizando até 24 meses, desde que:

- I. Haja pesquisa prévia de mercado demonstrando que os preços registrados permanecem vantajosos;
- II. O fornecedor registrado concorde com a prorrogação nas mesmas condições;
- III. O órgão gerenciador formalize a prorrogação antes do vencimento da ata.

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária anual nº 1633/2024 e QDD - Decreto nº 01 de 02 de janeiro de 2025, que será informado posteriormente pelo Setor de Planejamento/Orçamento.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Naquilo que for omissivo o presente Termo de Referência, reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133/21.

Barreiras-BA, em 12 de junho de 2026.

Gislaine César de Carvalho Barbosa
Secretária de Administração

Bruno José Castro
Secretária de Infraestrutura, Obra, Serv.
Públicos e Transportes

Roberto Marden Lucena
Secretário da Fazenda

Fabio Cruz e Silva de Santana
Secretário de Segurança Cidadã e Trânsito

Joaquim Pedro Soares Neto

Secretário de Agricultura e Tecnologia

Ivanete Gomes da Silva Bastos

Secretária Municipal de Assistência Social e
Trabalho

Jeferson Barbosa dos Santos

Secretaria da Educação

Virgolino Lima Pinto

Secretário de Cultura e Turismo

Balthazar Profeta Guimarães

Secretário de Esporte, Juventude e Lazer

Álvaro Sampaio Júnior

Gabinete do Prefeito

Moriá Sucena Hummel dos Santos

Secretária de Indústria e Comércio

Demóstenes da Silva Nunes Júnior

Secretário de Meio Ambiente e
Sustentabilidade

Larissa Gomes Barbosa

Secretária Municipal de Saúde

ANEXO II ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Barreiras, 10 de junho de 2026

1. Informações Básicas

Categoria do objeto: Bens e Serviços.

Processo Administrativo: 36637/2025

Data: 07 de Janeiro de 2026.

2. Descrição da necessidade

A contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, configuração, manutenção e operação de sistema integrado de segurança eletrônica, com monitoramento 24 horas de alarmes e videomonitoramento, mostra-se necessária para atender às demandas específicas das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Barreiras – BA. As justificativas apresentadas pelas unidades demandantes evidenciam a existência de riscos patrimoniais, operacionais e à integridade física de servidores e usuários, bem como a necessidade de modernização e padronização das soluções de segurança institucional.

A seguir, apresentam-se as justificativas das Secretarias:

Secretaria de Administração

A crescente complexidade dos desafios relacionados à segurança patrimonial e pessoal torna imperativa a adoção de medidas eficazes e modernas de proteção. A contratação de empresa especializada para a instalação de sistemas de câmeras e alarmes com monitoramento e segurança eletrônica, incluindo o fornecimento de materiais e equipamentos para sistemas de câmeras e a locação de equipamentos para sistemas de alarmes, constitui necessidade estratégica para a Administração Pública.

A presença visível desses sistemas atua como fator inibidor de delitos contra o patrimônio público, desestimulando ações criminosas e permitindo resposta imediata em casos de tentativas de intrusão, vandalismo ou outras ocorrências. O monitoramento contínuo, 24 horas por dia e 7 dias por semana, possibilita a detecção imediata de atividades suspeitas e o acionamento célere das forças de segurança, otimizando o tempo de resposta.

O registro de imagens e eventos constitui ferramenta essencial para a apuração e investigação de incidentes, auxiliando na identificação de infratores, recuperação de bens e análise de vulnerabilidades. Ademais, a proteção de ativos

públicos, informações sensíveis e da integridade física das pessoas contribui para a redução de perdas financeiras e operacionais.

Ressalta-se, ainda, que a opção pela locação de equipamentos de alarme e pela responsabilidade da empresa contratada quanto à manutenção e atualização tecnológica permite a otimização de custos e a redução da carga operacional da Administração, mesmo nos casos em que as edificações não sejam de propriedade do Município, mas abriguem bens públicos sob sua responsabilidade.

Secretaria de Agricultura e Tecnologia

A necessidade de implantação de sistema de videomonitoramento decorre da demanda por maior segurança patrimonial, controle operacional e proteção de servidores, feirantes e munícipes que frequentam as Feiras Livres Municipais, a exemplo do CAB I, Feira da Vila Rica, Feira da Santa Luzia, bem como da sede administrativa da Secretaria.

As feiras livres concentram elevado fluxo de pessoas e mercadorias, sendo recorrentes situações de furtos, vandalismo, descarte irregular de resíduos, conflitos interpessoais e danos ao patrimônio público, mesmo com monitoramento parcial já existente. A ampliação e modernização do sistema permitirá maior capacidade de fiscalização, resposta a incidentes e apoio à atuação da Guarda Civil Municipal e demais órgãos de segurança.

No âmbito da sede administrativa, o sistema visa proteger equipamentos, veículos oficiais, documentos e instalações, além de resguardar a integridade física de servidores e visitantes. O monitoramento contínuo e o registro de imagens também contribuirão para o controle interno, a transparência administrativa e a responsabilização em eventuais ocorrências.

Secretaria de Assistência Social e Trabalho

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho demanda a contratação de sistema integrado de segurança eletrônica para atendimento às suas diversas unidades vinculadas, incluindo CRAS, CREAS, Centro POP, sede administrativa, CRAM, Depósito/Almoxarifado, Conselho Tutelar e Casa de Passagem Acolher.

A natureza das atividades socioassistenciais, voltadas ao atendimento de populações em situação de vulnerabilidade social, violência ou risco extremo, exige a adoção de mecanismos de segurança modernos, confiáveis e contínuos. Tais unidades abrigam informações sensíveis, documentos estratégicos, equipamentos e pessoas em atendimento, demandando proteção permanente.

O videomonitoramento e os sistemas de alarme integrados atuam de forma preventiva, inibindo furtos, depredações e invasões, além de garantir maior segurança a usuários e servidores. O monitoramento remoto 24 horas assegura respostas rápidas em situações críticas, reduzindo danos patrimoniais e ampliando a proteção da rede socioassistencial.

A manutenção contínua por empresa especializada garante a funcionalidade e a integração adequada dos sistemas ao longo do tempo.

Secretaria de Cultura e Turismo

A segurança dos espaços culturais e turísticos é requisito indispensável para a proteção do patrimônio público e para a integridade das pessoas que circulam nesses ambientes. A instalação de câmeras e sistemas de monitoramento possibilita a prevenção de furtos, o controle de acesso às dependências e o registro de ocorrências de forma clara e segura.

A presença de equipamentos de vigilância eletrônica atua como medida preventiva, inibindo ações indevidas, fortalecendo a fiscalização e melhorando o controle dos espaços sob responsabilidade da Secretaria, contribuindo para a realização segura de atividades culturais, turísticas e administrativas.

Secretaria de Educação

A contratação visa garantir a segurança e a integridade física e patrimonial das unidades escolares e prédios administrativos vinculados à Secretaria Municipal de Educação. As escolas concentram elevado número de alunos, servidores e membros da comunidade, além de bens públicos de alto valor, como equipamentos de informática, materiais didáticos, mobiliário e gêneros alimentícios.

A implantação de sistema integrado de segurança eletrônica, com monitoramento remoto 24 horas, busca prevenir furtos, invasões, depredações e vandalismo, especialmente em períodos noturnos e finais de semana. O videomonitoramento também contribui para a elucidação de incidentes e para o apoio a medidas administrativas e pedagógicas.

A contratação de empresa especializada é essencial diante da complexidade técnica envolvida, assegurando funcionamento ininterrupto, resposta a eventos e manutenção preventiva e corretiva, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos.

Secretaria da Fazenda

O Setor de Tributos da Secretaria Municipal da Fazenda realiza atendimento direto ao público, com elevado fluxo diário de pessoas. A instalação de câmeras de vigilância mostra-se necessária para garantir a segurança de servidores, contribuintes e do patrimônio público.

A medida contribui para a inibição de situações de risco, promove maior controle e transparência nas atividades e assegura ambiente de trabalho mais seguro e eficiente, em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

Gabinete do Prefeito

A contratação de sistema integrado de segurança eletrônica para os setores que compõem a Chefia de Gabinete é necessária para garantir a proteção das instalações, servidores, equipamentos e informações estratégicas.

O serviço fortalece o controle de acesso e a vigilância contínua, assegurando a integridade do patrimônio público e a segurança institucional, atendendo ao interesse público e à necessidade de modernização dos sistemas de segurança.

Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos

A necessidade de garantir a segurança patrimonial, a integridade física dos servidores e a proteção dos bens públicos vinculados à Secretaria justifica a contratação de empresa especializada para implantação de sistema integrado de segurança eletrônica.

O monitoramento contínuo das dependências permitirá a inibição de furtos, vandalismo e invasões, bem como a resposta imediata a situações de risco. A adoção de tecnologia integrada contribui para a otimização da gestão da segurança e para a redução de custos operacionais com vigilância física.

Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços

A contratação de sistema integrado de segurança eletrônica justifica-se pela necessidade de proteger o patrimônio público e garantir a segurança de servidores, usuários e visitantes das unidades administrativas.

O acompanhamento em tempo real das ocorrências, aliado ao monitoramento contínuo e à manutenção preventiva e corretiva, assegura maior confiabilidade do sistema, inibe práticas criminosas e possibilita resposta rápida e eficiente em situações de risco, contribuindo para a racionalização de recursos e o pleno funcionamento das atividades administrativas.

Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade

A proteção do patrimônio público, a integridade física de colaboradores, usuários e do público em geral demandam a contratação de empresa especializada para implantação de sistema integrado de segurança eletrônica.

O monitoramento 24 horas de alarmes e videomonitoramento é medida essencial para a preservação dos bens públicos, a prevenção de incidentes e a garantia de ambientes seguros para o desenvolvimento das atividades da Secretaria.

Secretaria de Saúde

A contratação tem por objetivo garantir a segurança dos usuários, servidores e do patrimônio público, bem como assegurar o funcionamento regular das unidades que integram a rede municipal de saúde.

A instalação de câmeras de videomonitoramento em áreas internas e externas possibilita o controle de acesso, a prevenção de incidentes e o registro de ocorrências, atendendo, inclusive, às obrigações assumidas pelo Município no Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Estado da Bahia.

Adicionalmente, os sistemas de alarme e vigilância eletrônica reforçam a proteção patrimonial, reduzem riscos de furtos e danos e contribuem para a otimização de recursos públicos. O registro das imagens amplia a transparência e subsidia apurações administrativas e judiciais, quando necessário.

Secretaria de Segurança Cidadã e Trânsito

A implantação de sistema integrado de segurança eletrônica, com alarmes, câmeras de videomonitoramento e monitoramento 24 horas, é imprescindível para garantir a proteção patrimonial, a segurança física dos profissionais e a vigilância contínua das instalações.

Destaca-se a criticidade de áreas sensíveis, como o paiol de armamento existente na sede da Secretaria, que exige medidas rigorosas de controle e monitoramento. A adoção de sistema eficiente é fundamental para a prevenção de incidentes, furtos e outras situações de risco que possam comprometer a segurança da sociedade e das autoridades públicas.

Diante do conjunto de justificativas apresentadas pelas Secretarias demandantes, evidencia-se que a contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, configuração, manutenção e monitoramento 24 horas de sistema integrado de segurança eletrônica e videomonitoramento constitui medida necessária, urgente e estratégica para a Administração Pública Municipal. A solução proposta visa mitigar riscos patrimoniais e operacionais, proteger a integridade física de servidores, usuários e do público em geral, assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais e promover maior eficiência, controle e transparência na gestão dos bens e espaços públicos.

A adoção de um sistema integrado e padronizado permitirá resposta rápida a eventos críticos, redução de perdas e danos ao patrimônio público, otimização de recursos e alinhamento às boas práticas de governança, segurança institucional e modernização administrativa. Assim, a presente contratação atende ao interesse público, aos princípios

da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, bem como às obrigações legais e administrativas assumidas pelo Município de Barreiras – BA.

3. Área requisitante

Área	Responsável
Secretaria de Administração	Gislaine César de Carvalho Barbosa
Secretaria de Assistência Social e Trabalho	Ivanete Gomes da Silva Bastos
Secretaria de Saúde	Larissa Gomes Barbosa
Secretaria de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transportes	Bruno José de Castro
Secretaria de Cultura e Turismo	Virgulino de Lima Pinto
Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer	Balthazar Profeta Guimarães
Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade	Demóstenes da Silva Nunes Júnior
Secretaria de Agricultura e Tecnologia	Joaquim Pedro Soares NETO
Secretaria de Segurança Cidadã e Trânsito	Fabio Cruz E Silva De Santana
Gabinete do Prefeito	Álvaro Sampaio Júnior
Secretaria da Fazenda	Roberto Marden Lucena
Secretaria de Indústria, Comércio e Serviço	Moriá Sucena Hummel Dos Santos
Secretaria de Educação	Jeferson Barbosa dos Santos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação deverá atender a requisitos técnicos, operacionais, logísticos e de qualificação, capazes de garantir a efetividade, confiabilidade e continuidade do sistema integrado de segurança eletrônica a ser implantado nas unidades das Secretarias da Prefeitura Municipal de Barreiras – BA, considerando a diversidade de ambientes, níveis de risco e criticidade dos serviços públicos prestados.

4.1 Requisitos Gerais da Solução

A solução deverá contemplar, de forma integrada e compatível entre si, o fornecimento de equipamentos, a instalação, a configuração, a manutenção preventiva e corretiva, bem como o monitoramento remoto 24 horas de alarmes e videomonitoramento, assegurando funcionamento ininterrupto e resposta tempestiva a eventos.

Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, em linha de fabricação, tecnologicamente atualizados e em conformidade com as normas técnicas e regulamentares aplicáveis. A execução dos serviços deverá ser realizada por empresa especializada, com equipe técnica própria e devidamente qualificada.

4.2 Requisitos de Fornecimento, Entrega e Recebimento dos Equipamentos

Os materiais e equipamentos deverão ser entregues nos locais indicados pela Administração, conforme definição em Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço, observadas as peculiaridades de cada Secretaria.

O prazo de entrega dos equipamentos deverá ser de até 10 (dez) dias, contados a partir da requisição formal emitida pela Administração.

No ato da entrega, as notas fiscais deverão discriminar quantitativos e especificações dos itens fornecidos. O transporte deverá ser realizado em condições adequadas que assegurem a integridade e qualidade dos equipamentos, os quais deverão ser entregues em perfeito estado de conservação e funcionamento.

A contratada deverá substituir, sem ônus para a contratante, qualquer equipamento entregue em desacordo com as especificações, com defeito, avariado ou impróprio ao uso a que se destina. Caso seja constatada qualquer irregularidade após o recebimento provisório, o recebimento definitivo e o pagamento ficarão suspensos até a completa regularização.

Todas as despesas relacionadas a transporte, tributos, fretes, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais custos diretos ou indiretos correrão por conta exclusiva da contratada.

4.3 Requisitos Técnicos do Sistema de Videomonitoramento

O sistema de videomonitoramento deverá permitir vigilância contínua de áreas internas e externas, incluindo acessos, recepções, corredores, estacionamentos e demais pontos estratégicos definidos pela Administração, devendo atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- Câmeras com resolução compatível com a identificação de pessoas, objetos e eventos;
- Gravação contínua e/ou por detecção de movimento;
- Armazenamento das imagens por período mínimo a ser definido no Termo de Referência;

- Acesso remoto às imagens em tempo real e gravadas, com diferentes níveis de permissão;
- Registro de data, hora e local nas gravações;
- Integração com o sistema de alarmes e com a central de monitoramento.

4.4 Requisitos Técnicos do Sistema de Alarmes

O sistema de alarmes deverá ser composto por sensores e dispositivos adequados aos ambientes monitorados, garantindo a detecção de intrusões e violações, incluindo:

- Sensores de presença e abertura;
- Dispositivos de acionamento sonoro e/ou silencioso;
- Comunicação permanente com a central de monitoramento;
- Registro e histórico de eventos;
- Integração com o sistema de videomonitoramento para verificação visual das ocorrências.

4.5 Requisitos de Monitoramento 24 Horas

A contratada deverá disponibilizar central de monitoramento em funcionamento ininterrupto, 24 horas por dia, 7 dias por semana, apta a:

- Receber e tratar eventos de alarme e videomonitoramento;
- Realizar verificação imediata das ocorrências;
- Acionar responsáveis designados pela Administração e, quando necessário, as forças de segurança pública;
- Manter registros detalhados dos eventos e atendimentos realizados.

4.6 Requisitos de Instalação e Implantação

A contratada será responsável por instalar, configurar e entregar os sistemas em pleno funcionamento, de acordo com as necessidades de cada unidade administrativa, observando:

- Levantamento técnico prévio dos locais;
- Definição dos pontos de instalação em conjunto com a Administração;
- Execução dos serviços em dias e horários compatíveis com o funcionamento das unidades públicas, sem custos adicionais;
- Utilização de técnicos próprios, devidamente identificados e habilitados;
- Realização de testes e validação do sistema antes do recebimento definitivo.

A contratada deverá fornecer **todos os materiais, insumos e acessórios necessários à perfeita execução da instalação**, ainda que não estejam expressamente listados, incluindo fixadores, parafusos, buchas, suportes, conectores, abraçadeiras, canaletas, fita isolante, terminais, acabamentos e quaisquer outros itens indispensáveis ao adequado funcionamento e acabamento da solução, sem ônus adicional para a Administração.

Quando os equipamentos principais forem fornecidos pela Administração, caberá à contratada a responsabilidade pela correta instalação, integração e pleno funcionamento dos mesmos, respondendo tecnicamente pela qualidade do serviço executado.

Todos os componentes utilizados na instalação deverão ser novos e contar com garantia mínima de 12 (doze) meses, enquanto os serviços de instalação deverão possuir garantia mínima de 180 (cento e oitenta) dias.

4.7 Requisitos de Manutenção Preventiva e Corretiva

A contratação deverá contemplar a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva durante toda a vigência contratual, com o objetivo de garantir a continuidade do funcionamento, a integridade da infraestrutura instalada e a qualidade das imagens geradas pelo sistema de videomonitoramento.

Deverão ser realizados, no mínimo:

- Verificação periódica do funcionamento dos equipamentos que compõem o sistema;
- Execução de manutenções preventivas programadas, visando assegurar o pleno funcionamento da infraestrutura instalada;
- Manutenção corretiva para solução de falhas, defeitos ou indisponibilidades identificadas no sistema;
- Configuração, atualização e ajustes dos softwares utilizados na operação do sistema de videomonitoramento;
- Configuração e ajustes das estações de visualização e monitores utilizados para acompanhamento das imagens;
- Verificação e configuração do sistema de gravação e armazenamento das imagens;
- Realização de testes de funcionamento após intervenções técnicas, incluindo verificação da qualidade das imagens e da estabilidade do sistema;
- Registro e controle das manutenções realizadas, contendo informações sobre o tipo de intervenção executada, equipamentos atendidos e data do serviço.

4.7.1 Equipamentos Abrangidos

Os serviços de manutenção deverão contemplar todos os equipamentos instalados que integrem o sistema de CFTV das unidades administrativas do Município, incluindo, entre outros:

- NVR (Network Video Recorder);

- Câmeras IP;
- Nobreaks;
- Monitores utilizados para visualização das imagens;
- Cabeamento de rede e de alimentação elétrica;
- Conectores (RJ45, P4 ou equivalentes);
- Conversores de mídia;
- Switches de rede;
- HDs (discos rígidos) destinados ao armazenamento das gravações;
- Demais equipamentos e acessórios que compõem a infraestrutura do sistema.

A manutenção deverá incluir:

- Realização de manutenções preventivas periódicas;
- Atendimento corretivo em prazos compatíveis com a criticidade do sistema;
- Substituição de equipamentos ou componentes defeituosos quando caracterizada falha técnica, observadas as condições de garantia e responsabilidades contratuais;
- Registro das atividades de manutenção realizadas, com relatório técnico das intervenções efetuadas.

4.7.2 Prazo de Atendimento Técnico (SLA)

Para garantir a continuidade do funcionamento do sistema de segurança eletrônica e videomonitoramento, a contratada deverá observar prazos máximos para atendimento das ocorrências técnicas comunicadas pela Administração.

Deverão ser observados, no mínimo, os seguintes prazos:

- **Atendimento inicial:** em até 24 (vinte e quatro) horas após a abertura do chamado técnico pela Administração;
- **Diagnóstico do problema:** no momento do atendimento técnico ou em prazo compatível com a complexidade da ocorrência;
- **Solução do problema:** em até 72 (setenta e duas) horas, contadas a partir do atendimento inicial, salvo situações que demandem substituição de equipamentos ou intervenções de maior complexidade.

Nos casos em que não seja possível a solução definitiva dentro do prazo estabelecido, a contratada deverá apresentar **solução alternativa ou provisória** que garanta o funcionamento mínimo do sistema até a completa regularização do serviço.

A contratada deverá disponibilizar **canal de comunicação para registro de chamados técnicos**, podendo ser telefone, sistema eletrônico, e-mail ou outro meio que permita o acompanhamento das solicitações realizadas pela Administração.

4.8 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

A contratação deverá ser feita selecionando-se a proposta mais vantajosa para a administração com pessoa jurídica de direito privado que atenda aos quesitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica.

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- Pessoa Física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;
- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;
- Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

- Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, § 2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021;
- Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);
- Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- Consórcio: não será admitida a possibilidade de empresas concorrerem em consórcio, considerando que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, o que não é o caso. Ademais, a participação de consórcio apresentaria dificuldade em limitar procedimentos e atribuir responsabilidades em caso de falhas.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014;
- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao isoobjeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual.

DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do prestador do serviço, nos termos do art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021;
- Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- Os demais requisitos para avaliação da qualificação econômico-financeira deverão estar especificados no edital.

4.9 Requisitos de Qualificação Técnica

A licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, consistente na prestação de **serviços de monitoramento eletrônico com fornecimento e instalação de materiais/equipamentos**, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

4.9.1 Capacidade Técnico-Operacional

- a) Certidão de Registro e Regularidade da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT), conforme o caso, em situação regular.
- b) Certidão de Acervo Técnico Operacional (CAT Operacional), emitida pelo CREA ou CFT, em nome da pessoa jurídica licitante, que comprove a execução anterior de serviços compatíveis com o objeto licitado, contemplando, cumulativamente:
 - Fornecedor de equipamentos de monitoramento eletrônico (CFTV, alarmes, sensores, centrais ou similares);
 - Instalação e configuração dos sistemas;
 - Implantação e/ou operação de central de monitoramento eletrônico.

4.9.2 Capacidade Técnico-Profissional

- a) Certidão de Registro e Regularidade dos profissionais indicados como responsáveis técnicos, expedida pelo respectivo Conselho de Classe, seja o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou o Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT), contemplando as atribuições profissionais legalmente habilitados para assumir a responsabilidade técnica pela execução dos serviços.
- b) Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente registrado junto ao respectivo Conselho Profissional (CREA ou CFT), referente à execução de serviços compatíveis com o objeto licitado;
- c) Comprovação de vínculo do profissional responsável técnico com a licitante, mediante:
 - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
 - Contrato de trabalho;
 - Contrato de prestação de serviços vigente; ou
 - Contrato social, no caso de sócio.

- 4.9.3 Em razão de os serviços envolverem atividades com risco elétrico e execução em altura a fim de garantir a integridade física dos trabalhadores e a adequada execução contratual a licitante deverá comprovar que possui em seu quadro permanente de colaboradores, na data da apresentação da proposta, profissionais devidamente capacitados para execução dos serviços, especialmente quanto às atividades que envolvam instalações elétricas e trabalho em altura. Para tanto, deverá apresentar:

a) Comprovação de que possui profissional(is) com capacitação válida conforme a NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, expedida por instituição habilitada, nos termos da legislação vigente;

b) Comprovação de que possui profissional(is) com capacitação válida conforme a NR-35 – Trabalho em Altura, expedida por instituição habilitada, nos termos da legislação vigente;

c) A comprovação do vínculo do(s) profissional(is) com a empresa deverá ocorrer mediante apresentação de:

- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou

- Contrato de trabalho; ou

- Contrato social (no caso de sócio); ou

- Contrato de prestação de serviços vigente.

d) Os certificados deverão estar dentro do prazo de validade e atender às exigências mínimas de carga horária previstas nas respectivas Normas Regulamentadoras.

4.9.3 Considerando que a execução do objeto deverá envolver a utilização de **torre de radiofrequência para transmissão de dados e comunicação dos sistemas de monitoramento eletrônico**, a licitante deverá comprovar que está devidamente autorizada a operar o respectivo sistema de radiocomunicação, apresentando:

a) Autorização válida para uso de radiofrequência ou licença de funcionamento de estação, expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, em nome da licitante;

b) Contrato vigente com empresa regularmente autorizada pela ANATEL para exploração do serviço de telecomunicações, acompanhado da respectiva autorização válida emitida pela agência reguladora.

§ 1º A autorização deverá estar vigente na data da sessão pública e compatível com a área geográfica de execução dos serviços.

§ 2º A exigência fundamenta-se na Lei nº 9.472/1997 (Lei Geral de Telecomunicações), que estabelece que a exploração de serviços de telecomunicações e o uso de radiofrequência dependem de prévia autorização do poder público, sob pena de sanções administrativas.

4.9.4 Alvará de funcionamento da empresa, devidamente atualizado e vigente.

4.9.5 Declaração técnico-operacional com indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, nos termos do art. 67, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

4.9.6 Vistoria Técnica prévia: em virtude da peculiaridade a proponente é necessário a Realização de vistoria detalhada no local de execução dos serviços.

4.9.6 Nos termos do art. 63, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, a realização de vistoria é facultativa, podendo ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante, atestando o pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

4.10 Requisitos de Fiscalização, Gestão e Responsabilidades

A fiscalização e a gestão do contrato serão exercidas pela Administração, por intermédio das Secretarias demandantes, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da contratada por eventuais irregularidades.

A contratada será responsável por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual, bem como pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

4.11 Requisitos de Segurança da Informação e Conformidade Legal

O sistema deverá atender aos requisitos de segurança da informação, confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados, observando a legislação vigente, especialmente no que se refere à proteção de dados pessoais.

O atendimento integral a esses requisitos é essencial para assegurar que a solução contratada seja tecnicamente adequada, economicamente eficiente e alinhada às necessidades institucionais da Prefeitura Municipal de Barreiras – BA, garantindo a proteção do patrimônio público, das pessoas e a continuidade dos serviços públicos essenciais.

Demais exigências, critérios e procedimentos serão detalhados no **Termo de Referência**.

5. Levantamento de Mercado

Para subsidiar a definição da solução mais adequada à necessidade da Administração Pública Municipal, procedeu-se ao levantamento das alternativas disponíveis no mercado para atendimento da demanda por segurança patrimonial, controle de acesso e monitoramento contínuo dos bens e instalações das Secretarias Municipais de Barreiras – BA.

De modo geral, o mercado apresenta três modelos principais de soluções aplicáveis ao contexto da contratação pretendida:

a) Vigilância patrimonial presencial (segurança humana armada ou desarmada): Consiste na contratação de postos de vigilância com profissionais alocados fisicamente nas unidades. Embora seja uma solução tradicional, apresenta custos elevados e recorrentes, dependência direta de mão de obra intensiva, limitação quanto à cobertura simultânea de grandes áreas e menor capacidade de registro e rastreabilidade de eventos. Além disso, não elimina riscos relacionados a falhas humanas, absenteísmo e rotatividade de profissionais.

b) Sistemas isolados de segurança eletrônica (CFTV ou alarmes sem integração e sem monitoramento contínuo): Essa alternativa envolve a aquisição ou locação de equipamentos de videomonitoramento e/ou alarmes operando de forma independente, geralmente sem central de monitoramento 24 horas. Apesar de representar custo inicial inferior, mostra-

se limitada quanto à prevenção e à pronta resposta a incidentes, uma vez que depende de acompanhamento local ou eventual, não garantindo vigilância contínua nem atuação imediata em situações de risco.

c) Sistema integrado de segurança eletrônica com monitoramento remoto 24 horas: Trata-se de solução que reúne câmeras de videomonitoramento, sistemas de alarme, dispositivos de gravação, softwares de gestão e central de monitoramento ininterrupto, com comunicação em tempo real e protocolos de resposta a eventos. Esse modelo possibilita ampla cobertura das unidades, registro permanente das ocorrências, acionamento imediato em caso de incidentes, maior capacidade de prevenção, redução de perdas patrimoniais e apoio efetivo à gestão pública.

A análise comparativa das alternativas demonstra que a vigilância exclusivamente presencial apresenta menor eficiência operacional frente ao custo elevado, enquanto os sistemas isolados de segurança eletrônica não atendem de forma plena às necessidades de controle, prevenção e resposta rápida exigidas pelo Município. Em contrapartida, a solução baseada em sistemas de segurança eletrônica mostra-se mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, ao permitir racionalização de recursos, padronização da segurança entre as diversas Secretarias e maior efetividade na proteção do patrimônio público.

Observou-se, ainda, que o mercado dispõe de empresas especializadas aptas a fornecer equipamentos de videomonitoramento, prestar serviços de instalação e configuração, realizar manutenção preventiva e corretiva de sistemas já existentes, bem como operar centrais de monitoramento remoto 24 (vinte e quatro) horas.

Diante desse cenário, a solução adotada pelo Município foi estruturada em **lotes distintos**, contemplando: **(i) aquisição de equipamentos de videomonitoramento com serviços de instalação**, para as unidades que ainda necessitam da implantação da infraestrutura; **(ii) prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de câmeras já existentes**, considerando que algumas Secretarias já dispõem de equipamentos instalados; e **(iii) prestação de serviços de monitoramento remoto 24 horas com fornecimento de equipamentos em regime de locação**, solução adotada especificamente para unidades da Secretaria Municipal de Saúde. Tal modelagem mostra-se compatível com as práticas observadas no mercado e adequada às diferentes realidades estruturais das unidades administrativas do Município

6. Descrição da solução como um todo

A solução definida para atendimento da necessidade apresentada consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, configuração, operação, manutenção preventiva e corretiva e monitoramento remoto 24 horas de sistema integrado de segurança eletrônica, contemplando alarmes e videomonitoramento (CFTV), a ser implantado nas unidades vinculadas às Secretarias da Prefeitura Municipal de Barreiras – BA.

A solução adota modelo integrado e centralizado, no qual os equipamentos e sistemas instalados nas diversas unidades operam de forma interligada, permitindo gestão unificada, acompanhamento contínuo e resposta imediata a eventos de risco. O sistema deverá possibilitar a visualização em tempo real das imagens, o armazenamento seguro das gravações, a emissão de alertas automáticos e o acionamento de protocolos previamente definidos em situações de intrusão, tentativa de violação, vandalismo ou outras ocorrências relevantes.

O escopo da solução compreende, de forma indissociável:

- o fornecimento de equipamentos novos e adequados às normas técnicas vigentes, incluindo câmeras de videomonitoramento, dispositivos de alarme, gravadores, softwares de gerenciamento e demais componentes necessários ao pleno funcionamento do sistema;
- a execução dos serviços de instalação física e lógica, com adequação à infraestrutura existente em cada unidade, respeitando critérios de segurança, eficiência operacional e minimização de interferências nas atividades administrativas;
- a configuração e integração dos sistemas, assegurando interoperabilidade entre os dispositivos, estabilidade operacional e confiabilidade das informações geradas;
- a prestação de serviços de monitoramento remoto ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), com equipe técnica capacitada, central de monitoramento dedicada e procedimentos de resposta compatíveis com o nível de criticidade das instalações monitoradas;
- a realização de manutenção preventiva e corretiva, garantindo a disponibilidade contínua do sistema, a rápida correção de falhas e a substituição de equipamentos ou componentes defeituosos dentro dos prazos estabelecidos.

A solução proposta permite padronizar os procedimentos de segurança entre as diferentes Secretarias, reduzir custos decorrentes de perdas patrimoniais, furtos e danos às instalações, além de ampliar o controle, a rastreabilidade e a capacidade de resposta da Administração Pública frente a incidentes. Ao substituir modelos fragmentados ou exclusivamente presenciais por um sistema tecnológico integrado, promove-se maior eficiência na utilização dos recursos públicos e maior proteção aos servidores, usuários e bens públicos.

Dessa forma, a solução como um todo atende de maneira adequada, proporcional e eficiente às necessidades identificadas no presente Estudo Técnico Preliminar, estando alinhada às boas práticas de governança, aos princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público, bem como às diretrizes da legislação vigente aplicável às contratações públicas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades necessárias para a contratação foi elaborada com base em estudo técnico realizado por profissionais da área técnica do Município, os quais efetuaram levantamentos in loco nas unidades vinculadas às Secretarias demandantes. O referido levantamento considerou as características físicas dos imóveis, áreas internas e externas, pontos sensíveis, níveis de criticidade, fluxo de pessoas, histórico de ocorrências e as necessidades específicas de cada unidade administrativa.

As quantidades estimadas abrangem os equipamentos de segurança eletrônica, os serviços de instalação, configuração, monitoramento remoto 24 horas e manutenção preventiva e corretiva do sistema integrado de segurança eletrônica, de forma compatível com a solução definida neste Estudo Técnico Preliminar.

Ressalta-se que, em razão da diversidade de unidades, dimensões dos espaços e particularidades operacionais das Secretarias envolvidas, as quantidades foram dimensionadas de forma individualizada por local, visando garantir cobertura adequada, eficiência operacional e racionalização dos recursos públicos.

As especificações, os códigos no Catálogo de Materiais e Serviços – CATMAT - CATSERV do sistema Compras.gov.br e as quantidades estimadas de cada item estão detalhados em Anexo que integra este Estudo Técnico Preliminar. Esse Anexo apresenta a relação completa dos bens e consolida, em planilha técnica específica, as quantidades estimadas, servindo de base para a futura elaboração do Termo de Referência e para a definição do modelo de contratação mais adequado.

Em caso de eventual divergência entre a descrição constante no CATMAT/CATSERV e as disposições aqui estabelecidas, prevalecerão as disposições deste Estudo Técnico Preliminar.

8. Estimativa do Valor da Contratação

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em **pesquisa de preços realizada em Banco de Preços**, bem como por meio de **consultas diretas a empresas especializadas na área de segurança eletrônica**, assegurando maior confiabilidade, aderência à realidade do mercado e observância aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade da contratação.

A pesquisa considerou contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, além de valores praticados por empresas do ramo, contemplando objetos compatíveis com a presente demanda, tais como fornecimento de equipamentos de videomonitoramento, sistemas de alarme, serviços de instalação, configuração, monitoramento e manutenção de sistemas de segurança eletrônica. Foram observadas as especificações técnicas, a abrangência dos serviços, o porte das contratações e a atualidade dos registros, de modo a garantir a comparabilidade dos valores pesquisados.

Os preços obtidos foram analisados criticamente pela equipe técnica responsável, com a exclusão de valores discrepantes, quando identificados, e a adoção de critérios que refletissem a realidade de mercado, considerando as

particularidades do Município, a complexidade do objeto e a necessidade de atendimento a múltiplas unidades administrativas, em conformidade com a legislação vigente.

Com base nesse levantamento, o **valor total estimado da contratação** é de **R\$ 4.391.322,08 (Quatro milhões, trezentos e noventa e um mil, trezentos e vinte e dois reais e oito centavos)**, conforme planilha de composição de custos e formação de preços **anexa ao Estudo Técnico Preliminar**.

Ressalta-se que o valor estimado possui caráter meramente referencial, destinando-se a subsidiar a fase interna do procedimento licitatório, a definição da modalidade de contratação e a análise da vantajosidade da solução, não constituindo, portanto, compromisso definitivo de gasto por parte da Administração.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos do art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, as contratações públicas devem observar, sempre que possível, o parcelamento do objeto, visando ampliar a competitividade e proporcionar melhores condições para a Administração Pública.

No caso da presente contratação, após análise técnica das necessidades das Secretarias do Município de Barreiras, verificou-se que a solução envolve **naturezas distintas de fornecimento e prestação de serviços**, o que torna tecnicamente recomendável a divisão da contratação em lotes.

Dessa forma, a solução foi estruturada em **três lotes**, conforme descrito a seguir:

Lote 1 – Aquisição de Equipamentos de Videomonitoramento com Serviço de Instalação:

Este lote contempla o fornecimento dos equipamentos destinados à implantação ou ampliação do sistema de videomonitoramento (CFTV) nas unidades administrativas do Município, incluindo câmeras IP, gravadores de vídeo (NVR), dispositivos de armazenamento, monitores, switches e demais componentes necessários ao funcionamento da solução, bem como os serviços de instalação, configuração e testes dos equipamentos adquiridos.

A inclusão do serviço de instalação neste lote justifica-se pela necessidade de garantir a correta implementação dos equipamentos fornecidos, assegurando a compatibilidade entre os dispositivos e a adequada configuração do sistema.

Lote 2 – Prestação de Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva do Sistema de Câmeras:

Este lote contempla a prestação de serviços técnicos especializados para manutenção preventiva e corretiva do sistema de videomonitoramento, abrangendo demandas relacionadas a hardware e software, substituição de equipamentos quando necessário, configurações de softwares, ajustes na exibição das imagens e verificação do sistema de gravação e armazenamento das imagens.

A separação deste lote se justifica pelo fato de que **diversas secretarias do Município já dispõem de sistemas de câmeras previamente instalados**, demandando apenas serviços de manutenção e suporte técnico para garantir o funcionamento contínuo da infraestrutura existente, sem necessidade de aquisição de novos equipamentos.

Lote 3 – Prestação de Serviços de Monitoramento 24h com Equipamentos em Regime de Locação – Exclusivo para a Secretaria Municipal de Saúde:

Este lote contempla a prestação de serviços de monitoramento remoto 24 horas da central de alarmes e do sistema de videomonitoramento das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, incluindo a disponibilização dos equipamentos necessários em regime de locação, manutenção de hardware e software, substituição de equipamentos quando necessário, configurações de softwares, exibição das imagens e gerenciamento do armazenamento das gravações.

A adoção deste modelo atende às necessidades específicas das unidades de saúde, que demandam **monitoramento contínuo e resposta rápida a ocorrências**, considerando o fluxo permanente de pessoas, a proteção do patrimônio público e a segurança de servidores, pacientes e usuários do sistema de saúde.

Dessa forma, o parcelamento da solução em três lotes distintos mostra-se **tecnicamente adequado e economicamente vantajoso**, permitindo a participação de empresas especializadas em diferentes segmentos do mercado (fornecimento de equipamentos, serviços de manutenção e monitoramento especializado), ampliando a competitividade do certame e contribuindo para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para a plena execução do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, foram analisadas possíveis contratações correlatas e/ou interdependentes no âmbito da Administração Pública Municipal.

Verificou-se que a presente contratação possui **relação de interdependência operacional** entre os lotes previstos, especialmente no que se refere à integração entre os sistemas de videomonitoramento, alarmes e os serviços de monitoramento remoto e manutenção, embora cada lote possa ser contratado de forma independente, conforme as necessidades específicas de cada unidade administrativa.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, configuração, manutenção e operação de sistema integrado de segurança eletrônica, com monitoramento 24 horas de alarmes e videomonitoramento, para atender às demandas específicas das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Barreiras – BA está alinhada ao Planejamento Estratégico do Município, tais como PPA - LEI Nº 1.703, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2025 para o período de 2026 a 2029 e LOA para o exercício de 2026 - Lei nº 1704/2025.

A aquisição foi planejada considerando os seguintes aspectos:

- **Objetivos Estratégicos do Município:**

Contratação está alinhada aos objetivos de realizar as ações de manutenção das Secretarias/Fundos, com a finalidade de efetivar as atividades básicas nas Secretarias.

- **Orçamento e Disponibilidade financeira**

A aquisição foi planejada considerando o orçamento e disponibilidade financeira, pois a execução financeira foi cuidadosamente planejada e alocada no Orçamento Anual - LOA, Lei nº 1704/2025 de 04 de novembro de 2025 e QDD, assegurando a disponibilidade de recursos para a contratação.

Ratifica-se que, até a presente data, o Município ainda não dispõe de Plano de Contratações Anual formalmente publicado, conforme previsto no Decreto nº 198, de 23 de agosto de 2023, que regulamenta a aplicação da Lei nº 14.133/21 no âmbito municipal. Ressalta-se, contudo, que a elaboração do referido plano já foi iniciada e encontra-se em fase final de compilação, com previsão de publicação para vigorar a partir do exercício de 2026, após a conclusão do Catálogo Eletrônico Padronizado.

O artigo 16, do Decreto nº 198, preceitua que "O Município elaborará o Plano de Contratação Anual - PCA, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias e garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico" **Parágrafo único** "O Plano de Contratações Anual - PCA se tornará obrigatório no exercício subsequente à conclusão do Catálogo Eletrônico de Padronização do Município de Barreiras-BA".

Por fim, informamos que o competente Plano de Contratações Anual está em processo de elaboração, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, configuração, manutenção e monitoramento de sistema integrado de segurança eletrônica trará diversos benefícios à Administração Pública Municipal, às Secretarias e aos usuários dos serviços públicos, destacando-se:

- **Reforço da segurança patrimonial e institucional**, por meio da prevenção e inibição de furtos, vandalismo, invasões e outros incidentes, protegendo bens públicos, equipamentos e instalações municipais;
- **Monitoramento contínuo e resposta rápida a eventos**, com operação remota 24 horas, possibilitando acionamento imediato dos responsáveis e dos órgãos competentes, quando necessário;

- **Maior eficiência na gestão da segurança**, mediante utilização de sistemas integrados de videomonitoramento e alarme, com padronização tecnológica e centralização das informações;
- **Racionalização dos recursos públicos**, uma vez que a divisão em lotes permite atender unidades já estruturadas apenas com o serviço de monitoramento, evitando aquisições desnecessárias de equipamentos e promovendo economicidade;
- **Ampliação da competitividade**, possibilitando a participação de empresas especializadas em diferentes segmentos do mercado, o que tende a resultar em melhores condições técnicas e econômicas para a Administração;
- **Redução de riscos operacionais e administrativos**, com clara definição de responsabilidades contratuais e manutenção contínua dos sistemas, assegurando maior confiabilidade da solução;
- **Apoio à tomada de decisão e à gestão pública**, por meio do acesso a registros e imagens que podem subsidiar investigações administrativas, auditorias e ações de planejamento;
- **Valorização e proteção dos servidores e usuários**, proporcionando ambientes de trabalho e atendimento mais seguros e controlados.

Dessa forma, a contratação contribui diretamente para o fortalecimento da capacidade institucional do Município, promovendo segurança, eficiência administrativa e melhor prestação dos serviços públicos à população.

13. Providências a serem Adotadas

- **Gestão e fiscalização do contrato:** As Secretarias demandantes indicarão servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, operação e manutenção de sistema integrado de segurança eletrônica apresenta **baixo impacto ambiental**, tendo em vista que se trata, majoritariamente, de equipamentos eletrônicos de pequeno porte e serviços técnicos de instalação e monitoramento.

Os principais impactos ambientais associados ao objeto referem-se à **geração de resíduos eletrônicos**, decorrentes da substituição eventual de equipamentos, cabos e componentes danificados ou obsoletos, bem como ao consumo de energia elétrica para operação dos sistemas de videomonitoramento e alarme.

Como medidas mitigadoras, a Administração deverá exigir que a contratada:

- Realize o descarte ambientalmente adequado de equipamentos e componentes inservíveis, em conformidade com a legislação ambiental vigente;

- Priorize, sempre que possível, o reaproveitamento e a manutenção dos equipamentos, reduzindo a necessidade de substituições frequentes;
- Adote boas práticas de instalação, evitando desperdício de materiais e intervenções desnecessárias na infraestrutura das unidades.

Ressalta-se que a contratação também apresenta **impactos ambientais positivos**, na medida em que contribui para a proteção do patrimônio público, reduzindo danos materiais, retrabalhos e reposições decorrentes de atos de vandalismo ou furtos.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são **limitados, controláveis e mitigáveis**, não configurando óbice à sua realização, desde que observadas as boas práticas ambientais e a legislação aplicável.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Justificativa da viabilidade

A contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, configuração, operação, manutenção e monitoramento de sistema integrado de segurança eletrônica mostra-se **tecnicamente, economicamente e administrativamente viável**, atendendo às necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal de Barreiras – BA.

Sob o aspecto **técnico**, o levantamento realizado pelos profissionais do Município demonstrou a existência de infraestrutura compatível em diversas unidades, bem como a viabilidade de implantação modular da solução, especialmente em razão do parcelamento do objeto em lotes. Tal modelo permite atender unidades que já dispõem de circuito de videomonitoramento instalado, demandando apenas os serviços de monitoramento e manutenção, bem como possibilita a implantação completa do sistema em locais que ainda não contam com infraestrutura adequada, incluindo sistemas de alarme.

No que se refere à **viabilidade econômica**, a estimativa do valor da contratação foi elaborada conforme metodologia descrita na seção própria deste Estudo Técnico Preliminar, com base em pesquisa em banco de preços públicos e consultas a empresas especializadas no mercado, demonstrando compatibilidade com os valores praticados e observância ao princípio da economicidade. O parcelamento da solução contribui para ampliação da competitividade e para a contratação mais eficiente, adequada às reais necessidades de cada unidade administrativa.

Do ponto de vista **administrativo e operacional**, a contratação é viável por permitir melhor gestão, fiscalização e controle da execução contratual, com acompanhamento individualizado por lote e por unidade atendida. A centralização dos

serviços de monitoramento e manutenção favorece a padronização de procedimentos, maior eficiência na resposta a ocorrências e redução de riscos operacionais.

Ressalta-se, ainda, que a inexistência de sistema integrado de segurança eletrônica expõe o patrimônio público a riscos relevantes, como furtos, vandalismo e interrupções de serviços essenciais, gerando potenciais prejuízos à Administração. Assim, a contratação apresenta **relação custo-benefício favorável**, contribuindo para a preservação do patrimônio público e para a continuidade dos serviços prestados à população.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação é **viável, necessária e alinhada ao interesse público**, observando os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e gestão responsável dos recursos públicos.

16. Responsáveis

Antônio Vitor Araújo Sousa

Coordenador Especial

Matricula: 64955

Igor Lima Oliveira Durães

Diretor

Matricula: 67812

ANEXO I DO ETP



ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, configuração, manutenção de sistema integrado de segurança eletrônica e monitoramento 24h de alarme e videomonitoramento destinado às Secretarias da Prefeitura Municipal de Barreiras – BA.

ITEM	CODIGO GOV	DESCRIÇÃO MINIMA	UNIDADE	<div> Agricultura e Tecnologia Administração Assistência Social e Trabalho Gabinete do Prefeito Cultura e Turismo Saúde Educação Esporte, Juventude e Lazer Infraestrutura, O. Serv P e Transp Segurança Cidadã e Trânsito Meio Ambiente e Sustentabilidade Fazenda Indústria, Comércio e Serviço </div>	QUANT. TOTAL
		LOTE 1			

1	ANÁLISE	<p>Tipo NVR com 8 portas PoE integradas:</p> <p>Compatibilidade Compatível com câmeras IP de terceiros, padrão ONVIF Profile S/G</p> <p>Resolução Máxima Suporte a gravação e reprodução em até 8 MP</p> <p>Largura de Banda Entrada ≥ 160 Mbps / Saída ≥ 80 Mbps</p> <p>Entradas de Vídeo 8 canais IP</p> <p>Entradas de Áudio 1 canal RCA bidirecional (2,0 Vp-p, 1kΩ)</p> <p>Saídas de Vídeo HDMI (até 4K / 30Hz) e VGA (até 1920x1080 / 60Hz)</p> <p>Resoluções Suportadas 8MP / 6MP / 5MP / 4MP / 3MP / 1080p / 720p / VGA / CIF</p> <p>Formatos de Codificação H.265, H.265+, H.264, H.264+, MPEG-4</p> <p>Capacidade de Decodificação 1 canal em 8MP ou 4 canais em 1080p simultâneos</p> <p>Armazenamento 2 interfaces SATA, suportando HDD até 6TB cada (capacidade total até 12TB)</p> <p>Recursos Inteligentes (VCA) Detecção de movimento, linha virtual, intrusão, objeto abandonado/removido</p> <p>Rede 1 porta RJ-45 10/100/1000 Mbps auto adaptável</p> <p>Portas USB 2 portas USB 2.0</p> <p>PoE Integrado 8 portas independentes, padrão IEEE 802.3af/at, até 30W por porta</p> <p>Alimentação 100 ~ 240 VAC, potência ≤ 280W</p> <p>Consumo ≤ 15W (sem HDD/PoE)</p> <p>Condições de Operação Temperatura -10 °C a +55 °C, umidade 10% ~ 90%</p> <p>Certificações CE, FCC, RoHS, homologação ANATEL (quando aplicável)</p> <p>Garantia Mínimo de 12 meses (preferencialmente 36 meses)</p> <p>Dimensões Aproximadamente 385 x 315 x 52 mm (chassi 1U)</p> <p>Peso ≤ 3 kg (sem HDD)</p>	U ni da de	0	3	0	1	0	5	6	0	1	0	0	0	0	16
---	---------	--	---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

2	626899	<p>Tipo NVR com 16 portas PoE integradas:</p> <p>Compatibilidade Compatível com câmeras IP de terceiros, padrão ONVIF Profile S/G</p> <p>Resolução Máxima Suporte a gravação e reprodução em até 8 MP</p> <p>Largura de Banda Entrada ≥ 160 Mbps / Saída ≥ 80 Mbps</p> <p>Entradas de Vídeo 16 canais IP</p> <p>Entradas de Áudio 1 canal RCA bidirecional</p> <p>Saídas de Vídeo HDMI (até 4K / 30Hz) e VGA (até 1920×1080 / 60Hz)</p> <p>Resoluções Suportadas 8MP / 6MP / 5MP / 4MP / 3MP / 1080p / 720p / VGA / CIF</p> <p>Formatos de Codificação H.265, H.265+, H.264, H.264+, MPEG-4</p> <p>Capacidade de Decodificação 2 canais em 8MP ou 8 canais em 1080p simultâneos</p> <p>Armazenamento 2 a 4 interfaces SATA, suportando HDD até 6TB cada (capacidade total até 24TB)</p> <p>Recursos Inteligentes (VCA) Detecção de movimento, linha virtual, intrusão, objeto abandonado/removido</p> <p>Rede 1 porta RJ-45 10/100/1000 Mbps auto adaptável</p> <p>Portas USB 2 portas (USB 2.0 ou 1×2.0 + 1×3.0, conforme modelo)</p> <p>PoE Integrado 16 portas independentes, padrão IEEE 802.3af/at, até 30W por porta</p> <p>Alimentação 100 ~ 240 VAC, potência ≤ 300W</p> <p>Consumo ≤ 20W (sem HDD/PoE)</p> <p>Condições de Operação Temperatura -10 °C a +55 °C, umidade 10% ~ 90%</p> <p>Certificações CE, FCC, RoHS, homologação ANATEL (quando aplicável)</p> <p>Garantia Mínimo de 12 meses (preferencialmente 36 meses)</p> <p>Dimensões Aproximadamente 445 × 390 × 70 mm (chassi 1U ou 1,5U)</p> <p>Peso ≤ 5 kg (sem HDD)</p>	U ni da de	1	0	1	1	4	5	4	0	4	0	1	1	1	1	70
---	--------	--	---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

3	628180	<p>Tipo NVR com 32 portas PoE integradas:</p> <p>Compatibilidade Compatível com câmeras IP de terceiros, padrão ONVIF Profile S/G</p> <p>Resolução Máxima Suporte a gravação e reprodução em até 12 MP</p> <p>Largura de Banda Entrada ≥ 320 Mbps / Saída ≥ 256 Mbps</p> <p>Entradas de Vídeo 32 canais IP</p> <p>Entradas de Áudio 1 canal RCA bidirecional</p> <p>Saídas de Vídeo HDMI (até 4K / 60Hz, 2 canais) e VGA (até 1920x1080 / 60Hz)</p> <p>Resoluções Suportadas 12MP / 8MP / 6MP / 5MP / 4MP / 3MP / 1080p / 720p / VGA / CIF</p> <p>Formatos de Codificação H.265, H.265+, H.264, H.264+, MPEG-4</p> <p>Capacidade de Decodificação Até 4 canais em 8MP ou 16 canais em 1080p simultâneos</p> <p>Armazenamento 4 a 8 interfaces SATA, suportando HDD até 10TB cada (capacidade total até 80TB)</p> <p>Recursos Inteligentes (VCA) Detecção de movimento, linha virtual, intrusão, objeto abandonado/removido</p> <p>Rede 2 portas RJ-45 Gigabit 10/100/1000 Mbps (balanceamento ou redundância)</p> <p>Portas USB 2 ou mais (USB 2.0 e USB 3.0); PoE Integrado 32 portas independentes, padrão IEEE 802.3af/at, até 30W por porta</p> <p>Alimentação 100 ~ 240 VAC, potência $\leq 400W$</p> <p>Consumo $\leq 30W$ (sem HDD/PoE)</p> <p>Condições de Operação Temperatura -10 °C a +55 °C, umidade 10% ~ 90%</p> <p>Certificações CE, FCC, RoHS, homologação ANATEL (quando aplicável)</p> <p>Garantia Mínimo de 12 meses (preferencialmente 36 meses)</p> <p>Dimensões Aproximadamente 485 x 390 x 90 mm (chassi 2U); Peso ≤ 7 kg (sem HDD)</p>	U ni da de	3	1	1	0	0	5	2 6	1	1	0	1	0	0	39
---	--------	---	---------------------	---	---	---	---	---	---	--------	---	---	---	---	---	---	----

4	623907	<p>Tipo de câmera Dome Rede 2.0MP IP Para monitoramento externo:</p> <p>Resolução 2.0MP (1920x1080) ≥20 fps - Sensor CMOS 1/2,7" progressivo - Compressão H.264/H.264+ ou H.265 Suporte ROI Streams MainStream e Substream - Sensibilidade luminosa 0.01 Lux; 0 Lux com IR - Alcance IR ≥30 metros - Lente Varifocal 2.8 mm - Dia & Noite Filtro IR automático - Funções de imagem BLC, ROI, 3D-DNR - Áudio Entrada e saída - Alarme Entrada e saída - WDR Até 120 dB Não digital Análise inteligente Cruzamento de Linha, Intrusos, Movimentos (≥12 áreas), Obstrução Preferencialmente embarcada ou via software licenciado Alarmes inteligentes Cruzamento de Linha, Intrusos, Movimentos, Obstrução, Rede, IP, Armazenamento Preferencialmente embarcados ou via software licenciado Padrões ONVIF, PSIA - Protocolos TCP/IP, HTTP/HTTPS, FTP, DHCP, DNS, RTSP, SMTP, SNMP, IGMP, 802.1X, QoS, IPv6 Lista resumida dos principais protocolos Armazenamento Suporte NAS e Micro SD até 128GB Cartão fornecido: 64GB Classe 10 Temperatura -30°C a 60°C Umidade ≤95% sem condensação Proteção IP66 ou superior - Alimentação 12Vdc e PoE (802.3af) - Proteção mecânica IK10 ou superior - Suporte Parede ou teto com caixa de junção Protege conexões, saída para eletroduto</p>	U ni da de	3 1	1 7	6 3	7	1 6	2 0	5 2 6	3	1 2	7	6	8	3	719
---	--------	--	---------------------	--------	--------	--------	---	--------	--------	-------------	---	--------	---	---	---	---	-----

5	623909	<p>Tipo de câmera Bullet Rede 4.0MP IP Para monitoramento externo:</p> <p>Resolução 4.0MP (2560x1440) ≥20 fps -</p> <p>Sensor e lente CMOS 1/3" progressivo; lente varifocal 2.8–12 mm -</p> <p>Compressão e streams H.264/H.264+ ou H.265; MainStream e Substream Suporte ROI</p> <p>Visão noturna IR automático ≥50 metros; sensibilidade 0.01 Lux Dia & Noite</p> <p>Funções de imagem e WDR BLC, ROI, 3D-DNR, WDR até 120 dB Não digital</p> <p>Áudio e alarme Entrada e saída de áudio e alarme -</p> <p>Análise e alarmes inteligentes Cruzamento de Linha, Intrusos, Movimentos (≥12 áreas), Obstrução, Rede, IP, Armazenamento Preferencialmente embarcados ou via software licenciado</p> <p>Padrões e protocolos ONVIF, PSIA; TCP/IP, HTTP/HTTPS, FTP, DHCP, DNS, RTSP, SMTP, SNMP, IGMP, 802.1X, QoS, IPv6 Principais protocolos resumidos</p> <p>Armazenamento Suporte NAS e Micro SD até 128GB Cartão fornecido: 64GB Classe 10</p> <p>Operação -30°C a 60°C; umidade ≤95% sem condensação -</p> <p>Proteção IP66 e IK10 ou superior -</p> <p>Alimentação 12Vdc e PoE (802.3af) -</p> <p>Suporte Parede ou teto com caixa de junção Protege conexões e saída para eletroduto</p>	U ni da de	4 0	2 4	5 8	7	2 9	2 0	4 3 6	5 8	1 8	9	2 0	3	5	727
6	623908	<p>Tipo de câmera Speed Dome IP 360º Para monitoramento externo:</p> <p>SD IR IA, Câmera IP Full HD 1080p, Resolução 2 megapixels (1080p), Alimentação PoE Ativo (IEEE 802.3at), Inteligência Artificial Embarcada, Alcance IR de 100 m, Tecnologia Starlight, Zoom óptico de 25x, Inteligência Artificial, Compressão de Vídeo, PoE+ Power Over Ethernet.</p>	U ni da de	0	0	0	0	0	5	0	3	2	0	1	0	0	11

7	478334	<p>Tipo: HDD (disco rígido) interno: Capacidade mínima: 4TB "Terabytes" Interface: SATA III (6 Gb/s), retrocompatível com versões anteriores Formato físico: 3,5 polegadas Rotação mínima: 5.400 RPM ou superior Cache/buffer: mínimo de 64 MB Tecnologia voltada para gravação contínua 24x7, otimizado para sistemas de vigilância/NVR/DVR Suporte para múltiplos streams de vídeo em alta resolução simultâneos Vida útil projetada para operação contínua (workload anual mínimo 180 TB/ano) Temperatura de operação: 0°C a 65°C (mínimo) MTBF (tempo médio entre falhas): 1 milhão de horas ou superior Garantia mínima: 3 anos</p>	U ni da de	6	5	1 2	2	4	5	7 2	7	3	1	3	1	1	122
---	--------	--	---------------------	---	---	--------	---	---	---	--------	---	---	---	---	---	---	-----

8	623629	<p>Tipo: Rack padrão 19' 8U, fixação em parede:Altura útil: 8UEstrutura em aço carbono com tratamento anticorrosivoPintura eletrostática a pó na cor preta (ou equivalente)Porta frontal com visor em acrílico ou vidro temperado, com fecho tipo chaveLaterais removíveis para fácil acesso internoFuração padrão 19" para fixação de equipamentos e acessóriosCapacidade de carga mínima: 40 kgAberturas para ventilação natural e possibilidade de instalação de ventiladoresEntrada e saída de cabos na parte superior e inferiorDimensões aproximadas (L x P): 570 mm x 450 mm (tolerância ± 10%)Fornecido montado, com kit de parafusos e porcas gaiolaGarantia mínima de 1 ano</p>	U ni da de	4	4	1 2	2	4	4	7 2	5	2	1	2	1	1	114
---	--------	--	---------------------	---	---	--------	---	---	---	--------	---	---	---	---	---	---	-----

9	632037	<p>Tipo Cabo HDMI 15m (HDMI 2.0 ou superior): Item: 01 Produto: Cabo HDMI macho x macho Comprimento: 15 metros Versão HDMI: 2.0 ou superior Conectores: 19 pinos Resolução Máxima: 4K @ 60Hz (3840x2160) Largura de Banda: até 18 Gbps Condutor: 100% cobre (OFC – Oxygen Free Copper) Recursos Adicionais: Filtro de ruído integrado Suporte a HDR10 3D Ready Deep Color Suporte a ARC, Dolby TrueHD e DTS-HD Aplicação: transmissão de áudio e vídeo digital em TVs 4K, projetores, monitores profissionais, home theaters e videogames. Unidade de Medida: unidade</p>	U ni da de	4	4	1 2	2	4	5	7 2	5	2	1	2	1	1	115
---	--------	--	---------------------	---	---	--------	---	---	---	--------	---	---	---	---	---	---	-----

10	614404	<p>Tipo de equipamento Nobreak 1500 VA Capacidade 1500 VA / 1050 Watts Topologia Line Interactive Tipo de forma de onda Senoidal Proteção contra subtensão/sobretensão Desliga automaticamente quando a tensão da rede está fora dos níveis aceitáveis Proteção contra sobrecarga Desliga automaticamente em casos de sobrecarga Entrada – Tensão nominal 115V / 220V (bivolt automático) Entrada – Frequência 60 Hz Entrada – Tipo de conexão NBR 14136 Saída – Tensão nominal 115V Saída – Potência máxima 1050 Watts / 1500 VA Saída – Conexões 6 tomadas NBR 14136 Dimensões – Altura 370 mm Dimensões – Largura 205 mm Dimensões – Profundidade 450 mm Observações adicionais Protege computadores, impressoras e equipamentos de rede; fácil instalação</p>	U ni da de	4	4	1 2	2	4	4	7 2	5	2	1	2	1	1	114
----	--------	---	---------------------	---	---	--------	---	---	---	--------	---	---	---	---	---	---	-----

11	410058	<p>TIPO: CABO CAT5E 100% COBRE Categoria Cat5e:</p> <p>Condutor: 100% cobre sólido</p> <p>Pares trançados: 4</p> <p>Velocidade de transmissão: até 1 Gbps</p> <p>Comprimento máximo por segmento: 305 metros</p> <p>Tipo de blindagem: UTP (sem blindagem), STP ou FTP (com blindagem)</p> <p>Revestimento: PVC ou LSZH (baixa emissão de fumaça)</p> <p>Aplicações: redes LAN, telefonia, cabeamento estruturado, transmissão de dados</p> <p>Normas técnicas: compatível com ISO/IEC e ABNT NBR</p>	M e t r o s	5 4 8 0	2 3 1 0	6 7 5 6	7 0 0	2 2 5 0	5	5 4 8 4 0	4 2 1 0	1 5 0 0	8 0 0	1 6 5 0	5 5 0	4 0 0	814 51
12	632027	<p>Tipo de equipamento Switch 16 Portas PoE GIGA não gerenciável:</p> <p>Número total de portas 18</p> <p>Número de portas PoE 16, 10/100/1000 Mbps</p> <p>Porta(s) Uplink 2 portas de combinação 1000 Mbps</p> <p>Padrão PoE IEEE 802.3af / IEEE 802.3at</p> <p>Controle de fluxo IEEE 802.3x full duplex</p> <p>Capacidade de comutação 7,2 Gbps</p> <p>Taxa máxima de encaminhamento 5,36 Mpps</p> <p>Tipo de porta RJ-45</p> <p>Velocidade das portas PoE 10/100/1000 Mbps</p> <p>Velocidade das portas Uplink 1000 Mbps</p> <p>Observações adicionais Indicado para redes corporativas ou de monitoramento; PoE alimenta dispositivos como câmeras IP, telefones VoIP e pontos de acesso sem fio</p>	U n i d a d e	0	0	1	0	0	5	0	2	1	0	1	0	0	10

13	309004	<p>Tipo de equipamento Rack para parede 19" 5U: Dimensões (A x L x C) 250 mm x 500 mm x 350 mm Uso Ambientes internos (indoor) Finalidade Acomodação e proteção de equipamentos e acessórios eletrônicos padrão 19" Estrutura Aço soldado Passagem de cabos Parte superior e inferior Planos de montagem Par de planos frontais padrão 19" Ventilação Aletas laterais Porta frontal Aço com visor de acrílico Segurança Chaves de segurança Tratamento do aço Anticorrosivo e desengraxante biodegradável Pintura Eletrostática a pó epóxi texturizada Observações adicionais Ideal para acomodação de switches, nobreaks, patch panels e outros equipamentos de rede</p>	U ni da de	0	2	1	0	0	5	0	8	1	1	2	0	0	20
----	--------	--	---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

14	631143	<p>Tipo de equipamento Nobreak 700 VA: Potência máxima de saída 700 VA Entrada – Tipo Monovolt Faixa de tensão de entrada 220Vca ± 20% Proteção contra sub/sobretensão Sim Faixa de tensão de saída 220Vca ± 8% Função estabilizador de rede Sim Filtro de saída contra interferências Sim Sinalização Sonora e visual: LED indicativo (modo rede / modo bateria) Borne para bateria externa Não Bateria interna 1 bateria 12Vcc / 7Ah Autonomia estimada 1 DVR + 4 câmeras ≈ 47 minutos Número de tomadas de saída 4 Peso líquido 6,7 kg Dimensões (L x A x P) 100 x 161 x 342,9 mm Observações adicionais Ideal para pequenos sistemas de monitoramento, CFTV e equipamentos eletrônicos</p>	U ni da de	0	2	8	0	0	2	0	8	1	1	2	0	0	24
----	--------	--	---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

15	613324	Tipo de equipamento Monitor / Smart TV 32" Tipo de tela LED Tamanho 32" Resolução HD Sistema operacional Android TV Frequência de atualização 60 Hz Potência de som 10W RMS Conexões 2x HDMI, 1x USB, 1x Ethernet Comando de voz Sim Observações adicionais Ideal para videoconferências, apresentações e uso multimídia	U ni da de	4	4	1 2	2	4	4	7 3	5	2	1	2	1	1	115
16	632028	Tipo de equipamento Switch 8 Portas PoE GIGA não gerenciável: Número total de portas 9 Número de portas PoE 8, 10/100/1000 Mbps Porta(s) Uplink 1 porta de combinação 1000 Mbps Padrão PoE IEEE 802.3af / IEEE 802.3at Controle de fluxo IEEE 802.3x full duplex Capacidade de comutação 7,2 Gbps Taxa máxima de encaminhamento 5,36 Mpps Tipo de porta RJ-45 Velocidade das portas PoE 10/100/1000 Mbps Velocidade da porta Uplink 100 Mbps Observações adicionais Indicado para pequenas redes corporativas ou de monitoramento; PoE alimenta câmeras IP, telefones VoIP e pontos de acesso sem fio	U ni da de	3	2	0	0	0	5	0	6	1	1	1	0	0	19

17	632182	Tipo de equipamento Filtro de linha 5 : Número de tomadas 5 tomadas + 2 portas USB Tipo de alimentação Bivolt Comprimento do cabo 3 metros Corrente máxima 10 A Material do cabo Lâmina de cobre de alta condutividade Material do corpo Plástico de alta qualidade, resistente a chama e altas temperaturas Tipo de plugue Padrão 3 pinos Observações adicionais Protege equipamentos eletrônicos contra sobrecargas e permite carregamento via USB	U ni da de	4	4	1 2	2	4	1 0	7 3	5	2	1	2	1	1	121
18	632026	CANALETA INDUSTRIAL Ventilada tamanho 30x50 (Base X Altura) Recorte aberto facilitando as derivações e passagens de cabos. Material: PVC (UL94V-C/RoHS) Livre de Halogênio. Cor Padrão cinza.	U ni da de	2 0	2 5	1 2 0	1 0	2 0	5 0	3 7 0	4 5	1 5	1 0	1 0	1 0	5	710
19	614413	ELETRODUTO GALVANIZADO LEVE 3/4: Material Aço, Barra com 3mts	U ni da de	8 0	3 5	1 7 8	2 0	4 0	2 0	8 7 0	8 0	2 5	1 5	3 5	1 0	1 0	141 8

20	632161	<p>Tipo de equipamento Conversor de mídia:</p> <p>Função Converte sinais de rede entre cabos de cobre (RJ-45) e fibra óptica</p> <p>Velocidade de transmissão 10/100/1000 Mbps (dependendo do modelo)</p> <p>Padrão de rede compatível IEEE 802.3, 802.3u, 802.3ab</p> <p>Tipo de fibra suportada Monomodo ou Multimodo (dependendo do modelo)</p> <p>Distância máxima de transmissão Até 20 km (dependendo do modelo e tipo de fibra)</p> <p>Alimentação Fonte externa ou PoE (dependendo do modelo)</p> <p>Conectores RJ-45 (cobre), SC/ST/LC (fibra)</p> <p>Observações adicionais Ideal para interligar redes LAN em longas distâncias utilizando fibra óptica</p>	U ni da de	0	0	0	0	0	0	6	0	8	0	0	0	0	0	14
21	632825	<p>Antena WOM 5.000 16 dbi: capaz de realizar enlaces sem fio de até 4 km de distância. A tecnologia base para, » Compatível com protocolo iPoll, Processamento de 60.000 pacotes por segundo, Larguras de canal de 5, 10, 20 e 40 MHz, Proteção antissurto na porta Ethernet de até 15.000 V construção de enlaces sem fio segue o padrão IEEE 802.11 a/n</p>	U ni da de	0	0	0	0	0	0	4	0	2	2	2	2	0	0	12
22	23930	<p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: INSTALAÇÃO COMPLETA DA CENTRAL DE VIDEOMONITORAMENTO (CFTV), INCLUSO DESLOCAMENTO, MÃO DE OBRA E GASTOS NECESSÁRIOS PARA O TOTAL FUNCIONAMENTODA DE GRAVAÇÕES E VISUALIZAÇÕES DAS CÂMERAS, POR PONTO - o quantitativo dos pontos compreende os itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 12,15, 16,20 e 21). A contratada deverá fornecer todos os materiais, insumos e acessórios necessários à perfeita execução da instalação, ainda que não estejam expressamente listados, incluindo fixadores, parafusos, buchas, suportes, conectores, abraçadeiras, canaletas, fita isolante, terminais, acabamentos e quaisquer outros itens indispensáveis ao adequado funcionamento e acabamento da solução, sem ônus adicional para a Administração.</p>	SV Ç	8	5	1	1	5	8	1	9	4	2	3	1	1	175	2

LOTE 2

1	23930	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE SISTEMA DE CÂMERAS, TANTO NAS DEMANDAS DE HARDWARE E SOFTWARE. SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTO CASO NECESSÁRIO, CONFIGURAÇÕES DE SOFTWARES NECESSÁRIAS. CONFIGURAÇÃO DE EXIBIÇÃO DE IMAGENS E ARMAZENAMENTO DE GRAVAÇÕES CONSTANTES.	SV Ç/ M ÊS	4	4	1 2	2	4	7 2	7 7	5	2	1	2	1	1	187
---	-------	---	---------------------	---	---	--------	---	---	--------	--------	---	---	---	---	---	---	-----

LOTE 3																	
1		Locação - CENTRAL DE ALARME DE 16ZONAS OU SETORES ;Processador ARM 32 bits;Zona na placa ;16 zonas progrmáveis ;8 partições reais ; expansível ate 128 zonas ;8 periféricos no barramento ;comunicação via IP e linha telefônica ;sensor de linha telefônica integrado na placa;atualização remota do firmware via Ip; fonte full range 110v/220v; carregado de bateria ;saída de sirene 2,5; 02 sirene particionada ;saída auxiliar 1,2A; operar com sensores NA e NF simultaneamente ;configuração individual por zona ;10 opções diferentes de ligação dos sensores inclusive com antimascaramento ;atualização do firmware com painel em operação ;opção de configurar o Ip fixo ou dinâmico na rede local;universal plug e play;sistema de detecção de acesso a inernet ;supervisão completa do sistema (rede elétrica ,bateria ,alimentação dos periféricos ,fiação dos sensores ,sirene ,linha telefônica e comunicação)	U ni da de							5 8							58
2		Locação - SENSOR TIPO 1: SENSOR IVP (Infravermelho passivo)com fio para a área interna ;dispositivos de campos utilizados nos sistemas de alarmes da segurança eletrônica para detecção de intrusão em uma área determinada ; contato do alarme do formulário A ou C e interruptor contra violação ;analise de sinal digital; eletrônica avançada em ASIC; Imunidade e animais de estimação ate 25 kg ;tecnologia de imagem linear Quad ;ajuste de sensibilidade do PIR ;certificações ;FCC/IC,UL/ULC ,CE.	U ni da de							8 6 5							865

3		<p>Locação - SENSOR TIPO 2: SENSOR PARA ÁREA SEMIABERTA IVP (Infravermelho passivo) PIMW com fio ,é um detector de movimento de dupla tecnologia que combinam a detecção por infravermelho passivo e micro-ondas com a imunidade a animais domésticos ;possuir m contato de alarme com a forma A e tamper switch ;analise de sinal digital ;eletrônica avanada em ASIC; imunidade a a animais de estimação de ate 25 kg ;tecnologia de imagem linear Quad ;ajuste de sensibilidade de PiR e micro-ondas ;modulo de sensor de movimento por micro-ondas com antena de microfita com patch ;certificações FCC/IC ,UL/ULC,CE.</p>	U n i d a d e							4 6								46
4		<p>Locação - SENSOR TIPO 3: SENSOR QUEBRA DE VIDRO COM FIO; sensor de impacto sísmico quebra de vidro; possuir análise completa em áudio e infrassom; possuir 7 filtros de frequência digitais; possuir analise de impacto e choque ;possuir até imunidade á interferência por radio frequência e eletromagnetismo; possuir sensibilidade ajustável.</p>	U n i d a d e							2 7								27
5		<p>Locação - SENSOR TIPO 4: SENSOR PARA EXTERNA IVP (Infravermelho passivo) PIMW com fo ; e um detector de movimento de dupla tecnologia, um só elemento infravermelho passivo e a tecnologia de micro-ondas para uso externo nas condições climáticas mais severas;possuir detecção por micro-ondas baseado no conceito doppler;reles NA e NF ativo ao mesmo tempo ;possuir imunidade a animais domésticos d ate 36 kg ;possuir seleção de intensidade do micro-ondas ;possuir uma distancia dedetecção de ate 15m;detecta intruso que estejam andando ou correndo;aprova d´agua e poeira IP67;certificações FCC/IC,CE;proteção contra luz solar direta ,ventos até 30.m/s, neve e chuva ,pequenos animais .</p>	U n i d a d e							1 7								17
6		<p>Locação - SENSOR TIPO 5 :SENSOR MAGNETICO com fio de sobrepor para ambiente interno ;método de detecção campo magnético ;gap 15 mm +ou-10%;saída de alarme NF ;cabo flexível .</p>	U n i d a d e							1 1 6								116
7		<p>Locação - MODULO TRANSMISSÃO VIA RADIO Antena omnidirecional com ganho de 3dBi para instalação em ambiente interno e conexão direta com o Rádio Alarme 460MHZ.</p>	U n i d a							5 0								50

			de																
8		<p>Locação - PLACA DE EXPANSOR DE 16 ZONAS com fio para central de alarme ;zonas na placa expansor ;16 zonas progrmaveis ;fonte full range 110v/220v;carregado de bateria ;sida de sirene 2,5ª;02 sirene particionada ;saída auxiliar 1,2ª ;operar com sensores NA e NF simultaneamente; configurado individual por zona ;10 opções diferentes de ligação dos sensores inclusive com antimascaramento ;atualização via cabo serial comunicador independente da central de alarme</p>	U ni da de						1 6										16
9		<p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: MONITORAMENTO 24H COMPLETA DA CENTRAL DE ALARME E DE VIDEOMONITORAMENTO, INCLUSO MANUTENÇÃO TANTO NAS DEMANDAS DE HARDWARE E SOFTWARE. SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTO CASO NECESSÁRIO, CONFIGURAÇÕES DE SOFTWARES NECESSÁRIAS. CONFIGURAÇÃO DE EXIBIÇÃO DE IMAGENS E ARMAZENAMENTO DE GRAVAÇÕES CONSTANTES</p>	SV Ç/ M ES						5 8										58

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Barreiras/BA, ____ de _____ de ____.

AGENTE PÚBLICO

(Esse campo deverá ser preenchido pela municipalidade após adjudicação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Barreiras/BA, ____ de ____ de ____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO V
DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Barreiras/BA, ____ de _____ de ____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VI
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – COPEL

DADOS DA LICITAÇÃO		
PREGÃO Nº	PROCESSO Nº	OBJETO

DADOS DA EMPRESA		
RAZÃO SOCIAL		
CNPJ		INSCRIÇÃO ESTADUAL
ENDEREÇO		
TELEFONE	FAX	EMAIL
BANCO (NOME/Nº)	AGÊNCIA Nº	CONTA CORRENTE Nº

DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO		
NOME		
RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF

VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS	PRAZO DE EXECUÇÃO
--------------------------------	-------------------

LOTE XXX				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
TOTAL GERAL				
TOTAL GERAL (por extenso) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				

OBSERVAÇÕES:

1 - Proposta de Preços em papel timbrado do licitante.

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

VALIDADE: ____/____/____

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de ____, na ____ [endereço do órgão contratante], o **MUNICÍPIO DE BARREIRAS/BA**, por meio do ____ [órgão da Administração Direta], ou ____ a(o) [entidade da Administração Indireta], nos termos das normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, em face do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____, realizado por meio do processo administrativo nº ____, homologado em ____ e publicado no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA nº ____, de ____, **RESOLVE** registrar os preços das empresas classificadas, por objeto, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto Registro de preços para Futura contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, configuração, manutenção e operação de sistema integrado de segurança eletrônica, com monitoramento 24 horas de alarmes e videomonitoramento para atender às demandas específicas das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Barreiras – BA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, consoante o disposto no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____ e/ou no Termo de Referência.

DADOS DA EMPRESA				
RAZÃO SOCIAL				
CNPJ		INSCRIÇÃO ESTADUAL		
ENDEREÇO				
TELEFONE	FAX	EMAIL		
BANCO (NOME/Nº)	AGÊNCIA Nº	CONTA CORRENTE Nº		
LOTE XXX				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
TOTAL GERAL				
TOTAL GERAL (por extenso) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. A Ata de Registro de Preços, conforme o Art. 84 da Lei Federal Nº 14.133/21, terá o prazo de vigência de 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura. Esse prazo poderá ser prorrogado por igual período, totalizando até 24 meses, desde que:

- I. Haja pesquisa prévia de mercado demonstrando que os preços registrados permanecem vantajosos;
- II. O fornecedor registrado concorde com a prorrogação nas mesmas condições;
- III. O órgão gerenciador formalize a prorrogação antes do vencimento da ata.

Parágrafo Primeiro – O término do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não implica extinção das obrigações dela decorrentes, ainda em execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Execução correspondente.

Parágrafo único – Cada Ordem de Execução conterá, sucintamente:

- a) o número da Ata;
- b) a descrição do serviço;
- c) o local de entrega e hora;
- d) o valor da requisição;
- e) as condições de pagamento;
- f) as penalidades;

CLÁUSULA QUARTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

4.1. DO RECEBIMENTO

4.1.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.1.2. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.1.4. Os serviços semelhantemente serão acompanhados e fiscalizados pelo responsável, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta de preços.

4.1.5. Após a verificação e aceitabilidade dos serviços prestados e consequente aceitação, ocorrerá o recebimento definitivo da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.

4.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.2. DA LIQUIDAÇÃO

4.2.1. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de 10 dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

4.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.2.3. Para fins de liquidação, o Setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

o prazo de validade;

a data da emissão;

os dados do contrato e do Órgão contratante;

o período respectivo de execução do contrato;

o valor a pagar; e

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

4.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133 de 2021](#).

4.2.6. A Administração deverá:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

4.2.7. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

4.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos Órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

4.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

4.3. DO PRAZO DE PAGAMENTO

4.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do atesto da nota fiscal, conforme seção anterior.

4.3.2. Forma de pagamento

4.3.2.1. As notas fiscais deverão ser entregues ao Setor de Compras do Município, para controle e processo de pagamento.

4.3.2.2. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá encaminhar juntamente com Nota Fiscal, os seguintes documentos:

I – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

II - Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

III - Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio de Certidão Conjunto de débitos relativo aos tributos federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil;

IV - Prova de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

4.3.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pelo contratado.

4.3.2.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.3.2.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

4.3.2.6. Independentemente do percentual de tributos inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

4.3.2.7. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Requisitos de Fornecimento, Entrega e Recebimento dos Equipamentos

5.1.1. Os materiais e equipamentos deverão ser entregues nos locais indicados pela Administração, conforme definição em Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço, observadas as peculiaridades de cada Secretaria.

5.1.2. O prazo de entrega dos equipamentos deverá ser de até 10 (dez) dias, contados a partir da requisição formal emitida pela Administração.

5.1.3. No ato da entrega, as notas fiscais deverão discriminar quantitativos e especificações dos itens fornecidos. O transporte deverá ser realizado em condições adequadas que assegurem a integridade e qualidade dos equipamentos, os quais deverão ser entregues em perfeito estado de conservação e funcionamento.

5.1.4. A contratada deverá substituir, sem ônus para a contratante, qualquer equipamento entregue em desacordo com as especificações, com defeito, avariado ou impróprio ao uso a que se destina. Caso seja constatada qualquer irregularidade após o recebimento provisório, o recebimento definitivo e o pagamento ficarão suspensos até a completa regularização.

5.1.5. Todas as despesas relacionadas a transporte, tributos, fretes, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais custos diretos ou indiretos correrão por conta exclusiva da contratada.

5.1.6. A Contratante reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade dos materiais fornecidos pela Contratada, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Termo de Referência de acordo com as especificações, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- d) **Multa**:

- (1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
- (2) multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
- (3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

6.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

6.4. Todas as sanções previstas neste Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

6.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

6.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

6.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

6.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

6.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

6.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

6.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

Parágrafo Primeiro – Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

Parágrafo Segundo – Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo da prestação dos serviços e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.

Parágrafo Terceiro – Observado o disposto no parágrafo segundo, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar os prestadores de serviço registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, os prestadores de serviço beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;
- c) convocar os demais prestadores, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quarto – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do serviço;
- b) convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quinto – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item de material específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Parágrafo Sexto – A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

- a) pelo decurso do prazo de vigência;
- b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;
- d) por razões de interesse público, devidamente justificadas;
- e) no caso de substancial alteração das condições de mercado.

Parágrafo Sétimo – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração:

- a) quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;
- c) quando a empresa beneficiária do registro for liberada;
- d) quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- e) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- f) quando a empresa beneficiária do registro sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- g) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

II – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

Parágrafo Oitavo – No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Nono – Na hipótese prevista no parágrafo oitavo, o fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

Parágrafo Décimo – Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados os licitantes remanescentes para a formalização do contrato de fornecimento de bens, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação e o procedimento previsto no Edital.

Parágrafo Décimo Primeiro – O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA, juntando-se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

CLÁUSULA OITAVA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Barreiras/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____ e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em ____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Barreiras/BA, _____ de _____ de _____.

**Agente Público competente do órgão ou entidade
contratante**

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

ANEXO VIII
MINUTA CONTRATUAL

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE BARREIRAS/BA, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], ou a (o) _____ [entidade da Administração Indireta], como CONTRATANTE, e a _____, como CONTRATADA, para _____ [prestação de serviços/fornecimento contínuo] na forma abaixo.

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de ____, na _____ [endereço do órgão contratante], o **MUNICÍPIO DE BARREIRAS/BA**, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo [autoridade administrativa competente para firmar o contrato], e a sociedade _____, estabelecida na _____ [endereço da sociedade CONTRATADA], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ [representante da sociedade adjudicatária] têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO Nº ____/____, realizado por meio do processo administrativo nº _____, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1 Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1 O objeto do presente Contrato é Contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, configuração, manutenção e operação de sistema integrado de segurança eletrônica, com monitoramento 24 horas de alarmes e videomonitoramento para atender às demandas específicas das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Barreiras – BA. , devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº _____), na forma abaixo descrita:

Parágrafo Único – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº 36637/2025, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

3.1 O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (por extenso), correspondendo a uma despesa mensal estimada de R\$ _____ (_____ reais).

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do atesto da nota fiscal, conforme seção anterior.

4.2. Forma de pagamento

4.2.1. As notas fiscais deverão ser entregues ao Setor de Compras do Município, para controle e processo de pagamento.

4.2.2. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá encaminhar juntamente com Nota Fiscal, os seguintes documentos:

I – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

II - Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

III - Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio de Certidão Conjunto de débitos relativo aos tributos federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil;

IV - Prova de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidão.

4.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pelo contratado.

4.2.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.2.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

4.2.6. Independentemente do percentual de tributos inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

4.2.7. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

5.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados anualmente (12 meses), a contar da data do orçamento estimado, dispositivo legal que de outro modo discipline a matéria ou no caso de desequilíbrio econômico-financeiro na relação contratual;

5.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.3. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.4. Adota-se o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou, na falta deste, o que vier a substituí-lo para correção do valor inicialmente contratado.

5.5. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida, a qualquer tempo, a revisão do preço inicialmente contratado, desde que, em eventuais solicitações nesse sentido, a CONTRATADA comprove a superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

5.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5.7. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

5.8. O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

6.1 Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 60 (sessenta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO

7.1 A forma de execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº _____).

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO E GESTOR

8.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do Contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.2. Com base no artigo 11, do Decreto Municipal nº 45 de 29 de Fevereiro de 2024, compete ao fiscal do contrato, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, em especial:

- Acompanhar o cronograma de execução do contrato, monitorando os prazos e condições de entrega;
- Acompanhar sistematicamente a execução do objeto da contratação;
- Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, apontando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

- Apurar a importância a ser paga e a quem se deve pagar para extinguir a obrigação, com base no contrato e nos comprovantes de entrega do bem/material;
- Comunicar formalmente a contratada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais, para que esta tome as providências cabíveis à regularização de faltas ou defeitos;
- Examinar e conferir notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, e formalizar o atesto do recebimento dos bens/materiais;
- Fazer diligências junto à empresa contratada, se for o caso, adotando controles adequados e suficientes para registro destas reuniões;
- Informar ao Gestor, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
- Manifestar-se sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, observando-se o prazo de um mês ou aquele estabelecido em contrato para emissão de decisões pela Administração;
- Receber provisoriamente as aquisições sob sua responsabilidade;
- Solicitar a substituição, a expensas do contratado, no total ou em parte, de objeto do contrato em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;

8.3. A fiscalização, exercida no interesse exclusivo das Secretarias Municipais, não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional, apurada na forma da legislação vigente;

8.4. Ficam designados os servidores público, mencionados abaixo, como Fiscais técnico e administrativo do Contrato:

8.4.1. Secretaria de Agricultura e Tecnologia

Titular – INÁCIO DOS SANTOS MACEDO, Matrícula nº 69316, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Tecnologia;

Suplente – PEDRO IVAN ACTIS REIS JÚNIOR, Matrícula nº 70071, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Tecnologia.

8.4.2. Secretaria de Administração

Titular – IGOR LIMA OLIVEIRA DURÃES, Matrícula nº 67812, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento.

Suplente – EDIMILSON PEREIRA DE SOUZA, Matrícula nº 59752, lotada na Controladoria Geral do Município.

8.4.3. Secretaria de Assistência Social e Trabalho

Titular – IGOR LIMA OLIVEIRA DURÃES, Matrícula nº 67812, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento.

Suplente – EDIMILSON PEREIRA DE SOUZA, Matrícula nº 59752, lotada na Controladoria Geral do Município.

8.4.4. Secretaria de Infraestrutura, Obra, Serviços Públicos e Transporte

Titular: MYLANE BASTOS SANTOS, Matrícula nº 63661, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obra, Serviços Públicos e Transporte;

Suplente: ALINE FRETAS ALVES, Matrícula nº 53587, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obra, Serviços Públicos e Transporte;

8.4.5. Secretaria de Segurança Cidadã e Trânsito:

Titular: THIAGO CLEBER ALVES DOS SANTOS, Matrícula nº 58.364, lotado na Secretaria Municipal de Segurança Cidadã e Trânsito;

Suplente: CLEVER DOS SANTOS COUTINHO, Matrícula nº 66.540, lotado na Secretaria Municipal de Segurança Cidadã e Trânsito.

8.4.6. Secretaria da Fazenda:

Titular: AMANDA BRENTANO NASCIMENTO, Matrícula nº 66.388, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda;

Suplente: KEDMA NUNES CRISOSTOMO, Matrícula nº 64.268, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda.

8.4.7. Secretaria de Cultura e Turismo

Titular – MAX VINICIUS SOUZA MELLO, Matrícula nº 66082, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

Suplente – NAGGILA KALINY RODRIGUES DOS SANTOS, Matrícula nº 65936, lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

8.4.8. Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer

Titular – MARIA LUIZA TELES DAMACENA SANTOS, Matrícula nº 65942, lotada na Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer;

Suplente – LEONARDO MARGALHÃES FROES, Matrícula nº 66241, lotado na Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer.

8.4.9. Gabinete do Prefeito

Titular – IGOR LIMA OLIVEIRA DURÃES, Matrícula nº 67812, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento.

Suplente – ADRIALVA RODRIGUES DE CARVALHO. Matrícula nº 59689, lotado no Gabinete do Prefeito.

8.4.10. Secretaria de Indústria e Comércio

Titular – VIVIANE DOS SANTOS VILLA NOVA, Matrícula nº 64272, lotado na Secretaria de Indústria e Comércio;

Suplente – TALITA CORDEIRO ROCHA. Matrícula nº 65949, lotado no Secretaria de Indústria e Comércio.

8.4.11. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Titular – TIAGO DE LIMA BARRETO, Portaria Nº 643/2021, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade;

Suplente – KAIQUE CARVALHO DE SOUZA PINTO, Matrícula nº 53082, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

8.4.12. Secretaria de Educação

Titular – RICARDO DE AZEVEDO RIBERTO, Matrícula nº 59804, lotada na Secretaria Municipal de Educação;

Suplente – JORGE GIL DE SOUZA E SILVA, Matrícula nº 63357, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

8.4.13. Fundo Municipal de Saúde

Titular – ANTONIO VITOR ARAÚJO SOUSA, Matrícula nº 64955, lotado na Fundo Municipal de Saúde;

8.5. DO GESTOR DO CONTRATO

8.5.1. Compete ao Gestor do Contrato, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021, administrar o contrato, desde sua concepção até sua finalização, em aspectos administrativos, especialmente: (conforme Decreto Municipal nº 45 de 29 de Fevereiro de 2024)

I - acompanhar a manutenção, pelo contratado, das condições estabelecidas em instrumento convocatório e contrato e das exigências legais;

II - conferir a importância a ser paga, constante no documento comprobatório da despesa, com base no contrato, na nota de empenho e no ateste do fiscal do contrato;

III - manifestar-se sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, observando-se o prazo de um mês ou aquele estabelecido em contrato para emissão de decisões pela Administração;

IV - manter controle atualizado dos saldos de empenhos e dos pagamentos efetuados, evitando o fornecimento sem prévio empenho;

V – orientar os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições;

VI - promover o atesto de notas fiscais e faturas, em conjunto com o fiscal do contrato, no que couber, para fins de comprovação do cumprimento da obrigação contratual;

VII - promover, quando couber, reunião inicial para apresentação do modelo de gestão, após a assinatura do contrato;

VIII - providenciar, quando necessário, a formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais;

IX - realizar o controle do valor e atualização das garantias e informar a unidade de contabilidade e finanças para os devidos registros;

X – receber definitivamente as aquisições sob sua responsabilidade, observando-se o disposto no capítulo IV do Decreto Municipal nº 45/2024;

XI - subsidiar o ordenador de despesas na aplicação de penalidades advindas de inexecução parcial ou total do contrato, nos termos do regulamento estadual;

XII - verificar o cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

XIII – zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro do contrato, avaliando e promovendo as solicitações conforme o caso.

CLÁUSULA NONA - DA AUSÊNCIA DE EXIGÊNCIA DE GARANTIA CONTRATUAL

9.1Conforme observa-se no artigo 96, da Lei nº 14.133/2021, a **garantia da execução do contrato** é aquela que visa assegurar o cumprimento do contrato, sob pena de retenção do referido valor, e é exigida por ocasião da assinatura do

contrato. No caso do objeto desta futura contratação, entende-se que a complexidade do valor da contratação não importar em consideráveis riscos de prejuízos à Administração em razão do inadimplemento do contratado. Portanto, conclui-se pela inexistência de riscos consideráveis à Administração que importem na exigência de uma garantia contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO

10.1. Os contratos oriundos deste termo de referência terão vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do mesmo.

10.2. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado de acordo com o artigo 106 da Lei Federal nº 14.133/21, no qual estabelece que a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 05 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, desde que observadas determinadas diretrizes. Bem como o art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21, que contempla *“Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.”*, desde que haja a devida justificativa e autorização da autoridade competente, apresentada por escrito, até o 10º (décimo) dia útil anterior ao termo final do prazo pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Constituem obrigações da Contratada, além das constantes nos artigos 92, inciso XVI, 115, 119, 120 e 121 da Lei nº Federal nº 14.133/2021, as seguintes:

11.2. Executar o objeto de acordo com as condições, prazo, especificações e quantitativos estipulados neste Termo de Referência e no edital;

11.3. Responsabilizar-se pela entrega dos materiais conforme estabelecido neste Termo de Referência, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da Contratada;

11.4. Garantir que os materiais fornecidos e os serviços executados atendam às exigências deste Termo de Referência e que os mesmos serão entregues e executados com toda segurança de forma a preservar a integridade dos materiais, no local indicado pela Contratante;

11.5. Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;

11.6. Comunicar a Contratante qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

- 11.7. Se responsabilizar obrigatoriamente pela reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.8. Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários ao fornecimento/confecção dos materiais;
- 11.9. Utilizar na execução dos serviços de instalação dos equipamentos pessoal especializado, devidamente identificado. Bem como fornecer aos funcionários máquinas e equipamentos necessários a execução dos serviços de instalação relacionadas;
- 11.10. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, não cabendo as Secretarias Solicitantes, em hipótese alguma, responsabilidade por danos diretos e indiretos;
- 11.11. Assumir inteira responsabilidade pelos materiais a serem contratados, não podendo transferi-los a outrem, no todo ou em parte;
- 11.12. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias Solicitantes e cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
- 11.13. Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto a ser contratado, para adoção das medidas cabíveis;
- 11.14. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei e no Edital de licitação;
- 11.15. Prestar o serviço de manutenção preventiva e corretiva, dos equipamentos LOCADOS, bem como a substituição dos mesmos em caso de defeito, sem ônus para a CONTRATANTE, desde que o dano não seja decorrente do mau uso, roubo, vandalismo e caso fortuito.
- 11.16. Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, nos termos do artigo Nº 125, da Lei Federal 14.133/21.
- 11.17. Todo e qualquer serviço que venha atrapalhar o bom andamento dos serviços no horário comercial, deverá ser acordado com o responsável do departamento ou unidade, para não interromper as atividades normais.
- 11.18. Manter sede, filial ou escritório próprio em Barreiras – Bahia, dotado de infraestrutura adequada para receber e solucionar qualquer demanda da Administração.
- 11.19. Responsabilizar-se perante a Administração Pública, eventuais danos ou desvios causados aos bens que foram confiados ou os seus prepostos devendo efetuar o ressarcimento correspondente imediatamente após o recebimento da notificação da fiscalização, sob pena de glosa de qualquer importância que tenha a receber; limitando ao valor do contrato entre as partes.

11.20. Obedecer a proibição disposta no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF, qual seja, não poderá empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. Supervisionar o fornecimento, por intermédio das Secretarias solicitante e rejeitar no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Termo de Referência.

12.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas deste Termo de Referência e dos termos de sua proposta;

12.3. Sustar o recebimento dos materiais e a execução dos serviços se o mesmo não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita, devolvendo os materiais que estejam fora dos padrões exigidos.

12.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento e da prestação dos serviços, por servidor especialmente designado;

12.5. Notificar a Contratada por escrito de quaisquer ocorrências relacionadas à execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;

12.6. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nos dispositivos legais;

12.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

12.8. Fornecer atestado de capacidade técnica, quando solicitado pela Contratada, desde que atendidas às obrigações contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO.

13.1. Os materiais e equipamentos deverão ser entregues nos locais indicados pela Administração, conforme definição em Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço, observadas as peculiaridades de cada Secretaria.

13.2. O prazo de entrega dos equipamentos deverá ser de até 10 (dez) dias, contados a partir da requisição formal emitida pela Administração.

13.3. No ato da entrega, as notas fiscais deverão discriminar quantitativos e especificações dos itens fornecidos. O transporte deverá ser realizado em condições adequadas que assegurem a integridade e qualidade dos equipamentos, os quais deverão ser entregues em perfeito estado de conservação e funcionamento.

13.4. A contratada deverá substituir, sem ônus para a contratante, qualquer equipamento entregue em desacordo com as especificações, com defeito, avariado ou impróprio ao uso a que se destina. Caso seja constatada qualquer irregularidade após o recebimento provisório, o recebimento definitivo e o pagamento ficarão suspensos até a completa regularização.

13.5. Todas as despesas relacionadas a transporte, tributos, fretes, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais custos diretos ou indiretos correrão por conta exclusiva da contratada.

13.6. A Contratante reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade dos materiais fornecidos pela Contratada, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências do Termo de Referência de acordo com as especificações, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

14.1 Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

15.1 É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- d) **Multa:**
 - (1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;

(2) multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;

(3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

16.3 A aplicação das sanções previstas no Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

16.4 Todas as sanções previstas neste Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

16.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

16.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

16.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.5A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

16.6Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.7Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

16.8A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

16.9A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

16.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RECURSOS

17.1 A CONTRATADA poderá apresentar:

- (a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “i”, “ii”, e “iv” da Cláusula anterior;
- (b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- (c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “iii” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo Único – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EXTINÇÃO

18.1 O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – SUBCONTRATAÇÃO

19.1 Não é admitida a subcontratação do objeto, por se tratar de fornecimento de equipamentos e prestação de serviços correlacionados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Barreiras/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Boletim Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em _____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Barreiras/BA, _____ de _____ de _____.

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)